

Do barraco para o apartamento

A “humanização” e a “urbanização” de uma favela situada em um bairro nobre do Rio de Janeiro



Universidade de Leiden, Holanda
Departamento de Estudos Latino-americanos
Trabalho de Conclusão de Curso

Bart Slob

Bart Slob

*Do barraco para o apartamento:
A "humanização" e a "urbanização" de uma favela
situada em um bairro nobre do Rio de Janeiro*

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Orientadores:
Prof^a Dr^a Marianne Wiesebron
Prof. Dr. Gilberto Velho

Vakgroep Talen en Culturen van Latijns-Amerika
Universiteit Leiden

Niterói, dezembro de 2002

Sumário

| | |
|---|------------|
| Apresentação | 1 |
| Metodologia | 5 |
| 1. Alternativas para as favelas do Rio de Janeiro: um histórico | 11 |
| 2. Dar uma solução racional, humana e cristã ao problema das favelas: a concepção da Cruzada São Sebastião | 39 |
| 2.1 A fundação da Cruzada São Sebastião | 40 |
| 2.2 Por que mais uma iniciativa da Igreja Católica? | 44 |
| 3. A invenção de um bairro dentro de um bairro | 46 |
| 3.1 O planejamento do Bairro São Sebastião | 47 |
| 3.2 A escolha do local apropriado | 54 |
| 4. A favela da Praia do Pinto | 57 |
| 4.1 Habitação | 58 |
| 4.2 Saúde e doenças | 70 |
| 4.3 “Quem se junta com fé, casado é” | 73 |
| 5. A mudança da Praia do Pinto para o Bairro São Sebastião | 77 |
| 5.1 A seleção das famílias | 78 |
| 5.2 As primeiras mudanças | 81 |
| 6. O serviço social no Bairro São Sebastião | 83 |
| 6.1 Desenvolvimento de Comunidade e Organização de Comunidade: origens, diferenças e confluências | 84 |
| 6.2 Desenvolvimento de comunidade na prática: o Bairro São Sebastião | 90 |
| 6.2.1 O Conselho de Moradores | 93 |
| 6.2.2 As Legionárias de São Jorge e os Cavaleiros de São Sebastião | 95 |
| 7. Acompanhamento e controle | 103 |
| 8. Epílogo: a estigmatização dos remanescentes | 109 |
| 9. Considerações finais | 131 |
| 10. Referências bibliográficas | 139 |
| 10.1 Bibliografia | 140 |
| 10.2 Periódicos e revistas | 156 |
| 10.3 Jornais consultados | 157 |
| 10.4 Bibliotecas e arquivos pesquisados | 158 |
| 11. Anexos | 159 |
| 11.1 Ocupações dos moradores do Bairro São Sebastião | 158 |

Apresentação

Este estudo trata da transferência de 790 famílias de uma favela na Zona Sul do Rio de Janeiro para um conjunto habitacional construído ao lado da própria favela. A iniciativa, tomada em 1955 por um órgão vinculado à Igreja Católica, o qual se chamava Cruzada São Sebastião, era inédita e insólita. A concepção era moderna: os idealizadores da Cruzada acreditavam que a mudança de um barraco desorganizado para um apartamento padronizado pudesse causar uma mudança nos costumes, valores e normas dos moradores. Um sistema muito semelhante ao sistema de condomínio – hoje tão trivial no Brasil – faria com que os ex-moradores se transformassem em pessoas integradas na “vida social”. A vida social, para a Cruzada São Sebastião, aludia ao estilo de vida e à visão de mundo das camadas médias que viviam nos arredores do conjunto habitacional. Para “integrar o proletário na vida social”, os idealizadores da Cruzada São Sebastião juntaram idéias clássicas de caridade, princípios católicos progressistas, atividades de intervenção de serviço social e conceitos modernos da arquitetura vanguardista sobre a habitação social.

O objetivo da Cruzada São Sebastião era “dar solução racional, humana e cristã ao problema das favelas do Rio de Janeiro”. A construção do Bairro São Sebastião constituía somente uma experiência-piloto. O fundador da Cruzada, o então arcebispo auxiliar d. Hélder Câmara, tinha o ambicioso plano de urbanizar todas as favelas da cidade. Edifícios de apartamentos, como os do Bairro São Sebastião, seriam construídos em outros lugares do Rio para substituir os barracos nas favelas. Este plano, como se sabe, nunca se concretizou. Depois da edificação do conjunto habitacional acima mencionado, a Cruzada São Sebastião conseguiu algumas realizações menores, como a construção de um prédio residencial e as melhorias coletivas do Morro Azul, a urbanização da favela do Parque da Alegria e os trabalhos de serviço social nas favelas de Parada de Lucas e Rádio Nacional. Devido à falta de recursos e à “promoção” de d. Hélder Câmara à posição de arcebispo

de Recife e Olinda, a Cruzada São Sebastião deixou de desenvolver ações no meado dos anos 60. A esta altura, a conjuntura política no Rio de Janeiro havia mudado tanto que a alternativa de urbanizar as favelas estava se tornando irrealizável. Iniciou-se, no governo de Carlos Lacerda, uma implacável política de remoções. Muitas favelas na Zona Sul do Rio de Janeiro foram extintas. Seus moradores foram transferidos para conjuntos habitacionais construídos nos arrabaldes da cidade, como Vila Aliança em Bangu, Cidade de Deus em Jacarepaguá e Vila Kennedy em Senador Camará.

O Bairro São Sebastião, expressão única de uma política habitacional mais humana, moderna e talvez mais igualitária, resistiu ao tempo. Hoje, o conjunto residencial é conhecido como “a Cruzada”, um lugar supostamente perigoso para pessoas de classe média, uma “favela vertical” situada entre os bairros mais opulentos da cidade do Rio de Janeiro: o Leblon, Ipanema, a Gávea e a Lagoa.

O principal desafio do presente estudo é analisar minuciosamente as mudanças pelas quais as famílias da favela passaram ao se mudarem para o Bairro São Sebastião e verificar se estas mudanças fizeram com que os ex-favelados adotassem um estilo de vida mais católico, moderno e cidadão. Sustenta-se a hipótese de que as normas e os valores das camadas médias cariocas serviam de paradigma para este estilo de vida específico. Procura-se, no decorrer do estudo, averiguar esta suposição. Para situar a experiência da Cruzada São Sebastião em um contexto mais amplo, faz-se, no primeiro capítulo, um histórico relativo às iniciativas tomadas no âmbito da habitação social no Rio de Janeiro com o objetivo de resolver o problema das favelas. Os capítulos que seguem contam a história da construção do Bairro São Sebastião, da mudança da favela para o conjunto habitacional e dos métodos utilizados pelo serviço social da Cruzada São Sebastião para educar os novos moradores. O estudo termina com um epílogo, baseado em trabalho de campo, no qual são abordados alguns aspectos da vida

cotidiana no conjunto habitacional na atualidade. Este epílogo visa mostrar o efeito das ações da Cruzada São Sebastião e da subsequente incúria da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Nas considerações finais, retoma-se a hipótese acima mencionada e dão-se sugestões para futuros trabalhos sobre o tema.

Metodologia

Este estudo surgiu do meu interesse por conjuntos habitacionais construídos para famílias de baixa renda no Rio de Janeiro. Durante a minha primeira estadia no Rio de Janeiro, em 1997 e 1998, havia percebido que muitas vezes conjuntos habitacionais e favelas se confundiam na paisagem urbana da cidade. Pareciam constituir, de acordo com o pensamento de Robert Ezra Park, áreas naturais únicas.¹ Comecei então a ler sobre a época das remoções, na qual foram construídos vários grandes conjuntos habitacionais, como Vila Kennedy, Cidade de Deus e Vila Aliança. Assim descobri que existia uma vasta bibliografia sobre o assunto. Ainda em 1998, conheci Gilberto Velho, quando inaugurava a Cadeira de Estudos Brasileiros na Universidade de Leiden, e falei-lhe do meu interesse. Em maio de 1999, voltei ao Rio de Janeiro com a idéia de escrever a monografia sobre um conjunto habitacional no Rio de Janeiro. Durante os primeiros dois meses, fiquei lendo livros, tese e dissertações na excelente biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional. Para facilitar a escolha do objeto de estudo, Gilberto Velho, que já havia aceitado ser meu orientador, pôs-me em contato com Elizabeth Leeds e Licia Valladares – ambas autoras de obras pioneiras na bibliografia sobre favelas e conjuntos habitacionais no Rio de Janeiro.² Com elas tive conversas esclarecedoras e estimulantes. Depois destas conversas, Gilberto Velho sugeriu que eu me aprofundasse na história do conjunto

¹ Uma área natural, na ótica da Escola de Chicago, é uma unidade espacial limitada por fronteiras naturais dentro das quais se encontra uma população homogênea com uma ordem moral característica. Cf. PARK, Robert E.; BURGESS, Ernest W.; MCKENZIE, Roderick D. *The city*. Chicago: The University of Chicago Press, [1968] e PARK, Robert Ezra. *A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano*. Trad. Sérgio Magalhães Santeiro. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 26-67.

² Cf. LEEDS, Elizabeth. *Forms of 'squatment' political organization: the politics of control in Brazil*. Thesis for the degree of Masters of Arts - University of Texas, Austin, 1972; LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Trad. Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1978]; VALLADARES, Licia do Prado. *Favela, política e conjunto residencial*. *Dados*, Rio de Janeiro, n. 12, 1976; VALLADARES, Licia do Prado. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

residencial conhecido como a Cruzada São Sebastião, no Leblon. Pareceu-me uma boa idéia e decidi fazer uma consulta bibliográfica no excelente banco de dados Urbandata do Iuperj, cuja coordenadora geral era a própria Lícia Valladares.³ Deste modo, consegui uma bibliografia básica sobre a Cruzada São Sebastião. Li todas as obras desta bibliografia – 11 livros e artigos – e descobri que a Cruzada São Sebastião chamava-se, na verdade, Bairro São Sebastião e que a Cruzada São Sebastião havia sido uma organização filantrópica vinculada à Igreja Católica. O Bairro São Sebastião fora construído em um terreno vizinho à Praia do Pinto, uma das maiores favelas da cidade do Rio de Janeiro nos anos 40 e 50. A Cruzada São Sebastião transferira no fim da década de 50 cerca de 900 famílias da Praia do Pinto para os edifícios de apartamentos do Bairro São Sebastião. Para a Cruzada São Sebastião, a mudança era uma maneira de urbanizar, humanizar e cristianizar as favelas do Rio de Janeiro.

Depois de ter lido sobre a fundação e a ideologia da Cruzada São Sebastião, logo surgiu a principal problemática: Teria a mudança da favela da Praia do Pinto para o Bairro São Sebastião feito com que os moradores mudassem seu estilo de vida e visão de mundo? Teria a Cruzada São Sebastião conseguido urbanizar, humanizar e cristianizar os ex-moradores da favela, convertendo-os em cidadãos com normas, valores, costumes e gostos semelhantes aos das camadas médias cariocas? Como a bibliografia que tinha a minha disposição era insuficiente para responder a estas questões, era necessário que eu buscasse outras fontes que pudessem me revelar mais sobre a história do Bairro São Sebastião. Foi com esta intenção que resolvi fazer contato com os atuais moradores do conjunto. Consegui, por telefone, marcar um encontro com o presidente da Amorabase, a associação de moradores da Cruzada São Sebastião. Desde o início, ele foi muito

³ Informações sobre o Urbandata podem ser obtidas no seguinte sítio: <http://urbandata.iuperj.br/>.

receptivo e contou-me o pouco que sabia sobre a história do lugar onde morava. Ele apresentou-me ao pároco da Igreja dos Santos Anjos, a qual se encontra dentro do conjunto habitacional. Indagado sobre a história do Bairro São Sebastião, o pároco, Pe. Marcos Belisário Ferreira, disse-me que a paróquia possuía várias caixas repletas de fichas antigas. O padre mostrou-me as caixas e pude constatar que se tratava do fichário completo do serviço social da Cruzada São Sebastião, com mais de 1.200 fichas, e um fichário menor que havia pertencido à Fundação Leão XIII, outra instituição filantrópica ligada à Igreja Católica. Como o fichário estava totalmente desordenado, pus as fichas em ordem alfabética e criei um banco de dados no programa Microsoft Access com todos os nomes dos proprietários que constavam nas fichas e os números dos apartamentos que estes habitavam. Este banco de dados facilitaria a procura de nomes no fichário. O trabalho de ordenação durou mais ou menos um mês, durante o qual estive praticamente todos os dias na Cruzada São Sebastião. Nas primeiras duas semanas, trabalhei na sede da Associação dos Moradores, no andar térreo do oitavo bloco. Depois, fiz o banco de dados na casa do pastor evangélico Joel, fundador do centro comunitário na Cruzada e grande mediador carismático, que a esta altura já havia se tornado o meu informante principal.⁴ Pastor Joel, morador do Bairro São Sebastião desde a sua construção, nascido na Praia do Pinto, tinha muitas das características de Doc, o informante prototípico que William Foote Whyte descreve no clássico *Street Corner Society*.⁵ Como Doc fez com Foote Whyte, Pastor Joel apresentou-me à comunidade e estava sempre disposto a fornecer-me informações e conselhos quanto a todos os assuntos que concerniam à Cruzada São Sebastião. Embora eu quisesse fazer um estudo histórico e não um estudo de caso

⁴ Sobre a noção e o papel do mediador, cf. VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Orgs.). *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2001.

⁵ Cf. WHYTE, William Foote. *Street corner society: the social structure of an Italian slum*. 2. ed. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1955.

antropológico, procurei utilizar as técnicas de observação participante e da descrição densa (*thick description*) sempre que possível.⁶

Percebi que muitas das famílias cujos nomes e histórias eu encontrava nas fichas ainda moravam no bairro e dei-me conta de que estava lidando com documentos extremamente íntimos. Lá estavam relatos de anos e anos de sofrimento, sacrifício e humilhação, que muitas pessoas gostariam de ter apagado das suas memórias. Outros, porém, achavam importante o resgate da história do conjunto habitacional e dos seus moradores. Várias vezes, quando eu estava fazendo o trabalho de ordenação das fichas na sede da Associação dos Moradores, moradores pediram-me que lhes mostrasse a ficha da sua família. Muitos deles se abalaram visivelmente ao ler os relatos.

Depois de ordenar as fichas, passei a conversar mais com os moradores da Cruzada. Geralmente, as conversas ocorriam de maneira desestruturada, mas sempre tentei fazer algumas perguntas que achava pertinentes. Com 10 moradores que moravam no conjunto desde a sua construção fiz entrevistas estruturadas sobre suas histórias pessoais e a história da Cruzada. Após estas entrevistas, comparei o que foi dito pelos entrevistados com o que foi escrito nas suas respectivas fichas. Em nenhum momento me preocupei com a “veracidade” dos relatos das assistentes sociais ou dos moradores entrevistados. O que quis desvendar eram as diferentes interpretações.

Uma maneira de fazer contato com os moradores mais jovens da Cruzada São Sebastião foi começar a dar aula de inglês no centro comunitário Crescendo em Graça. Fundado por pastor Joel, o centro oferece vários cursos à comunidade, como informática, alfabetização, música e pré-vestibular, além de organizar atividades esportivas.⁷

⁶ Cf. GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, [1989]. Tradução de: *The interpretation of cultures*.

⁷ O centro comunitário que o pastor criou na Cruzada é uma missão evangélica vinculada ao *Ministerio Creciendo en Gracia*, fundado em Miami em 1988 pelo portorriquenho José Luis de Jesús. Em 1993, seus sucessores proclamaram-no o sucessor do apóstolo São Paulo. O ministério tem igrejas em quase todos os países da América.

Durante seis meses em 2000, dei aulas a uma turma de alunos de 12 a 16 anos. A turma tinha em média 10 alunos. Embora a aula visasse ensinar inglês aos alunos, muitas vezes se falava em outros assuntos. Assuntos relacionados à adolescência, ao fato de morar em uma comunidade como a Cruzada, à violência diária, às drogas, à amizade, ao sexo etc. O material coletado durante estas aulas poderá ser a base de um futuro trabalho de cunho mais antropológico.

A metodologia do estudo de caso foi desenvolvida à medida que se descobriram novos fatos. A descoberta do arquivo de fichas foi, sem dúvida, decisiva para o desenvolvimento da pesquisa. Sem ela, o estudo teria sido outro. Adequou-se a metodologia para poder utilizar as fichas como fonte na pesquisa.

1. Alternativas para as favelas do Rio de Janeiro: um histórico

We all have to remember that what is modern today and up-to-date, what is efficient and practical, becomes obsolete and outworn tomorrow.

Nós todos devemos lembrar que aquilo que é moderno e atualizado hoje, que é eficiente e prático, torna-se obsoleto e gasto amanhã.

Franklin Delano Roosevelt (1882–1945), 32° presidente dos Estados Unidos da América.

Se compararmos os problemas e temas urbanos referentes à questão habitacional na cidade do Rio de Janeiro no fim do século XIX e os que marcam a virada do século XX para o século XXI, verificaremos que muitos dos problemas antigos persistem até hoje. Um destes problemas é a presença de favelas. Ao longo do século passado, as dimensões e as representações do “problema” das favelas mudaram muito. O objetivo da presente introdução é descrever estas mudanças e delinear as mais significativas alternativas que foram criadas ao longo do século XX para solucionar o problema das favelas. Deste modo, visa-se situar o objeto de estudo da monografia - um conjunto habitacional construído em fins dos anos 50 do século passado - em um contexto mais amplo, destacando outros projetos empreendidos pelo poder público e pela Igreja Católica, com a finalidade de dar solução ao problema das favelas.

Por volta de 1880, questões como a reconstrução urbana, migração, habitação decadente, escassez de habitação, aluguéis elevados e superpopulação já eram relevantes na cidade do Rio de Janeiro. Os problemas mais evidentes no tocante à habitação eram a presença de muitos cortiços com precárias condições de higiene no centro da cidade e a falta de moradias para a classe operária.¹ O governo imperial tentou resolver este último problema e concedeu numerosas licitações para a construção de habitações de baixo custo. No entanto, foram realizados poucos projetos porque a construção das chamadas vilas operárias geralmente não era lucrativa para as construtoras contratadas.² Entre 1870 e 1890, a população da cidade do Rio de Janeiro cresceu 120,2% (de 235.381 a 518.292 pessoas),

¹ LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Trad. Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1978]. p. 191.

² Cf. CROCITTI, John J. Social policy as a guide to economic consciousness: Villas Operárias in Rio de Janeiro, 1890-1910. In: *Luso-Brazilian Review*, Madison (Wisconsin), v. 34, n. 1, p. 1-15, summer 1997.

enquanto o número de domicílios, no mesmo período, cresceu apenas 74,3% (de 41.200 a 71.807 domicílios).³

Nos primeiros anos da nova república, a corrupção e a incompetência das construtoras licenciadas, além do desinteresse político, fizeram com que poucos projetos habitacionais saíssem do papel. Outras questões pareciam mais urgentes e merecedoras de energia política e investimentos, como a crônica crise financeira pela qual o Brasil estava passando e a tarefa de manter a ordem em todo o território nacional. Por volta de 1900, nasceu a primeira favela no Morro da Providência. Este morro foi ocupado por famílias de soldados de vários estados que, depois da campanha de Canudos, haviam seguido para o Rio de Janeiro, à procura de apoio financeiro do Governo Federal. Como não conseguiram encontrar um lugar para morar, resolveram construir barracos nas encostas do Morro da Providência. Nos arredores do povoado de Canudos, os soldados haviam acampado num morro coberto de plantas cujas folhas queimavam quem tocava nelas. O nome desta planta era 'favela' e os soldados passaram a chamar o morro onde estavam acampados de Morro da Favela. Mais tarde, já no Rio de Janeiro, os soldados ocuparam o Morro da Providência, ao qual deram o nome de Morro da Favela. Dali em diante, por analogia, todos os morros ocupados irregularmente na Capital Federal ganhariam o apelido 'favela'.⁴ Vale ressaltar que as ocupações em áreas planas, as quais surgiriam pouco depois - como a Praia do Pinto nas margens da Lagoa Rodrigo de Freitas -, também ganharam a mesma alcunha.

Durante o governo do presidente Manuel Ferraz Campos Sales (1898 - 1902), o Brasil passou por uma recessão econômica produzida por uma política de combate à inflação. Esta política caracterizou-se pela redução do meio circulante, pela contenção drástica dos gastos do

³ RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira / IPPUR / UFRJ / FASE, 1997. p. 170-171.

⁴ BONIS, Elisa de. O Cristo de Canudos na favela. *Manchete*, Rio de Janeiro, 1 set. 1956. p. 50-51.

governo e pelo aumento de impostos, especialmente através da cobrança da tarifa-ouro sobre os produtos. O saneamento das finanças teve prioridade sobre qualquer outro assunto e pouca atenção foi dispensada aos problemas habitacionais na capital federal.⁵

Com certa estabilidade financeira, o governo do presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves deu prioridade a um plano de renovação da cidade do Rio de Janeiro. Como governador de São Paulo, Rodrigues Alves já dirigira a renovação bem-sucedida da capital deste estado. Era membro de uma família de fazendeiros eminentes e reconhecia que o Rio de Janeiro era um importante pivô para o mercado interno e externo. Além disso, perdera um filho em uma das epidemias de febre amarela no fim do século XIX.

O projeto de renovação e saneamento visava preservar a reputação da então capital brasileira como centro atraente de expansão comercial e acabar com as epidemias que periodicamente devastavam a cidade. Para a abertura das ruas e avenidas centrais, foram demolidos 1.800 prédios em quarteirões populares onde predominavam cortiços e estalagens.⁶ Aproximadamente 20.000 pessoas ficaram desabrigadas.⁷ Nos anos do governo Rodrigues Alves, a atividade de construção ganhou um enorme dinamismo, mas se concentrou principalmente na produção de imóveis destinados ao comércio, à indústria e aos serviços. Uma das conseqüências foi o aumento do déficit habitacional. No período 1890-1906, a densidade domiciliar passou de 7,3 pessoas por

⁵ Cf. DEAN, Warren. Economy. In: BETHELL, Leslie (org.). *Brazil: empire and republic, 1822 - 1930*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. p. 217-256.

⁶ "A diferença entre cortiço e estalagem é sutil. A estalagem era um imóvel que tinha, nos fundos do terreno, uma sucessão de quartos ou casinhas de porta e janela. As instalações sanitárias, quando existiam, eram poucas e coletivas. Quando as condições gerais de moradia da estalagem deterioravam, chamavam-na de cortiço, que era, pois, uma estalagem de qualidade inferior." ABREU, Maurício de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida : origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. *Espaços e debates*, São Paulo, ano XIV, n. 37, p. 34-46, 1994. Ver nota 14.

⁷ Cf. CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; MEADE, Teresa A. *"Civilizing" Rio: reform and resistance in a Brazilian city, 1889-1930*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1997.

moradia para 9.8.⁸ Ciente do problema habitacional, o governo federal prometeu construir casas populares que substituíssem as que haviam sido demolidas no projeto de renovação e saneamento. No entanto, a quantidade de habitações populares construídas nem sequer era suficiente para as pessoas que haviam perdido suas casas durante a renovação urbana. Uma alternativa de moradia para estas pessoas era construir um barraco nas encostas de um morro próximo ao centro, com o material que havia sobrado das demolições dos cortiços. Assim, as favelas começaram a crescer.⁹

O momento em que as favelas passaram a marcar a paisagem carioca é motivo de discordância entre os estudiosos. Maurício Abreu afirma que foi a partir da década de 1920 que o termo favela se generalizou, “em função da sua enorme difusão pelo espaço urbano”, e que “a favela se tornou visível ou incomodativa para o governo”.¹⁰ No entanto, a maioria dos pesquisadores acredita que foi nos anos 30 do século passado que as favelas passaram a constituir elementos importantes do padrão habitacional do Rio de Janeiro.¹¹ Luciano Parisse, um dos estudiosos pioneiros do tema, crê que a favela não “chamava a atenção” até 1940 e diz (em 1969): “O testemunho oral de pessoas competentes afirma que a favela se torna um fenômeno notável somente por volta de 1940”.¹²

Contudo, o primeiro sinal de preocupação com as favelas por parte das autoridades públicas data de 1927. Neste ano, o urbanista

⁸ RIBEIRO, *Dos cortiços aos condomínios fechados...* p. 173.

⁹ Cf. ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

¹⁰ ABREU, *Reconstruindo uma história esquecida...* p. 40 e 44.

¹¹ Cf. LEEDS; LEEDS, *A sociologia do Brasil urbano*. p. 191; PRETECEILLE, Edmond; VALLADARES, Licia do Prado. Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca. In: RIBEIRO, Luis César Queiroz (ed.). *O futuro das metrópoles : desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: REVAN / FASE, 2000. p. 375-403; SAGMACS (Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais). Aspectos humanos da favela carioca. *O Estado de S. Paulo - suplemento especial*, São Paulo, 13 e 15 abr. 1960.

¹² PARISSÉ, Luciano. *Favelas do Rio de Janeiro: evolução - sentido*. Rio de Janeiro: CENPHA, 1969. p. 24-25. Ver também PARISSÉ, Luciano. Las favelas en la expansión urbana de Rio de Janeiro. *América Latina*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 3, jul./set. 1969.

francês Donat Alfred Agache elaborou, a pedido da prefeitura do então Distrito Federal, um plano de extensão, remodelação e embelezamento da cidade do Rio de Janeiro. O *Plano Agache*, como ficou conhecido, previa um programa de extinção de favelas.¹³ Mesmo antes da elaboração deste plano, a prefeitura já havia realizado as remoções de várias favelas. Em 1920, por exemplo, uma favela na encosta do morro Dois Irmãos fora erradicada por causa da “programação de passeios planejada para a visita do rei da Bélgica”.¹⁴ Maurício Abreu sustenta que, segundo estimativas oficiosas feitas em 1927, as favelas do Rio de Janeiro já eram habitadas por mais de 100.000 pessoas.¹⁵ Não há como saber, no entanto, se estas estimativas se aproximam do número real, pois não se incluíam as favelas nos censos oficiais até 1950. Além disso, ainda não havia uma definição que explicasse o que era exatamente uma favela. Portanto, até o ano do primeiro censo em que as favelas foram incluídas e especificadas, parece ter sido impossível distinguir as favelas dos demais conjuntos de habitações precárias. O engenheiro Alberto Passos Guimarães, num artigo que se tornou referência para muitos cientistas sociais e historiadores que publicaram trabalhos sobre as favelas, fala da dificuldade de distinguir as habitações nas favelas das demais construções nos anos anteriores a 1950:

“Nenhuma diferença essencial separava os casebres dos morros, dos demais casebres. Eram todas habitações igualmente rústicas, igualmente pobres e desconfortáveis. A denominação popular de *favela*, não teria, pois, surgido da diferença entre o tipo arquitetônico das vivendas dos morros, mas do conjunto de condições que a caracterizaram, entre estas, notadamente, o aspecto físico de seu agrupamento desordenado e denso.

¹³ FINEP-GAP. *Habitação popular: inventário da ação governamental*. Rio de Janeiro: FINEP, 1983; PARISSE, *Favelas do Rio de Janeiro...* p. 13.

¹⁴ ABREU, *Reconstruindo uma história esquecida...* p. 41.

¹⁵ *Ibid.*

Por sua contextura, os casebres dos morros e dos subúrbios, da zona urbana ou da zona rural, não apresentam dessemelhanças substanciais.”¹⁶

Há vários possíveis motivos para a multiplicação das habitações nas favelas até 1930: (1) a execução de novos projetos de reconstrução urbana nos anos 20, motivo pelo qual muitos moradores de casas “insalubres” ficaram desabrigados; (2) as sucessivas crises agrícolas em estados vizinhos, as quais provocaram um grande fluxo migratório para o Rio de Janeiro nos anos 20; e (3) o veloz crescimento industrial, causado em parte e estimulada pela eclosão da Primeira Guerra Mundial, atraindo grupos de imigrantes em busca de emprego.¹⁷ Apesar do crescimento das favelas e da população do Rio de Janeiro em geral, o poder público quase nada fez na área de habitação social nas primeiras três décadas do século XX.

O clima político, econômico e cultural durante a Era Vargas (1930–1945) fez com que o tema da habitação social finalmente ganhasse ênfase. Todas as questões econômicas tornaram-se preocupação do poder público e das entidades empresariais envolvidas no plano de desenvolvimento nacional elaborado pelo Governo de Getúlio Vargas. Neste contexto, o problema da moradia surgiu como aspecto crucial das condições de vida dos operários, pois absorvia grande porcentagem dos salários e influenciava no modo de vida e na formação ideológica dos trabalhadores.¹⁸ Inicialmente, a política social de Vargas beneficiava apenas aqueles com ocupação formal no mercado de trabalho: os trabalhadores com carteira profissional. A única política habitacional então existente para a população de baixa renda favorecia

¹⁶ GUIMARÃES, Alberto Passos. As favelas do Distrito Federal. *Revista Brasileira de Estatística*, ano 14, n. 55, p. 250-278, jul./set. 1953. p. 253.

¹⁷ Ibid., p. 41; LEEDS; LEEDS, *A sociologia do Brasil urbano*. p. 191; VALLA, Victor Vincent (org.). *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986. p. 33.

¹⁸ BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade / FAPESP, 1998. p. 73.

exclusivamente os empregados de ramos de atividades cobertas pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Poucos moradores de favelas tinham acesso aos IAPs porque trabalhavam sem carteira profissional. Conforme Marcelo Baumann Burgos, a invisibilidade política das favelas no início da Era Vargas devia-se às restrições ao direito de voto dos analfabetos e aos direitos sociais dos que estavam fora do mercado de trabalho formal. Como muitos favelados eram analfabetos e trabalhavam sem carteira assinada, eles simplesmente não constituíam um eleitorado importante.¹⁹

O primeiro administrador nomeado por Vargas no Rio de Janeiro, prefeito Pedro Ernesto, inteirou-se da situação das favelas e concluiu que elas eram “um convite para a revolução”. Na sua opinião, a solução para o problema seria parar de tratar os favelados como párias e reintegrá-los por meio de educação, programas de saúde e assistência social. Um programa de extinção de favelas sem estas medidas não resolveria o problema e faria com que os moradores das favelas erradicadas passassem a construir novos barracos. Vargas concordou com as idéias de Pedro Ernesto e revogou o *Plano Agache*.²⁰

No Código de Obras da cidade do Rio de Janeiro, de 1937, reconhecia-se pela primeira vez legalmente a existência das favelas. O Código de Obras decretava a eliminação de todas elas e proibia “a construção de novas casas ou a realização de qualquer melhoria nas casas existentes. Para substituir os barracos nas favelas, o Código sugeria a construção de “habitações proletárias” a serem vendidas a pessoas reconhecidamente pobres. Deste modo, a presença das favelas na cidade era visto meramente como um problema habitacional, que

¹⁹ BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 27.

²⁰ PINO, Julio Cesar. Dark mirror of modernization: the favelas of Rio de Janeiro in the boom years, 1948-1960. *Journal of Urban History*, vol. 22, n. 4, mai. 1996.

deveria ser solucionado por meio de medidas puramente administrativas.²¹

No início dos anos 40, estimava-se que existiam em torno de 60.000 barracos nas favelas do Rio de Janeiro. Além disso, a população da cidade veio crescendo numa proporção de 170.000 pessoas a cada cinco anos.²² Foi neste período que o problema favela foi “descoberto” pelo poder público, segundo Marcelo Baumann Burgos. Essa “descoberta”, para Baumann, não surgiu de uma solicitação dos moradores das favelas, mas do incômodo que as favelas causavam à urbanidade da cidade.²³ Com base numa extensa pesquisa elaborada pelo médico Vitor Tavares de Moura, diretor do Albergue da Boa Vontade, o prefeito Henrique Dodsworth decidiu pela erradicação das favelas e a construção de “Parques Proletários Provisórios”. Esta decisão condizia com as orientações do Código de Obras de 1937.²⁴ Para Leeds e Leeds, a opção pela erradicação das favelas e pela construção dos Parques Proletários deve ser visto no contexto da ideologia do Estado Novo de Vargas, a qual “ditava suas relações populistas, paternalistas e essencialmente controladoras do proletariado através de meios cooperativistas”:

“As políticas relativas à favela desenvolvidas sob a Administração Dodsworth combinam os elementos aparentemente contraditórios de um profundo interesse pela situação angustiante do proletariado e um rígido controle autoritário.”²⁵

De acordo com o plano de Vitor Tavares de Moura, os parques proletários deveriam, eventualmente, abrigar 300.000 favelados. A

²¹ LEEDS; LEEDS, *A sociologia do Brasil urbano*. p. 191-192.

²² PARISSE, *Favelas do Rio de Janeiro...* p. 26; VALLA, *Educação e favela...* p. 34.

²³ BURGOS, *Dos parques proletários ao Favela-Bairro...* p. 27.

²⁴ PARISSE, *Favelas do Rio de Janeiro...* p. 26.

²⁵ LEEDS; LEEDS, *A sociologia do Brasil urbano*. p. 192.

idéia era de que as pessoas transferidas poderiam voltar para áreas próximas daquelas em que viviam, assim que estivessem urbanizadas.²⁶

No primeiro parque construído, o Parque Proletário da Gávea, a autoridade era absoluta. Todos os moradores tinham cartão de identificação e eram obrigados a mostrá-lo ao guarda noturno encarregado de fechar os portões às 22 horas. Uma hora antes, o administrador do parque falava por alto-falante, interpretando os eventos do dia, aproveitando a ocasião para pregar lições de normas e valores que ele julgasse necessários.²⁷

Os parques proletários foram palanques importantes para a propaganda política estadonovista. Constantemente, organizavam-se festas e eventos políticos por meio dos quais os moradores dos parques deveriam manifestar a sua gratidão ao presidente da República. Numa ocasião dessas, Getúlio Vargas chegou a receber as chaves de uma casa no Parque Proletário da Gávea para seu uso pessoal.²⁸

Na totalidade, foram construídos apenas três parques proletários (na Gávea, no Caju e no Leblon), que chegaram a acomodar pouco mais de 4.000 pessoas. Por falta de recursos, o programa de construção de novas casas proletárias foi abandonado. As casas permanentes, que deveriam substituir as casas provisórias, nunca foram construídas. Os moradores dos parques proletários no Leblon e na Gávea só saíam de lá muito mais tarde, expulsos, por causa da valorização imobiliária destes bairros.²⁹

A experiência com os parques proletários fez com que a idéia sobre a favela enquanto problema urbano mudasse. Se antes a favela fora vista como um problema meramente habitacional, agora passou a ser vista como um problema moral. Um dos responsáveis para esta mudança de ênfase foi o idealizador do plano dos parques proletários, o médico Vitor Tavares de Moura. Ele acreditava que as favelas criaram

²⁶ BURGOS, Dos parques proletários ao Favela-Bairro... p. 28.

²⁷ LEEDS; LEEDS, *A sociologia do Brasil urbano*. p. 195-197.

²⁸ BURGOS, Dos parques proletários ao Favela-Bairro... p. 28.

um ambiente propício a todos os males do corpo e da alma, com graves conseqüências para o individual e a coletividade.³⁰ Os favelados apresentariam características de comportamento “anormais”, as quais constituíam sintomas ou expressões de desequilíbrios e doença.³¹ E o motivo dos males que os favelados padeciam era justamente a favela.

Por meio da experiência com os parques proletários, o Estado pôs-se em contato com os moradores das favelas. Morar nos parques, para muitas destas pessoas, não era necessariamente melhor que morar na favela. A precariedade das casas provisórias, o autoritarismo e a pedagogia civilizatória utilizada pelos idealizadores dos parques compunham uma perspectiva nada atraente para os favelados. Para evitar que a alternativa dos parques se generalizasse, formaram-se, em 1945, comissões de moradores de favelas. Logo após a destituição do poder de Getúlio Vargas, essas comissões formularam, pela primeira vez, uma pauta de direitos sociais referente a problemas de infraestrutura de suas localidades. Paulatinamente, os moradores das favelas começaram a tornar-se ator político. Lembra Marcelo Baumann Burgos, com toda razão, que a maioria dos moradores das favelas ainda era excluída da competição política pela constituição de 1946, devido à preservação da restrição ao voto de analfabetos. Mesmo assim, a atuação das comissões chegou a preocupar os setores conservadores da cidade, que temiam uma revolta de favelados.³²

“É necessário subir o morro antes que os comunistas desçam”, era uma frase muito ouvida nos anos do governo Dutra. A “infiltração comunista” nas favelas preocupava os principais meios de comunicação conservadores e os partidos políticos oligárquicos. De fato, o Partido Comunista Brasileiro havia crescido muito. Em 1947, nas eleições

²⁹ Ibid., p. 28.

³⁰ PINO, Julio César. *Family and favela: the reproduction of poverty in Rio de Janeiro*. Westport, Connecticut and London: Greenwood Press, 1997. p. 115.

³¹ Cf. VELHO, Gilberto. O estudo do comportamento desviante: a contribuição da Antropologia Social. In: _____. *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. cap. 1. p. 11-28.

³² BURGOS, Dos parques proletários ao Favela-Bairro... p. 29.

municipais do Distrito Federal, o PCB obteve 24% do total de votos. No mesmo ano, o partido foi proibido pelo governo federal.³³ Para fazer frente à popularização do comunismo, a Igreja Católica e a prefeitura do Distrito Federal uniram-se e criaram a Fundação Leão XIII, uma instituição beneficente cujo objetivo declarado era “dar assistência material e moral aos habitantes dos morros e favelas do Rio de Janeiro.”³⁴ Para tal fim, a Fundação Leão XIII pretendia criar, em cada favela, centros sociais, escolas e clínicas. A ação da Fundação Leão XIII baseava-se em princípios inovadores. A repressão, que havia caracterizado a experiência dos parques proletários, deu lugar à persuasão e à negociação; a rejeição da vida nas favelas deu lugar à compreensão:

“Antes de tudo, é preciso compreender os favelados, ganhar-lhes a confiança, prestar-lhes serviço, desinteressadamente, isto é, sem nenhum outro intuito que não seja o de lhes fazer o bem, e isto não se efetiva, senão convivendo com eles, partilhando de suas ansiedades, lá no seio das favelas, tornando-se amigo deles e lhes apontando caminhos novos para a sua vida atribulada (...)”³⁵

Pela primeira vez, ponderou-se a alternativa da urbanização de algumas favelas, ao invés de demoli-las totalmente. Agora os favelados eram considerados indivíduos que tinham valor humano, mas que tinham de ser reeducados. De fato, a Fundação Leão XIII pensava que “a falta de educação” era o fator responsável pela decadência dos moradores das favelas. A reeducação faria com que os favelados entendessem “o sentido moral da vida” e adquirissem “o senso de

³³ SAGMACS, Aspectos humanos da favela carioca. parte I, p. 28. Ver também DULLES, John F. *Carlos Lacerda, Brazilian crusader*. Volume I: the years 1914-1960. Austin: University of Texas Press, 1991.

³⁴ VALLA, *Educação e favela...* p. 47.

³⁵ FUNDAÇÃO LEÃO XIII. *Morros e favelas: como trabalha a Fundação Leão XIII - notas e relatórios de 1947 a 1954*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1955. p. 6.

responsabilidade". Evidentemente, os valores cristãos eram importantes nesse processo de reeducação.³⁶

Entre 1947 e 1954, a Fundação Leão XIII trabalhou em 34 favelas, mantendo em oito delas Centros de Ação Social - ambulatórios onde havia assistentes sociais, professores, enfermeiros, médicos e dentistas. Em algumas favelas, a Fundação Leão XIII implantou serviços básicos como água, esgoto, luz e redes viárias. Influía nas associações de moradores e na formação de lideranças entre os favelados. Victor Vincent Valla afirma que a Fundação Leão XIII, por meio das suas atividades assistenciais, submetia a população favelada a um controle ideológico, que parece ter garantido um convívio relativamente harmonioso das classes dominantes e as camadas populares.³⁷ De qualquer forma, a Fundação Leão XIII contribuiu muito para a ampliação dos conhecimentos sobre as favelas do Rio de Janeiro. Além de relatórios e levantamentos, foram feitos fichários com dados pessoais sobre os moradores das favelas. Por meio da análise das fichas, preparadas por assistentes sociais, é possível vislumbrar a vida cotidiana dos favelados no fim dos anos 40.³⁸

Em 1948, a prefeitura do Distrito Federal organizou o primeiro censo oficial de favelas no Rio de Janeiro. Foram encontradas 105 favelas, contendo 138.837 moradores em 34.528 casebres.³⁹ O resultado deste censo e a vacilante política do então prefeito gen. Ângelo Mendes de Moraes quanto às favelas causaram uma onda de críticas por parte da oposição política. O jornalista Carlos Lacerda, que mais tarde se elegeria governador da Guanabara, liderou uma campanha nos jornais e no rádio, com a finalidade de forçar a

³⁶ VALLA, *Educação e favela...* p. 50.

³⁷ *Ibid.*, p. 51.

³⁸ Um destes fichários, referente aos moradores da favela da Praia do Pinto - o qual analisarei mais adiante neste trabalho -, encontra-se na Paróquia dos Santos Anjos, no Leblon. Ver também FUNDAÇÃO LEÃO XIII. *Morros e favelas: como trabalha a Fundação Leão XIII - notas e relatório de 1949*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1950.

³⁹ Cf. DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo de favelas: aspectos gerais*. Rio de Janeiro: 1949.

autoridade pública a considerar as favelas como um complexo conjunto de problemas nacionais. Até então, na opinião de Lacerda, a favela fora considerada como um problema localizado e unilateral, de caráter apenas habitacional, sanitário ou educacional. A campanha de Lacerda chamava-se *A Batalha do Rio* e baseava-se nas seguintes idéias:

- O problema da favela não era um problema local, mas nacional, mesmo que pudesse ser controlado localmente;
- Tratava-se de um problema complexo, para o qual não havia soluções simplistas nem abordagens únicas;
- Era resultado de um desequilíbrio na vida do país e da cidade e, sobretudo, resultado de administração extremamente incompetente;
- O problema da favela requeria a coordenação de órgãos federais e municipais, públicos e privados, sob um único comando.⁴⁰

Carlos Lacerda, um homem de tendências e conexões políticas ambíguas, tinha o apoio da União Democrática Nacional (UDN), um partido conservador que era o principal oponente de Getúlio Vargas e seus aliados. Os artigos em que Lacerda promovia a *Batalha* eram publicados no jornal *Correio da Manhã*, mas *O Globo* (jornal da conservadora e poderosa família Marinho) também passou a publicá-los. Ambos os jornais estavam vinculados à ala direita da UDN. Apesar do impacto inicial da *Batalha do Rio*, as proposições do movimento logo se esgotaram, visto que as modificações que seriam introduzidas na administração e no governo municipal significariam uma verdadeira revolução. Contudo, foi com base na *Batalha do Rio* que se intensificaram os estudos sobre as favelas.⁴¹

Em 1950, as favelas foram incluídas pela primeira vez num censo nacional. No VI Recenseamento Geral do Brasil, os critérios para as favelas serem reconhecidas como tais eram diferentes dos utilizados em

⁴⁰ LEEDS; LEEDS, *A sociologia do Brasil urbano*. p. 203.

1948. No censo de favelas da prefeitura do Distrito Federal deste ano, haviam sido incluídos “os pequenos núcleos de casebres encravados em logradouros públicos”.⁴² No censo de 1950, tais núcleos não foram considerados favelas. Para serem particularizados no censo como favelas, as aglomerações de barracos deviam possuir todas ou algumas das seguintes características:

1. “*Proporções mínimas* - Agrupamentos prediais ou residenciais formados com unidades de número geralmente superior a 50;
2. *Tipo de habitação* - Predominância, no agrupamento, de casebres ou barracões de aspecto rústico típico, construídos principalmente de folhas de Flandres, chapas zincadas, tábuas ou materiais semelhantes;
3. *Condição jurídica da ocupação* - Construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida;
4. *Melhoramentos públicos* - Ausência, no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada;
5. *Urbanização* - Área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento.”⁴³

Durante muito tempo, estas características constituíam a própria definição do conceito *favela*, muito usada por políticos, administradores, sociólogos, historiadores e assistentes sociais. A definição tornar-se-ia obsoleta, no entanto, principalmente a partir dos anos 80, com a urbanização de diversas favelas e a transformação paulatina de muitos “barracos” em casas com paredes de tijolos, esgoto, água encanada, telefone, energia elétrica e escritura.

Os resultados do censo de 1950, no tocante às favelas, distinguiram-se dos do censo de 1948, devido às diferenças nos critérios utilizados. Foram encontradas 58 favelas e, dentro delas, 45.236 domicílios, com uma população total de 169.305 pessoas. Os

⁴¹ Ibid., p. 204 et seq.

⁴² GUIMARÃES, As favelas do Distrito Federal. p. 259.

⁴³ Ibid., p. 259.

moradores de favelas representavam somente 7,12% da população total do Distrito Federal, mas os números absolutos significavam que naquele momento apenas dez cidades brasileiras tinham mais residentes do que as favelas do Rio de Janeiro.⁴⁴

Em 1951, quando Getúlio Vargas voltou ao poder como presidente eleito, a meta da industrialização passou a ser prioritária. No decurso do seu governo, a necessidade de ter suficientes trabalhadores para poder dar continuidade ao processo de substituição de importações fez aumentar o fluxo migratório para as grandes cidades, o qual, conseqüentemente, causou o crescimento das favelas do Distrito Federal. Publicaram-se os primeiros trabalhos científicos sobre a favela, nos quais se procurava analisar as causas e as origens do “problema” da favela. A propósito, Alberto Passos Guimarães - citado neste trabalho já várias vezes pelo mérito de ter escrito um artigo pioneiro e extremamente elucidativo - afirma em 1953 que, antes de ser considerado um *problema*, a favela deve ser visto como uma *solução*. Explica ele:

“O fenômeno das favelas tem sido geralmente encarado como um simples problema, ora de estética urbana, ora de assistência social. Esquece-se, quase sempre, que antes de se transformarem num problema a desafiar estudos de profundidade por parte dos estetas e filantropos, as favelas representaram uma solução de emergência, imposta às pessoas desprovidas de recursos, para suas dificuldades crescentes de transporte acessível ou moradia próxima aos locais de trabalho. O movimento demográfico em direção às favelas não foi, portanto, um produto do acaso, mas de causas e fatores que o impeliram num sentido determinado.”⁴⁵

À medida que surgiam opiniões e idéias inovadoras e progressistas referentes às favelas, como a acima mencionada, a

⁴⁴ Ibid, p. 259 et seq.

⁴⁵ Ibid., p. 255.

proposta de urbanização de algumas favelas, complementar à de extinção de outras, tornava-se cada vez mais popular. Foi neste contexto que d. Hélder Câmara, então bispo auxiliar do Rio de Janeiro, criou em 1955 a Cruzada São Sebastião. Um dos principais objetivos desta organização era desenvolver “uma ação educativa de humanização e cristianização no sentido comunitário, partindo da urbanização como condição mínima de vivência humana e elevação moral, intelectual, social e econômica.”⁴⁶ Entre 1955 e 1960, a Cruzada realizou melhorias de serviços básicos em 12 favelas do Rio de Janeiro. Além de executar 51 projetos de redes de luz, a Cruzada urbanizou parcialmente a favela de Morro Azul e completamente a favela Parque Alegria. No Leblon, construiu o conjunto habitacional que ficaria conhecido como *A Cruzada*, a primeira experiência de alojamento de moradores nas imediações da própria favela onde moravam.⁴⁷ Como um dos objetivos do presente trabalho é justamente retratar e analisar esta experiência, basta dizer aqui que outros estudiosos percebem um elevado grau de assistencialismo e paternalismo na ação da Cruzada São Sebastião, embora reconheçam que havia inovações em relação à ação da Fundação Leão XIII. Uma destas inovações foi a utilização da perspectiva de integração social das populações carentes. Outra foi a importância dada a certas técnicas de serviço social nas intervenções da Cruzada São Sebastião.⁴⁸

Como resposta do poder público às iniciativas da Igreja Católica, a prefeitura do Distrito Federal criou, no fim de 1956, o Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas (Serfha). Inicialmente sem recursos, o Serfha funcionou durante quatro anos apenas dando apoio às atividades da Fundação Leão XIII e da Cruzada

⁴⁶ CONGRESSO BRASILEIRO DE SERVIÇO SOCIAL, 3º. *Cruzada São Sebastião: duas experiências de promoção humana - Bairro São Sebastião e Favela da Rádio Nacional em Parada de Lucas*. Rio de Janeiro: 1965. p. 65.

⁴⁷ BURGOS, Dos parques proletários ao Favela-Bairro... p. 30.

⁴⁸ Cf. VALLA, *Educação e favela...* p. 62-76; PARISSE, *Favelas do Rio de Janeiro...* p.175-190; BURGOS, *Dos parques proletários ao Favela-Bairro...* p. 30; PINO, *Family and favela...* p. 118-120.

São Sebastião. Vale a pena mencionar aqui que o crescimento das favelas não parava: o censo de 1960 contou 147 favelas com uma população de 335.063 no Rio de Janeiro. Portanto, 10% dos cariocas viviam em favelas.⁴⁹ A partir de 1960, quando da criação do Estado da Guanabara, o Serfha passou a fazer parte da Coordenação de Serviços Sociais do Estado. O novo diretor do órgão, José Arthur Rios, fora um dos integrantes do grupo de pesquisa da Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (Sagmacs).⁵⁰ Pouco antes da reformulação do papel do Serfha, a Sagmacs havia publicado, em cadernos especiais do jornal *o Estado de São Paulo*, um importante e detalhado relatório sobre as favelas do Rio de Janeiro. Em suas conclusões, o relatório fazia uma avaliação crítica das soluções propostas e desenvolvidas pela Igreja Católica. Segundo os pesquisadores, a grande maioria da população favelada era auto-suficiente e carecia apenas de orientação, apoio e boa vontade das autoridades. O problema das favelas não poderia ser resolvido por meio de trabalhos de assistência social e educação, a solução deveria ser procurada pelo próprio favelado.⁵¹ O primeiro objetivo do trabalho do Serfha era, portanto, capacitar os moradores das favelas a ganharem certa independência para tratar com as autoridades estaduais em vez de ter de depender de favores políticos. Entre 1961 e 1962, o Serfha estimulou a criação de 75 associações de moradores em favelas onde estas não existiam até então.⁵² A tentativa de oferecer às favelas um órgão corporativo na forma de uma pessoa jurídica e, assim, dar-lhes liberdade política era desfavorável aos legisladores que dependiam do apoio eleitoral dos moradores das favelas. O trabalho desenvolvido pelo Serfha incomodava tanto alguns legisladores poderosos que o primeiro

⁴⁹ Cf. FINEP-GAP, *Habitação popular...*

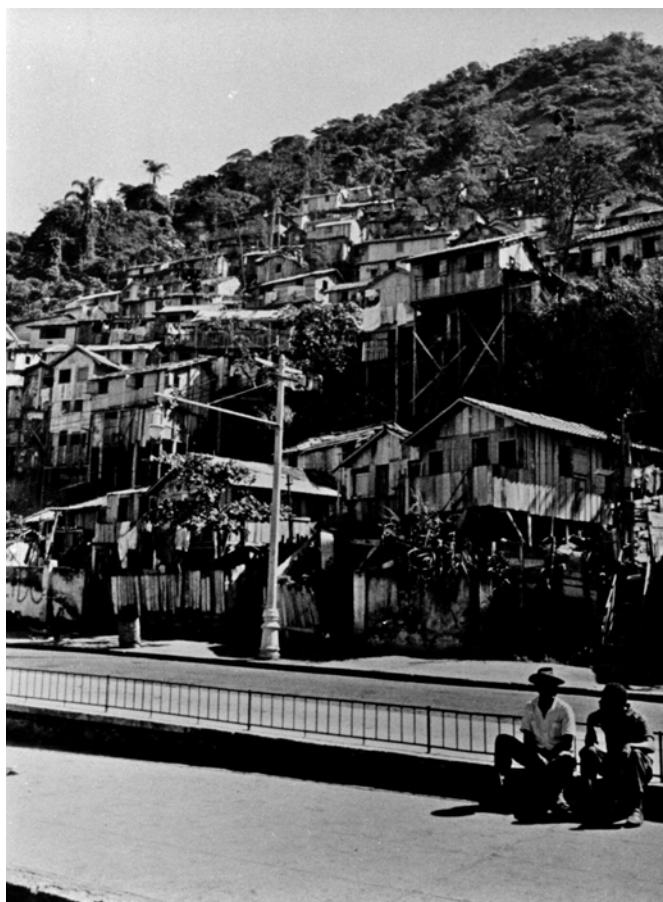
⁵⁰ VALLA, *Educação e favela...* p. 76-77.

⁵¹ SAGMACS, Aspectos humanos da favela carioca. p. 38. Sobre a pesquisa da SAGMACS, ver: VALLADARES, Licia do Prado. *L'invention de la favela*. Tese (Habilitation à diriger des recherches) - Faculté d'Antropologie et de Sociologie, Université Lumière - Lyon II, Lyon, 2001. p. 65-93.

⁵² LEEDS; LEEDS, *A sociologia do Brasil urbano*. p. 212.

governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, decidiu exonerar José Arthur Rios e dissolver o Serfha.⁵³

Ainda em 1962, Carlos Lacerda reorganizou totalmente os serviços sociais da cidade do Rio de Janeiro. Criou a Secretaria de Serviços Sociais, órgão do executivo estadual, cuja direção se compôs de adeptos de Lacerda. Além disso, fundou a Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (Cohab - GB), com recursos do Acordo do Fundo de Trigo Estados Unidos - Brasil, projeto da *United States*



A favela da Catacumba em meados dos anos 60. Ela seria removida em 1970. Foto © Ag. O Globo

Agency for International Development (Usaid). Com a

criação da Cohab, iniciou-se uma era de erradicação na política referente à favela, tanto no nível estadual quanto no nível nacional, a despeito das metas expressas da Cohab de assistência às favelas para melhorar, construir casas e, com o apoio da subordinada Fundação Leão XIII, urbanizar. Segundo Leeds e Leeds, a Cohab pode ser considerada um órgão independente sob o controle de Lacerda, "cujo vice-governador, Rafael de Almeida Magalhães, e o genro, Flexa Ribeiro, controlavam 49% da percentagem permitida a acionistas privados".⁵⁴

⁵³ Ibid., p. 213.

⁵⁴ Ibid., p. 216.

Entre 1962 e 1965, a Cohab construiu quatro conjuntos habitacionais destinados a abrigar moradores de favelas removidas: a Cidade de Deus, Vila Kennedy, Vila Aliança e Vila Esperança. Os quatro conjuntos foram construídos em localidades distantes do centro da cidade. Conforme Janice Perlman, poucos dos moradores desses novos conjuntos habitacionais ficaram satisfeitos com a mudança impreterível, devido à longa distância aos principais locais de trabalho, à falta de transportes públicos, à ruptura dos laços de amizade desenvolvidos na favela de origem e à má qualidade das habitações nos conjuntos.⁵⁵ Nas eleições para um novo governador, em abril 1965, já no contexto da ditadura militar, o candidato de Carlos Lacerda, Flexa Ribeiro, foi derrotado. Janice Perlman menciona dados que comprovam que dos cerca de cinco mil votos provenientes dos conjuntos habitacionais construídos na gestão de Carlos Lacerda, menos de 400 votos foram para Flexa Ribeiro.⁵⁶

O novo governador da Guanabara, Francisco Negrão de Lima, foi eleito pela coalizão entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD), ambos partidos getulistas que faziam oposição ao governo militar. Os anos da sua administração foram marcados por duas tendências opostas referentes à problemática das favelas: urbanização e remoção. Em 1968, a ambigüidade das suas políticas públicas manifestou-se de maneira mais nítida, quando Negrão de Lima autorizou um grupo de arquitetos, planejadores, economistas e sociólogos a formar a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (Codesco). A Codesco propunha-se a urbanizar três favelas estudadas, o que serviria como projeto-piloto para um programa mais amplo. Urbanização, para a Codesco, incluiria "regularização, pavimentação e iluminação das ruas, instalação de redes de água, esgotos e eletricidade, auxílio financeiro e mínima supervisão de reconstrução de

⁵⁵ Cf. PERLMAN, Janice. *The myth of marginality: urban poverty and politics in Rio de Janeiro*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1976.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 246.

casas (geralmente com a ajuda própria), além da administração da venda de terras que tinham sido expropriadas pelo Estado.”⁵⁷ A Codesco chegou a urbanizar a favela Brás de Pina, mas não conseguiu terminar a urbanização de outras duas favelas, devido à intervenção do governo federal com a criação da Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (Chisam), a fim de estabelecer uma política única de erradicação para as favelas dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Para a Chisam, as favelas eram espaços urbanos deformados, que abrigavam uma “população alienada da sociedade por causa da habitação”. Esta população, de acordo com a Chisam, não tinha os benefícios de serviços porque não pagava impostos. De fato, a atitude da Chisam para com os moradores das favelas assemelhava-se à atitude comum nos anos 40, segundo a qual os favelados precisavam de uma reabilitação social, moral, econômica e sanitária.⁵⁸ Havia, porém, outro motivo que levou o governo federal a optar pela erradicação das favelas e a construção de conjuntos habitacionais. A Chisam era controlada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), fundado em 1964, o qual também controlava a construção civil no Brasil. A remoção das favelas e a construção de conjuntos habitacionais dariam um forte impulso ao mercado imobiliário e à construção civil, justamente dois dos principais objetivos do BNH. Segundo o BNH, a construção de habitações em massa resolveria o “problema da favela”.⁵⁹ Politicamente isolado, Negrão de Lima - o único governador de oposição restante no país - acabou cooperando com o governo federal nas remoções e no programa de construção de conjuntos habitacionais.⁶⁰

⁵⁷ LEEDS; LEEDS, *A sociologia do Brasil urbano*. p. 232-233. Cf. SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

⁵⁸ BURGOS, *Dos parques proletários ao Favela-Bairro...* p. 36.

⁵⁹ LEEDS; LEEDS, *A sociologia do Brasil urbano*. p. 218.

⁶⁰ Cf. COMISSÃO DO ANO 2000. *Rio ano 2000*. Rio de Janeiro: Secretaria de Ciência e Tecnologia, 1970. p. 205.

A época das grandes remoções, que terminaria por volta de 1975, caracterizou-se pela resistência dos moradores das favelas, apesar do desaparecimento de muitas das suas lideranças e a cooptação e subjugação das associações de moradores de favelas pelo Estado da Guanabara. Uma das remoções mais traumáticas aconteceu em 1969, na favela da Praia do Pinto no Leblon. Muitos moradores desta favela recusaram-se a mudar para conjuntos habitacionais localizados na periferia da cidade e resolveram permanecer nas suas casas. Com as remoções forçadas já em curso, a favela foi incendiada de maneira misteriosa. Como os bombeiros não apareceram para apagar o fogo, embora fossem chamados várias vezes, a favela ficou arrasada. No lugar da favela construiu-se um conjunto de condomínios com apartamentos financiados para oficiais das forças armadas.⁶¹

Depois de serem removidas para os conjuntos habitacionais da Cohab-GB, muitos ex-favelados continuaram mostrando seu desgosto com a forma forçada das remoções e a péssima qualidade das casas nas quais foram obrigados a morar. No livro *Passa-se uma casa*, Lícia Valladares descreve várias estratégias de resistência usadas pelos moradores dos conjuntos habitacionais construídos pela Cohab. Como muitos moradores simplesmente não conseguiam pagar as prestações das casas, uma “saída vantajosa”, nas palavras de Valladares, era vender ou “passar” a casa no conjunto habitacional e voltar a morar numa favela. As pessoas às quais as casas eram “passadas” geralmente não eram provenientes de favelas e tinham uma renda um pouco mais elevada.⁶² Deste modo, a política de remoções fazia com que o número de moradores de favelas se mantivesse mais ou menos estável,

⁶¹ FOGO deixa 5 mil ao desabrigo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 mai. 1969. p. 1 e p. 36; JACOB, Alberto. Praia do Pinto acaba e deixa Ipanema que ajudou a construir. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 mai. 1969. p. 35; INCÊNDIO arrasa Favela do Pinto. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 mai. 1969. p. 9.

⁶² VALLADARES, Lícia do Prado. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favela do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 76-79.

enquanto o objetivo era justamente diminuir o número de pessoas residentes em favelas.⁶³

Entre 1968 e 1975, foram removidas em torno de 100 mil pessoas. Na totalidade, foram destruídas 60 favelas.⁶⁴ A partir de 1973, o programa de remoção da Chisam e Cohab desacelerou-se drasticamente por causa da má situação financeira do BNH, que financiava a construção dos conjuntos habitacionais pela Cohab. A inadimplência dos moradores dos conjuntos habitacionais já construídos causava sérios problemas ao sistema financeiro do BNH. Por isto, a Cohab - que se transformaria em Cehab com a unificação do Estado do Rio de Janeiro e do Estado da Guanabara em 1975 - passou a financiar e construir casas e apartamentos para famílias de classe média e média baixa, capazes de pagar as prestações em dia. A Chisam, órgão do governo federal, foi extinta em 1973 e suas funções foram absorvidas pela Cohab. A intervenção federal já não se fazia tão necessária, pois o governador que havia assumido em 1971, Chagas Freitas, convivia bem com o regime militar e adaptava-se a suas políticas referentes às favelas.⁶⁵

Com o esgotamento da política de remoção, provocado principalmente pelos problemas financeiros do BNH, iniciou-se um período de ausência de políticas públicas voltadas para as favelas. Em vez de lutar por direitos, a maioria das associações que representavam os moradores das favelas do Rio de Janeiro começou a comprometer-se com políticos em troca de pequenos favores. O reflorescimento desse tipo de clientelismo, bastante comum nos anos do populismo (1945-1964), deve ser visto à luz do processo de democratização pelo qual o Brasil estava passando. Muitos políticos - candidatos a cargos

⁶³ BURGOS, Dos parques proletários ao Favela-Bairro... p. 38.

⁶⁴ Ibid., p. 38.

⁶⁵ Cf. PORTES, Alejandro. Housing policy, urban poverty, and the state: the favelas of Rio de Janeiro, 1972-1976. *Latin American Research Review*, Chapel Hill (North Carolina), v. 14, n. 2, p. 3-24, 1979; INSTITUTO DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL (IPLANRIO). *Morar na metrópole*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1988.

municipais e estaduais, a princípio - estavam precisando dos votos dos moradores das favelas. Neste período marcado por clientelismo crescente, ações paliativas e poucos projetos estruturais, uma iniciativa que se destacava pela sua tendência para a urbanização das favelas foi o programa Promorar, criado pelo governo federal em 1979. O Promorar, conhecido no Rio de Janeiro como Projeto Rio, visava a recuperar as faixas alagadas habitadas próximas ao aeroporto internacional do Rio de Janeiro. Esperava-se que estas áreas se valorizassem, de modo que os investimentos feitos pudessem ser recuperados com a venda dos terrenos remanescentes. O Promorar dava prioridade para o saneamento básico, a erradicação das palafitas e a transferência de títulos de propriedade aos moradores das favelas envolvidas no projeto. Mediante o Promorar, seis favelas na área da Maré foram urbanizadas.⁶⁶

De 1979 em diante, a alternativa de urbanização tem prevalecido sobre a de remoção, embora às vezes as duas tenham sido combinadas como estratégia de lidar com a questão das favelas. É possível entender a sólida opção dos governos federal, estadual e municipal nas décadas de 80 e 90 pela urbanização das favelas, levando em conta os seguintes fatores que podem tê-la justificado politicamente:

- As experiências realizadas nos anos 60 e 70 mostraram às autoridades públicas que programas de remoção de favelas em grande escala eram financeiramente inviáveis. As remoções financiadas por meio do BNH e coordenadas pela Cohab - GB e pelo Chisam, a princípios dos anos 70, eram sintomáticas nesse sentido. Como já se mencionou, muitos dos moradores de conjuntos habitacionais que foram obrigados a sair das suas casas nas favelas não conseguiam ou não queriam pagar as prestações das novas habitações. O BNH, ao dar-se conta deste fenômeno, resolveu

⁶⁶ BURGOS, Dos parques proletários ao Favela-Bairro... p. 56.

escolher outro público-alvo e começou a aplicar os recursos disponíveis no financiamento de projetos habitacionais para as classes média e alta.⁶⁷

- As autoridades públicas chegaram à conclusão de que a política de remoção não resolvia o problema das favelas. Em sete anos, entre 1968 e 1975, foram removidas em torno de 100 mil pessoas. Ao mesmo tempo, foram destruídas cerca de 60 favelas. Apesar destes números impressionantes, constatou-se, na década de 80, que 12,3% da população carioca ainda morava em favelas. Em 1970, a porcentagem fora 13,2%.⁶⁸ Esta diminuição quase que fútil devia-se ao regresso às favelas de muitos moradores de conjuntos habitacionais e à migração de brasileiros de outras cidades e outros estados para o Rio de Janeiro. De qualquer forma, ficou evidente que a política de remoção não diminuía drasticamente o número de pessoas residentes em favelas.
- Na nova conjuntura democrática, os moradores de favelas representavam um eleitorado enorme e, portanto, poucos políticos podiam simplesmente ignorá-los. As políticas de remoção eram extremamente impopulares e haviam causado, pelo menos em duas ocasiões, grandes derrotas eleitorais de políticos responsáveis por elas. Em 1965, o Governador Carlos Lacerda, mentor de grandes projetos de remoção, não conseguiu eleger seu sucessor Flexa Ribeiro. Como já foi assinalado, a grande maioria dos moradores dos recém-criados conjuntos habitacionais votou no seu rival político, Negrão de Lima. Em 1982, Leonel Brizola, opositor fervoroso do governo militar, conseguiu eleger-se governador do Rio de Janeiro. Os candidatos que haviam se envolvido, de uma maneira ou outra, com o regime militar e a política habitacional desenvolvida por ela nos anos 60 e 70, como Sandra Cavalcanti e Moreira Franco, foram

⁶⁷ Ibid., p. 38.

⁶⁸ Ibid.

“surpreendentemente” derrotados.⁶⁹ Estes exemplos mostram que os moradores das favelas sabem “dar o troco”, e que a remoção das favelas do Rio de Janeiro não é uma opção para políticos que pretendem consolidar o seu próprio poder e o poder dos seus partidos nos planos estadual e municipal. Nos anos antes da abertura política, os políticos da situação não precisavam se preocupar com os moradores de favelas. Afinal, não precisavam do seu apoio eleitoral porque simplesmente não havia eleições. As lideranças que se manifestaram contra as políticas opressivas relativas às favelas foram reprimidas e muitas delas sumiram. As associações de moradores de favelas foram cooptadas e viraram verdadeiros braços dos idealizadores da política de remoção.⁷⁰ Com a abertura política, esses atos repressivos diminuía paulatinamente em intensidade.

- O poder hegemônico das autoridades públicas nas favelas do Rio de Janeiro começou a ruir nos anos 80, quando os banqueiros do jogo do bicho e os grupos dedicados ao tráfico de drogas se consolidaram como poderes paralelos em muitas favelas.⁷¹ Burgos fala de uma “privatização das favelas por esses poderes paralelos”.⁷² De fato, a partir dos anos 80, as autoridades públicas não conseguem mais imperar sobre as favelas, a não ser por meio de intervenções policiais. Se as autoridades públicas não têm legitimidade nas favelas, os grupos de traficantes também não a têm, visto que só conseguem se impor pelo uso da força.⁷³ No cenário atual, seria impraticável a execução de um novo plano de remoção de favelas em grande escala, pois nas favelas o poder público não se impõe mais como poder único e absoluto. Durante a Operação Rio, realizada por

⁶⁹ Cf. ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

⁷⁰ BURGOS, Dos parques proletários ao Favela-Bairro... p. 37.

⁷¹ O jogo do bicho é um jogo de apostas ilícito que vincula uma série numérica a uma série animal e praticado muito no Rio de Janeiro e nas suas cidades-satélites. A aparente inocência do jogo do bicho recobre uma vasta rede de criminalidade e violência, assim como uma provável ligação com o tráfico de drogas.

⁷² BURGOS, Dos parques proletários ao Favela-Bairro... p. 44.

ocasião das eleições de 1994, o governo do Estado do Rio de Janeiro considerou necessário cercar as favelas com tanques e suspender os direitos civis dos seus moradores para prender traficantes.⁷⁴ Se numa situação desta natureza já é válido aplicar métodos comumente usados em tempos de guerra, é oportuno perguntar-se quais seriam os meios coercitivos necessários para realizar uma operação de remoção de favelas em grande escala, hoje em dia, na cidade do Rio de Janeiro. E parece que as autoridades públicas não pretendem se servir desses meios porque não têm legitimidade e soberania suficientes para usá-los na maioria das favelas.

Desde o início dos anos 90, a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro vem executando, com recursos próprios e apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento, um programa de urbanização de favelas chamado *Favela - Bairro*. Quando do começo do programa, havia quase um milhão de moradores de favelas no município do Rio de Janeiro.⁷⁵ O nome do programa já aponta o seu objetivo, que é transformar favelas em bairros, principalmente por meio de melhorias na infra-estrutura e implantação de serviços públicos nas favelas selecionadas. Além disso, o *Favela - Bairro* visa à regularização da questão fundiária nas favelas. O programa prioriza favelas de porte médio, com população entre dois mil e dez mil moradores, tendo em vista o alto custo que a urbanização das favelas maiores acarretaria. As favelas menores não são incluídas no programa por causa da sua dispersão pela cidade e por causa do número elevado destas favelas (mais ou menos 350 em 1991).⁷⁶ Foi criado um Programa similar ao *Favela - Bairro*, chamado Bairrinho, que visa a resgatar as condições

⁷³ ZALUAR, *A máquina e a revolta*. p. 166.

⁷⁴ SOARES, Luiz Eduardo. O Mágico de Oz e outras histórias sobre a violência no Rio. In: _____ (org.). *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Iser, 1996. P. 251-272.

⁷⁵ IPLANRIO. *Anuário Estatístico*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1993. p. 125.

⁷⁶ BURGOS, *Dos parques proletários ao Favela-Bairro...* p. 50.

habitacionais e urbanísticas de populações que moram nessas favelas menores, de 100 e 500 núcleos familiares. Uma característica importante do programa *Favela - Bairro* é que se trabalha com um índice pelo qual favelas são classificadas conforme o grau de dificuldade para serem urbanizadas totalmente. Desta maneira, dá-se prioridade às favelas em que já foram iniciadas - em outras épocas e administrações - processos de urbanização, deixando-se, portanto, as favelas mais miseráveis para serem urbanizadas por último.⁷⁷ Os resultados dos primeiros três anos do programa *Favela - Bairro*, na opinião de Burgos, podem ser considerados positivos, visto que foram incorporadas ao programa a questão do desemprego, a necessidade de estímulo à geração de renda e a criação de áreas de lazer, espaços culturais e instalações esportivas.⁷⁸ Contudo, é quase impossível fazer uma reflexão ampla sobre o *Favela - Bairro* neste momento, visto que o programa ainda está em andamento. De qualquer forma, a promessa feita pelos prefeitos César Maia e Luiz Paulo Conde, de que o *Favela - Bairro* seria levado a todas as favelas da cidade, está longe de ser cumprida.

⁷⁷ Ibid.

⁷⁸ Ibid, p. 51-52.

2. Dar uma solução racional, humana e cristã ao problema das favelas: a concepção da Cruzada São Sebastião

*No es caballero el que nace,
sino el que lo sabe ser.*

Cirilo Villaverde (1812–1894), escritor cubano, em seu romance antiescravista *Cecilia Valdés o la loma del ángel*.

2.1 A Fundação da Cruzada São Sebastião

No dia 29 de setembro de 1955, fundou-se a Cruzada São Sebastião, por iniciativa de dom Hélder Câmara (1909–1999), então bispo auxiliar do Rio de Janeiro. A Cruzada tinha por objetivo dar solução racional, humana e cristã ao problema das favelas do Rio de Janeiro. Não era a primeira entidade que visava solucionar este problema. Já havia a Comissão para as Favelas, da Prefeitura do Distrito Federal, e a Fundação Leão XIII, fundada em 1947, presidida em 1955 por dom José Távora, outro bispo auxiliar do Rio de Janeiro.¹



Dom Hélder Câmara, pouco antes da sua morte em 1999.
Fonte: www.domhelder.com.br

A idéia de criar a Cruzada São Sebastião nascera durante o 36º Congresso Eucarístico Internacional, realizado no Rio de Janeiro, a partir de 17 de julho de 1955. O próprio Dom Hélder, um ano antes da sua morte, lembrou a trajetória e os motivos que o haviam levado a fundar a Cruzada São Sebastião, em carta enviada à Paróquia dos Santos Anjos no Leblon:

“Em 1955, era então Bispo Auxiliar desta Arquidiocese, quando a cidade do Rio de Janeiro foi sede do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, realizado com extraordinário sucesso. A preparação cuidadosa desse magnífico evento nos levou a tomar consciência de uma realidade inquietante: o problema das favelas. O contraste entre as condições de vida na favela e a dos moradores ricos dos bairros, era evidente. Impunha-se o desafio de enfrentar as necessidades imediatas de uma população miserável e faminta. Este foi um momento de virada na minha vida. Todo o dom que o Senhor me deu, coloquei a serviço dos Pobres. Com o objetivo de dar solução humana e cristã ao problema das favelas da cidade elaboramos um ousado

¹ PARISSE, *Favelas do Rio de Janeiro...* p. 175.

projeto: os moradores seriam transferidos para prédios de apartamentos. Acreditamos que seria possível superar a luta de classes, aproximando-as, fazendo com que os pobres continuassem perto dos ricos, através da sensibilização dos moradores.”²

Dom Hélder Câmara procurou, ao fundar a Cruzada, canalizar os esforços para resolver o problema das favelas: havia muitas paróquias onde funcionava um serviço assistencial às favelas localizadas em seu território. Além disso, existiam algumas associações particulares que se preocupavam com a questão, como o Rotary Clube, O Lions Clube e a Legião Brasileira de Assistência.³

As metas explícitas da Cruzada São Sebastião eram definidas assim:

1. “promover, coordenar e executar medidas e providências destinadas a dar solução racional, humana e cristã ao problema das favelas do Rio de Janeiro;
2. proporcionar, por todos os meios ao seu alcance, assistência material e espiritual às famílias que residem nas favelas cariocas; mobilizar os recursos financeiros necessários para assegurar, em condições satisfatórias de higiene, conforto e segurança, moradia estável para as famílias faveladas;
3. colaborar na integração dos ex-favelados na vida normal do bairro da Cidade;

² CÂMARA, dom Hélder. *Carta à Paróquia dos Santos Anjos, por ocasião dos 35 anos da sua fundação*. Recife, 12 agosto de 1998. Cf. PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. *Dom Hélder Câmara: entre o poder e a profecia*. São Paulo: Editora Ática, 1997. A biografia de d. Hélder Câmara escrita por Nelson Piletti e Walter Praxedes – a qual se aproxima de uma autêntica hagiografia – descreve detalhadamente o caminho que teria levado d. Hélder a fundar a Cruzada São Sebastião. Segundo o depoimento ouvido por Piletti e Praxedes, o então cardeal de Lyon, Gerlier, sugeriu que d. Hélder colocasse seu talento de organizador ao serviço dos pobres. D. Hélder teria lhe respondido: “Este é um momento de virada na minha vida. O senhor poderá ver minha consagração aos pobres. Não estou convencido de possuir dotes excepcionais de organizador, mas todo o dom que o Senhor me confiou colocarei ao serviço dos pobres” (p. 233). Cf. PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. *Dom Hélder Câmara : entre o poder e a profecia*. São Paulo: Editora Ática, 1997.

³ PARISSÉ, *Favelas do Rio de Janeiro...* p. 175.

4. colaborar com o Poder Público e com entidades privadas em tudo aquilo que interessar à realização dos objetivos acima enunciados;
5. colaborar em providências para o retorno ao campo de imigrantes de áreas subdesenvolvidas, atraídos pelas luzes da cidade e aqui transformados em favelados...⁴

Para alcançar estas metas, a Cruzada pretendia, antes de tudo, “agir, congregando ao máximo as forças disponíveis da iniciativa particular e do poder público.”⁵ O planejamento geral atingiria, no prazo de dez anos, a urbanização de todas as favelas do Rio de Janeiro.⁶

Um fator determinante na fundação da Cruzada São Sebastião foi o apoio que o Presidente da República João Fernandes Café Filho deu à iniciativa de Dom Hélder Câmara. Justamente nos meados de 1955, o Governo Federal estava preparando um plano para as favelas. O presidente mostrou-se interessado nos planos do bispo e pôs à disposição da Cruzada São Sebastião a dotação de Cr\$ 50 milhões, com a condição de ser iniciada a urbanização de uma favela e no mais curto prazo ser concluída a obra.⁷

Ao receber esta oferta, a diretoria da Cruzada viu-se diante um problema metodológico. Havia duas alternativas: aceitar a verba e começar imediatamente a construção, simultaneamente à educação e preparação dos moradores das favelas; ou não aceitar a verba e seguir “o método de educação, lento, normal, que deveria preceder à urbanização, da qual os habitantes da favela deveriam participar com

⁴ CRUZADA SÃO SEBASTIÃO. *Estatutos*. Rio de Janeiro, 1958 apud PARISSE, *Favelas do Rio de Janeiro...* p. 175-176.

⁵ Ibid.

⁶ COUTINHO, Nadyr. *Um ensaio de aplicação das técnicas de organização social de comunidade num projeto piloto de conjunto residencial para ex-favelados*. Rio de Janeiro : SESC, 1959. p. 27. Neste trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Serviço Social “Instituto Social” da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro - uma das duas primeiras escolas de serviço social no Brasil, Nadyr Coutinho relata a experiência vivida como assistente social da Cruzada São Sebastião em 1957.

⁷ Em 1956, o salário mínimo mensal era de Cr\$ 3.800 no Distrito Federal. Um dólar americano valia Cr\$ 91,71. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1958. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

suas sugestões, seu esforço, seu trabalho.”⁸ Se a Cruzada São Sebastião optasse por esta alternativa, não se poderia mais contar com a ajuda substancial do governo, visto que o trabalho de educação precedendo à urbanização iria levar alguns anos. Portanto, a Cruzada aceitou a ajuda.

⁸ GUARNIERI, Irmã Enny M.J.C. *Uma experiência de promoção social: Cruzada São Sebastião*. Rio de Janeiro: Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social - CBCISS, 1964. p. 1. A autora deste relatório foi responsável pela assistência social nos edifícios da Cruzada na Praia do Pinto no começo de 1957, quando entraram os primeiros moradores.

2.2 Por que mais uma iniciativa da Igreja Católica?

Em 1955, já existia uma instituição criada pela Igreja Católica que se preocupava com o problema das favelas. A Fundação Leão XIII nascera em 1947 de um acordo entre a Prefeitura do Distrito Federal e o cardeal d. Jaime de Barros Câmara.⁹ O seu objetivo era criar, em cada favela, centros sociais, escolas e clínicas com a finalidade de dar orientação prévia para a urbanização.¹⁰

Com efeito, não se justificaria a criação de uma nova instituição - a Cruzada São Sebastião -, já que, em hipótese, a Fundação Leão XIII poderia perfeitamente absorver as idéias de d. Hélder Câmara e tentar realizá-las. No entanto, há dois motivos complementares que possam esclarecer a duplicidade de iniciativas pela Igreja Católica.

O primeiro deles concerne à decadência do trabalho da Fundação Leão XIII. Nos primeiros anos depois da sua criação, a Fundação Leão XIII era considerada uma instituição inovadora e empreendedora que realizava várias atividades pioneiras nas favelas do Rio de Janeiro. A partir de 1952, porém, estas atividades foram diminuindo e, nos anos seguintes, os trabalhos de vistoria, a fiscalização de obras e o serviço de conservação tornaram-se cada vez mais importantes na ação da Fundação Leão XIII. Desta forma, a criação da Cruzada São Sebastião

⁹ Em 1891, o Papa Leão XIII (Gioacchino Pecci, 1810-1903) promulgou a encíclica *Rerum Novarum*, em que expunha as bases da doutrina social católica. Embora rejeitasse a teoria marxista, *Rerum Novarum* propunha que os empregadores reconhecessem os direitos fundamentais dos trabalhadores, tais como: limitação das horas de trabalho, descanso semanal, estabelecimento de salários etc. Também recomendava a intervenção do Estado, com o objetivo de melhorar as condições de vida dos trabalhadores. Cf. LEÃO XIII. *Sobre a condição dos operários: encíclica "Rerum Novarum"*. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1961. Sobre a questão social na história da Igreja Católica, ver SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. Igreja, obras e justiça social (o contexto histórico). In: ANAMEC / CERIS. *Obras sociais da Igreja Católica: atividades das instituições socioeducativas e das paróquias*. São Paulo: Edições Loyola, 2000. cap. 2, p. 15-27.

¹⁰ FUNDAÇÃO LEÃO XIII. *Morros e favelas... notas e relatórios de 1947 a 1954*. p. 6: "Antes de tudo, é preciso compreender os favelados, ganhar-lhes a confiança, prestar-lhes serviço, desinteressadamente, isto é, sem nenhum outro intuito que não seja o de lhes fazer o bem, e isto não se efetiva, senão convivendo com eles, partilhando de

justificar-se-ia pela necessidade de reaver o espírito dinâmico que caracterizara a ação da sua precursora em seus primórdios.

O segundo motivo para a duplicidade de iniciativas é de índole política. Na época, a Arquidiocese do Rio de Janeiro parecia estar dividida em duas facções por causa de discordâncias político-partidárias. Desde a sua criação, a Fundação Leão XIII recebeu o apoio de políticos aliados à União Democrática Nacional (UDN), enquanto que a Cruzada São Sebastião se concretizou graças ao apoio do pacto populista representado pelo Partido Social Democrata (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ainda que a idéia tivesse sido acolhida, inicialmente, pelo Governo Café Filho.¹¹

Apesar destas divergências políticas, as duas instituições acabariam agindo em conjunto. Na realização do projeto mais significativo da Cruzada São Sebastião, a construção do Bairro São Sebastião no Leblon, esta colaboração seria bem perceptível.¹² Como veremos adiante, a seleção dos futuros moradores do Bairro São Sebastião foi feita pelas assistentes sociais da Fundação Leão XIII, com base em um arquivo de relatórios e fichas que continha informações detalhadas sobre os moradores da favela da Praia do Pinto.

suas ansiedades, lá no seio das favelas, tornando-se amigos deles e lhes apontando caminhos novos para a sua vida atribulada.”

¹¹ VALLA, *Educação e favela...* p. 63-64.

¹² Ibid.

3. A invenção de um bairro dentro de um bairro

*Amis, la nature nous fait ;
pssst, pssst!*

*Amigos, a natureza nos diz:
pssst, pssst!*

Le Corbusier (1888-1965), arquiteto e urbanista, no livro-manifesto *Vers une architecture* de 1928.

3.1 O planejamento do Bairro São Sebastião

O primeiro e maior projeto da Cruzada São Sebastião foi a construção de um conjunto habitacional na favela da Praia do Pinto, situada no Leblon, às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, com uma população de aproximadamente 7.000 pessoas e um total de 1.546 barracos.¹ A área onde se construiria o Bairro São Sebastião (assim como a área vizinha, onde já se encontravam os clubes Caiçaras, Monte Líbano, Paysandu e Associação Atlética Banco do Brasil) fora provavelmente, durante algum tempo, um local onde se depositara entulho de construções realizadas nos arredores. Depois de ter aterrado uma parte da Lagoa Rodrigo de Freitas, a Prefeitura do Distrito Federal cedeu o terreno à Cruzada São Sebastião.² Desde o início, os quatro clubes que cercavam a área manifestaram-se contra a construção do Bairro São Sebastião, “alegando que o bairro se transformaria rapidamente numa favela”.³

A idéia de construir um conjunto residencial em uma favela era perfeitamente compatível com os objetivos da Cruzada São Sebastião. Nadyr Coutinho, enfermeira e assistente social formada pela Escola de Serviço Social da PUC do Rio de Janeiro, no seu trabalho de conclusão de curso, vale-se do pensamento de Santo Tomás de Aquino (1225–1274), um dos grandes nomes da escolástica, para explicar o projeto⁴:

“(...) incrementou-se a idéia de levar o proletário a integrar-se na vida social. Tirar o homem do barraco

¹ GUARNIERI, *Uma experiência de promoção social...* p. 1.

² BRITTO, Maristella A. Estudo de uma área de segregação no Rio de Janeiro: a Cruzada de São Sebastião. In: LINDGREN, C. Ernesto S. (Org.). *Leituras em organização espacial*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1975.

³ UMA Cruzada e um paladino. *Visão*, São Paulo, v. 11, n. 26, p. 20-23, 27 dez. 1957.

⁴ A escolástica era uma das principais correntes da filosofia medieval e tinha como objetivo conciliar os diversos campos do conhecimento racional do mundo com a teologia católica. Tomás de Aquino procurou reconstruir, dentro da visão cristã, boa parte das teorias de Aristóteles. Cf. BOEHNER, Philotheus, GILSON, Etienne. *História da filosofia cristã: desde as origens até Nicolau de Cusa*. Tradução de Raimundo Vier. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1982. p. 450 et seq.

infecto, sem água, sem luz nem esgoto, do local não urbanizado, transportá-lo para uma casa, para um apartamento, oferecendo-lhe o 'mínimo de conforto necessário à prática da virtude', de que fala São Tomás de Aquino."⁵

Convém lembrar aqui a quarta meta da Cruzada São Sebastião, já mencionada no texto, que era "colaborar na integração dos ex-favelados na vida normal do bairro da Cidade". Conseguir-se-ia integrar os ex-favelados ou "proletários" na vida social "normal" através da mudança destes para uma casa "normal", ou seja, para uma casa com um mínimo de conforto. Esta mudança seria acompanhada pelo Serviço Social da Cruzada, cujas assistentes sociais se empenhariam em educar e guiar os ex-favelados aspirantes à "vida normal". Mas como poderíamos definir os termos "vida normal" e "vida social", tantas vezes usados em textos escritos pelos idealizadores da Cruzada e seus simpatizantes? Parece que dizem respeito a um estilo de vida que está indissolúvelmente associado ao surgimento, a partir dos anos 40, do apartamento como padrão habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro.⁶ Nas décadas de 40 e 50, o apartamento, além de constituir-se um símbolo de *status*, passou a representar um estilo de vida comum a boa parte das camadas médias da Zona Sul do Rio de Janeiro.⁷ A "vida normal no bairro da cidade", para os planejadores da Cruzada, era a vida em edifícios de apartamentos, em condomínio, uma forma de morar que havia transformado o bairro de Copacabana e que agora, por volta de 1955, estava se difundindo em Ipanema e no Leblon.

⁵ COUTINHO, *Um ensaio de aplicação das técnicas...* p. 12.

⁶ RIBEIRO, *Dos cortiços aos condomínios fechados...* p. 279-289.

⁷ *Ibid.*, p. 259. O seguinte fragmento de um artigo publicado em uma revista da época demonstra que, nos anos 40, o apartamento já era um símbolo de *status* para parte do universo das camadas médias brasileiras: "(...) o apartamento não surgiu, entre nós, como um recurso para atender às necessidades das classes modestas; até uma certa época, cuja limitação ainda não se pode definir perfeitamente pelo efeito da proximidade dos dias que correm, o apartamento foi, pode-se dizer, um luxo; hoje, se ainda não deixou de ser um luxo, tornou-se para a pequena burguesia dos funcionários públicos e empregados uma necessidade de aparência, de aproximação

É importante destacar justamente o que a Cruzada não pretendia fazer: construir casas populares tradicionais, como as casas erguidas nos parques proletários. Ao optar pela construção de blocos habitacionais, a Cruzada seguiu uma tendência inovadora na arquitetura da habitação social brasileira, a qual fora influenciada pela vanguarda moderna européia dos anos 20 (formada por expoentes de movimentos e tendências artísticos como o Construtivismo russo, De Stijl e Bauhaus) e, em especial, pelas idéias de Le Corbusier (Charles-Édouard Jeanneret, 1888–1965) sobre a racionalização e a industrialização do sistema de produção das moradias.⁸ No Brasil, algumas propostas da vanguarda moderna chocaram-se com as posturas predominantes nos debates sobre habitação nos anos 40. As idéias de Le Corbusier sobre o rompimento das fronteiras entre o público e o privado e a proposta de construir habitações multifamiliares - onde várias famílias dividiam banheiros e áreas de serviço, como nos *Höfe* em Viena - desarmozavam com posicionamentos bastante influenciados pela Igreja Católica, segundo os quais a família deveria ser protegida da promiscuidade e dos contatos perigosos com a rua, isto é, com o espaço público ou coletivo. Portanto, espaços considerados privados como banheiros, áreas de serviço e cozinhas não deveriam se tornar equipamentos públicos em conjuntos habitacionais, ao contrário de creches, escolas, postos de saúde e cinemas, que poderiam exercer o papel de instituições de controle e reprodução ideológica.⁹ Esta

com a classe superior." CONSTRUÇÃO civil. *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 76, p. 13-21, mai. 1942. p. 14-15.

⁸ BONDUKI, *Origens da habitação social no Brasil...* p. 144-147; Cf. CAVALCANTI, Lauro. *Casas para o povo: arquitetura moderna e habitações econômicas*. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987. Ver também o interessante artigo de Margareth Pereira sobre os planos de Le Corbusier para a cidade do Rio de Janeiro: PEREIRA, Margareth da Silva. Pensando a metrópole moderna: os planos de Agache e Le Corbusier para o Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; PECHMAN, Robert (orgs.). *Cidade, povo e nação*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1996. p. 363-376.

⁹ BONDUKI, *Origens da habitação social no Brasil...* p. 149, 194-197. É preciso lembrar que no Brasil também havia arquitetos que construíram habitações multifamiliares sem abrir mão das propostas mais drásticas da vanguarda moderna européia. Um

adaptação brasileira das idéias da vanguarda moderna sobre habitação econômica ficou bem visível nos primeiros edifícios residenciais construídos no Rio de Janeiro pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), criado nos anos 30, que, além de proporcionar benefícios previdenciários e assistência médica aos industriários, colaborava na execução das políticas habitacionais governamentais.¹⁰ Os edifícios construídos pelo IAPI podem ter servido como exemplo para a Cruzada, pois algumas das sugestões da vanguarda moderna quanto à habitação social também são perceptíveis na planta dos dez blocos residenciais do Bairro São Sebastião.

A planta do Bairro São Sebastião, elaborada por Dr. Edgard Fonseca, arquiteto da firma Severo e Vilares, previa a construção de uma igreja, uma escola, um centro social, um mercado e dez blocos laminares de sete andares com um total de 910 apartamentos. No quarto andar dos edifícios, em vez de apartamentos, haveria terraços espaçosos interligados por viadutos. Foram planejados três diferentes tipos de apartamento:

- a) pequeno (sala e quarto conjugados);
- b) médio (sala e quarto separados);
- c) maior (sala e dois quartos).

Todos os apartamentos teriam banheiro e cozinha. Na cozinha haveria uma pia, um fogão a gás de duas bocas sem forno, e no banheiro, um chuveiro, vaso sanitário, tanque de lavar roupa e secador.¹¹

exemplo é o arquiteto francês Affonso Eduardo Reidy (1909-1964), que nas décadas de 40 e 50 construiu dois conjuntos habitacionais, na Gávea e em Pedregulho, os quais podem ser considerados a concretização das propostas de Le Corbusier para a *unité d'habitation*. Trata-se de dois edifícios serpenteantes, com ruas suspensas, amplas áreas públicas, tetos-jardim, áreas de serviço coletivas etc.

¹⁰ Ibid., p.101-103.

¹¹ GUARNIERI, *Uma experiência de promoção social...* p. 1-2.



Na foto à esquerda, mulheres da Praia do Pinto com latões nas mãos, à procura de água, passam em frente aos prédios do Bairro São Sebastião ainda em construção. Observe o uso de pilotis no andar térreo e no quarto andar do primeiro edifício. *Foto © Ag. O Globo*

A foto à direita mostra um detalhe da entrada do Palácio Capanema no Rio de Janeiro, construído entre 1937 e 1943 pelos arquitetos Lúcio Costa, Carlos Leão, Jorge Machado Moreira, Affonso Eduardo Reidy e Ernani Mendes Vasconcelos, sob as orientações de Le Corbusier. Este edifício é considerado um marco na arquitetura moderna brasileira. A entrada do palácio, no entanto, demonstra uma estrutura semelhante à dos pórticos dos prédios do Bairro São Sebastião, embora estes não sejam decorados com os luxuosos mosaicos que caracterizam a entrada do primeiro.

Fonte: www.serial-design.com/designers/ministryofeducation.htm

Como nos edifícios construídos pelo IAPI nos anos 40, os espaços destinados à cozinha e ao banheiro eram bastante exíguos, pois se tratava de habitações econômicas. E como nos prédios do IAPI e em outros edifícios inspirados na vanguarda moderna, a falta de espaço privado parecia ser compensada pela criação de generosos espaços públicos. Estes espaços, destinados à recreação, no primeiro e no quarto andar de cada edifício, caracterizavam-se pelo uso de pilotis, um legado de Le Corbusier. Antes da ocupação dos apartamentos, foram instalados equipamentos escolhidos pelos planejadores da Cruzada. Hoje em dia, é uma prática trivial, mas é preciso lembrar que foi a partir da vanguarda moderna, especialmente a alemã, que o planejamento de equipamentos e mobiliário no interior das habitações passou a ganhar importância. Para os arquitetos modernos, além de industrializar e baratear a construção de habitação social, era essencial equipar as moradias de maneira “racional”, i.e. instalar equipamentos de fácil manutenção, produzidos industrialmente a baixo custo, para

simplificar as atividades domésticas. Os equipamentos escolhidos para os apartamentos do Bairro São Sebastião, sem dúvida, tinham essas características “racionais”. Antes de ocuparem os imóveis, os novos moradores do conjunto eram orientados por assistentes sociais sobre o uso correto dos equipamentos. O fogão a gás, por exemplo, era um aparelho raro na Praia do Pinto - a favela de onde a maioria dos moradores do Bairro São Sebastião era proveniente. Lá, os fogões eram improvisados e o combustível para cozinhar geralmente era lenha. O vaso sanitário também era insólito na Praia do Pinto: existe uma anedota segundo a qual muitos moradores recém-chegados ao Bairro São Sebastião não conheciam sua utilidade e, para não deixá-lo desusado, resolveram botar uma planta bem adubada dentro dele.¹² Esta anedota afirma que o vaso sanitário era um equipamento ‘moderno’ que lhes causava muita estranheza. É preciso, contudo, fazer objeção à idéia de que os ex-moradores da Praia do Pinto geralmente não conheciam a utilidade dos equipamentos instalados nas suas novas casas. Havia contato diário entre os moradores da favela da Praia do Pinto e as camadas médias nos bairros contíguos. Este contato geralmente se dava através de relações entre empregadores e empregados. Muitas moradoras da Praia do Pinto trabalhavam como empregada doméstica, faxineira ou cozinheira em “casas de família” nos bairros adjacentes, onde certamente costumavam usar ou limpar o fogão a gás, secador, *water closet* e o chuveiro. Em 1958, 60% das moradoras do Bairro São Sebastião - todas elas recém-chegadas da Praia do Pinto - eram empregadas domésticas (vide anexo 11.1).¹³ Seria lógico pensar, por conseguinte, que as mulheres passassem as

¹² Esta anedota me foi contada, em abril de 1999, por um morador que era menino na época em que se mudou da favela da Praia do Pinto para o Bairro São Sebastião. Depois, vários outros moradores, de jovens a idosos, me confirmaram a história.

¹³ COUTINHO, *Um ensaio de aplicação das técnicas...* p. 66.

informações relevantes sobre o funcionamento dos aparelhos modernos aos seus familiares, para que estes também pudessem usá-los.¹⁴

A Cruzada, ao transferir os moradores de uma favela para edifícios de apartamentos com características modernas, tomou uma atitude moderna. Até então, nunca ocorrera algo semelhante no Rio de Janeiro. Nos textos e documentos disponíveis sobre a Cruzada São Sebastião, nunca é mencionada a influência da vanguarda moderna, mas o planejamento e a construção do Bairro São Sebastião evidenciam-na. É surpreendente perceber como, no caso da idealização do Bairro São Sebastião, os pensamentos de Santo Tomás de Aquino sobre “o mínimo de conforto necessário à prática da virtude” confluíram com os conceitos de Le Corbusier e de outros expoentes da vanguarda moderna sobre a habitação social e econômica.

¹⁴ Os relatórios sobre as visitas domiciliares, anexos às fichas do Serviço Social da Fundação Leão XIII, comprovam que de fato existia contato intenso entre os moradores da favela e seus vizinhos de classe média nos bairros adjacentes. Destacavam-se, neste sentido, as mulheres que trabalhavam como empregadas domésticas.

3.2 A escolha do local apropriado

A decisão de construir o Bairro São Sebastião perto do lugar de origem dos futuros moradores parecia ser fundamentada tanto em motivos práticos quanto ideológicos, como podemos perceber ao ler as seguintes frases de d. Hélder Câmara:

“No Rio, é impraticável pensar em levar o trabalhador para longe do local de trabalho, porque a cidade não dispõe de adequados transportes coletivos. Basta citar o drama dos trens de subúrbios. Mesmo que a cidade dispusesse de transportes adequados, seria erro social, de conseqüências imprevisíveis, varrer os trabalhadores para sempre mais longe das casas dos patrões.”¹⁵

Segundo Irmã Enny Guarnieri, assistente de d. Hélder, optou-se por construir o Bairro São Sebastião em um terreno ao lado da favela da Praia do Pinto porque este estava desocupado e disponível.¹⁶ A Prefeitura do Distrito Federal, proprietário do terreno, concordou em cedê-lo à Cruzada São Sebastião, sem determinar prazos para a reintegração.

Os apartamentos no Bairro São Sebastião seriam propriedade dos moradores após o pagamento de 180 prestações mensais de 8, 12 ou 15% do salário mínimo, conforme o tamanho do apartamento.¹⁷ Desta forma, os moradores levariam pelo menos 15 anos para quitar as dívidas dos seus apartamentos. Depois de terem pago todas as prestações, os moradores ainda não seriam proprietários dos apartamentos que habitavam. Um detalhe no contrato que os moradores iriam assinar com a Cruzada São Sebastião contradizia a promessa da irmã Enny. Ao lermos a quinta cláusula deste contrato, vemos que a questão da posse dos apartamentos era um tanto

¹⁵ UMA Cruzada e um paladino, op. cit.

¹⁶ GUARNIERI, *Uma experiência de promoção social...* p. 1-2.

¹⁷ Ibid.

complicada e não dependia totalmente da vontade da Cruzada São Sebastião:

"5.º - A escritura definitiva de transferência das benfeitorias será outorgada pela CRUZADA ao (s) MORADOR (ES), depois de pagas cento e oitenta (180) contribuições mensais e *após a transferência definitiva do terreno pela Prefeitura do Distrito Federal à CRUZADA.*"¹⁸ [sem grifo no original]

Em outras palavras, a Cruzada São Sebastião não poderia conceder a escritura definitiva de transferência das benfeitorias representadas pelos apartamentos aos moradores, enquanto o terreno em que o Bairro São Sebastião fora construído ainda pertencesse à Prefeitura do Distrito Federal.

De fato, a quinta cláusula do contrato iria causar muitos problemas aos moradores do Bairro São Sebastião. Só em 1983, eles conseguiriam do Governo do Estado do Rio de Janeiro, através do programa "Cada família, um lote", os títulos de propriedade que lhes assegurariam definitivamente a posse dos seus apartamentos.¹⁹

Em novembro de 1955, começou-se a construir em ritmo acelerado para atender ao prazo estabelecido pelo presidente Café Filho, mesmo sem dispor da dotação prometida por ele. A votação final da verba foi atrasada até junho de 1957, um ano e meio depois de iniciada a construção do Bairro São Sebastião. Nesse período, a Cruzada também conseguiu outra fonte de renda. O Governo Federal concedeu à Cruzada São Sebastião o direito de aterrar os mangues e alagadiços situados à margem da Avenida Brasil, pertencentes à marinha, a partir da Rua Lobo Júnior até o Canal do Rio Irajá, e, desse ponto, até o Rio

¹⁸ Alguns dos contratos assinados pelos moradores e d. Hélder Câmara encontram-se no fichário do Serviço Social da Cruzada São Sebastião.

¹⁹ Cf. MORADORES da Cruzada se tornam proprietários. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 nov. 1982; ESTADO dá os títulos de propriedade a famílias da Cruzada S. Sebastião. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 nov. 1983; CRUZADA recebe títulos da terra. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 nov. 1983.

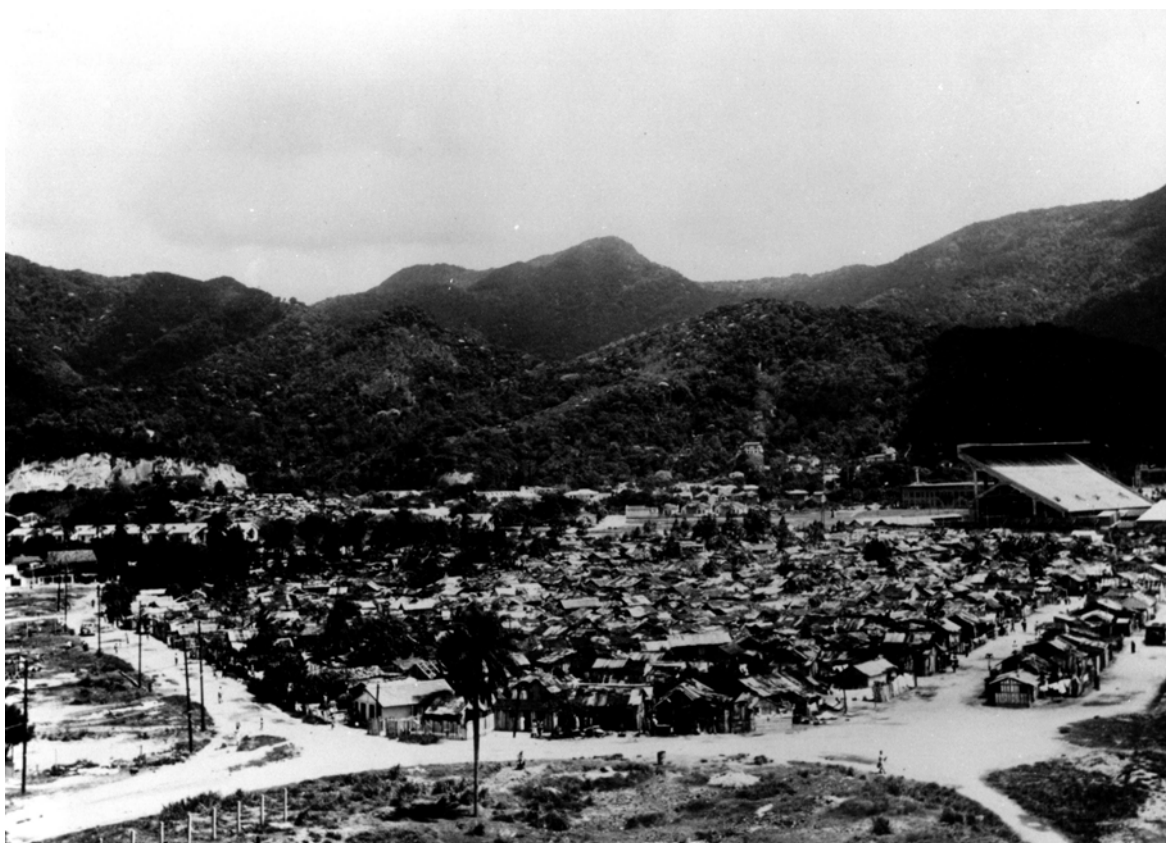
Meriti, à margem direita da Avenida das Missões. Depois de realizar trabalhos de drenagem, aterro, dragagem e urbanização, essas áreas seriam subdivididas em lotes e postas à venda. Assim, obter-se-ia os necessários recursos para possibilitar a execução de um plano de urbanização de favelas. Após entendimento com o Prefeito Francisco Negrão de Lima, com o Ministro da Marinha e o Diretor do Patrimônio, o presidente Juscelino Kubitschek em 19 de julho de 1956 assinou o Decreto nº 39.635 que concedia o direito de preferência ao aforamento das áreas referidas e de uma faixa de mangues, do Rio Meriti ao Rio Estrela. Nos terrenos alagadiços existiam algumas favelas, o que tornava muito difícil a valorização pela União ou pelo Distrito Federal. Para resolver o problema, d. Hélder encontrou uma solução paradoxal: remover os moradores dessas favelas para outro local. Não se sabe exatamente para onde estas pessoas foram removidas, mas certamente não se instalaram em edifícios de apartamentos nas adjacências das suas antigas comunidades.

As pessoas que iriam morar nos apartamentos do Bairro São Sebastião eram quase todos moradores de uma das favelas mais notórias do Rio de Janeiro: a Praia do Pinto. Como o conjunto habitacional estava sendo construído em um terreno que se encontrava ao lado da favela, era lógico que os candidatos aos apartamentos fossem provenientes da própria favela. Antes de dizer algo sobre o processo de seleção organizado pela Cruzada São Sebastião e pela Fundação XIII, é oportuno conhecer a favela da Praia do Pinto. No capítulo seguinte, contar-se-á um pouco sobre a história e tentar-se-á fazer uma interpretação do cotidiano da favela que nos anos 40 do século passado foi a maior da cidade do Rio de Janeiro.

4. A favela da Praia do Pinto

FAVELA, expressão pitoresca e de certo sabor literário, que tem servido de motivo a muitas modinhas premiadas no Carnaval, significa na vida real: imundice, fome, promiscuidade, doença e prostituição.

Relatório da Fundação Leão XIII, publicado em 1955.



A Praia do Pinto, situada no lugar em que hoje se encontra o conjunto de edifícios chamado Selva de Pedra: repare à direita a arquibancada da sede do Flamengo. *Foto © Ag. O Globo*

4.1 Habitação

A favela imensa que se encontrava em frente à Lagoa Rodrigo de Freitas, com acesso pela Rua Humberto de Campos, nunca tivera apenas um nome. Até 1942, ela constituía um conjunto de três favelas: a Praia do Pinto, a Cidade Maravilhosa e o Largo da Memória. Neste ano, 800 casebres na Cidade Maravilhosa, no Largo da Memória e apenas alguns na Praia do Pinto foram demolidos e seus moradores foram removidos para o parque proletário provisório da Gávea, conhecido como parque proletário nº. 1. Pouco depois, também foram inaugurados os parques proletários nº. 2 e nº. 3, no Caju e no Leblon, respectivamente. Embora os parques proletários fossem compostos de casas provisórias, os seus moradores tornaram-se permanentes. As

casas populares, que iriam abrigar 300.000 favelados, nunca seriam construídas.¹

O conjunto de favelas alcançou seu auge de crescimento nos anos 30 e 40, por causa da construção do Jockey Clube e do *boom* do mercado de bens imobiliários no Leblon nos anos 20, o qual gerara muitos empregos na construção civil. Além do mais, a extensão da linha de ônibus Jardim-Leblon até a Lagoa Rodrigo de Freitas fez com que os moradores das três favelas pudessem trabalhar em quase todos os lugares da Zona Sul.²

Em 1942, pouco antes da demolição da Cidade Maravilhosa e do Largo da Memória, o conjunto de favelas compunha-se de 3.573 barracões. Das três favelas, a Praia do Pinto era a maior e, como veremos adiante, a mais desprovida. Um censo realizado em 1942 nas três favelas, sob encomenda de Vitor Tavares de Moura, produziu dados interessantes sobre as condições em que se encontravam as habitações nas três favelas.³ Veja, nas páginas seguintes, alguns dados do censo referentes às construções, sintetizados em tabelas e gráficos.

¹ Cf. KLEIMAN, Mauro. Acabar com as favelas. Parques Proletários Provisórios: uma intervenção na prática. *Chão, revista de arquitetura*. Rio de Janeiro, n. 2, jun./ago., 1978.

² PINO, *Family and favela...* p. 62.

³ Dr. Vítor Tavares de Moura escreveu, em 1940, *Esboço de um plano para o estudo e a solução do problema das favelas no Rio de Janeiro*. Com base nesta publicação, a Comissão de Estudos dos Problemas de Higienização de favelas - cujo chefe era o próprio Moura, nomeado pelo Prefeito Henrique Dodsworth - planejou a construção dos parques proletários provisórios.

Tabela 1 - Número de construções, taxa de ocupação e tipo de construção nas favelas Largo da Memória, Cidade Maravilhosa e Praia do Pinto

| LARGO DA MEMÓRIA | | | | | | |
|-------------------------------|-------------------|--------------------------|-----------------------|------------------|------------------|--------------|
| Número de construções: | 450 | Taxa de ocupação: | 3,5 | | | |
| Tipo de construção: | <u>Residência</u> | <u>Comércio</u> | <u>Entretenimento</u> | <u>Uso misto</u> | <u>Total</u> | |
| Número: | 434 | 3 | 1 | 12 | 450 | |
| Porcentagem: | 96,44 | 0,67 | 0,22 | 2,67 | 100,00 | |
| CIDADE MARAVILHOSA | | | | | | |
| Número de construções: | 1.344 | Taxa de ocupação: | 3,5 | | | |
| Tipo de construção: | <u>Residência</u> | <u>Comércio</u> | <u>Entretenimento</u> | <u>Uso misto</u> | <u>Religioso</u> | <u>Total</u> |
| Número: | 1.277 | 21 | 2 | 43 | 1 | 1.344 |
| Porcentagem: | 95,01 | 1,56 | 0,15 | 3,20 | 0,08 | 100,00 |
| PRAIA DO PINTO | | | | | | |
| Número de construções: | 1.779 | Taxa de ocupação: | 2,29 | | | |
| Tipo de construção: | <u>Residência</u> | <u>Comércio</u> | <u>Uso misto</u> | <u>Escola</u> | <u>Total</u> | |
| Número: | 1.697 | 35 | 46 | 1 | 1.779 | |
| Porcentagem: | 95,39 | 1,97 | 2,59 | 0,05 | 100,0 | |

Gráfico 1 - Número de cômodos por habitação nas favelas Largo da Memória, Cidade Maravilhosa e Praia do Pinto em 1942 (%)

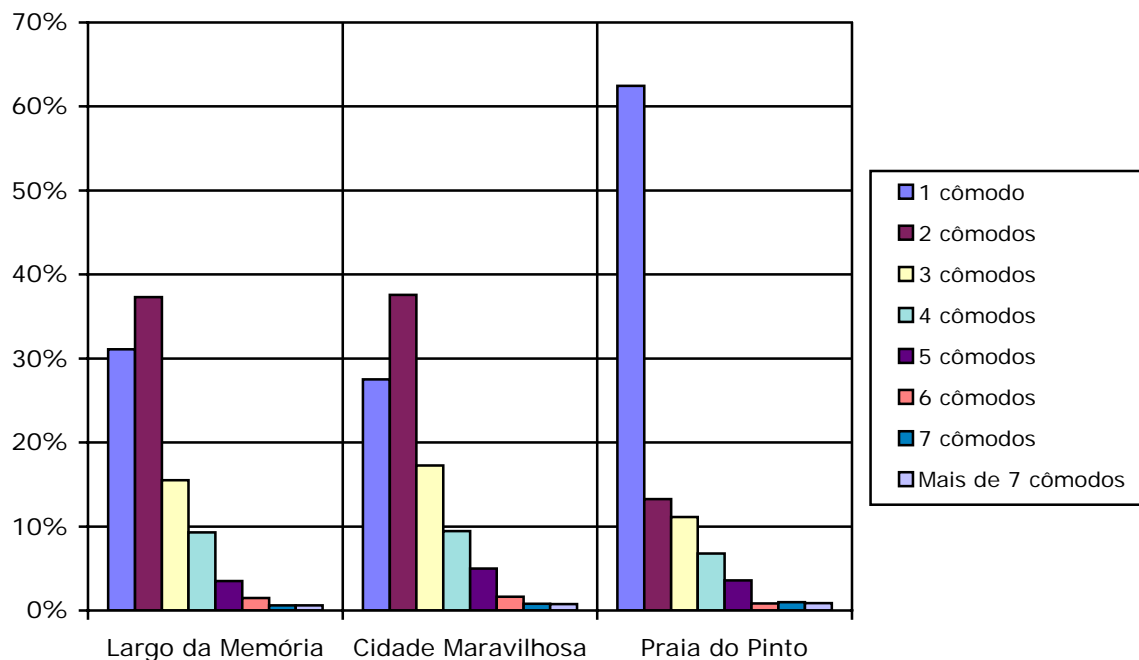


Gráfico 2 - Tipo de telhado das habitações nas favelas Largo da Memória, Cidade Maravilhosa e Praia do Pinto em 1942 (%)

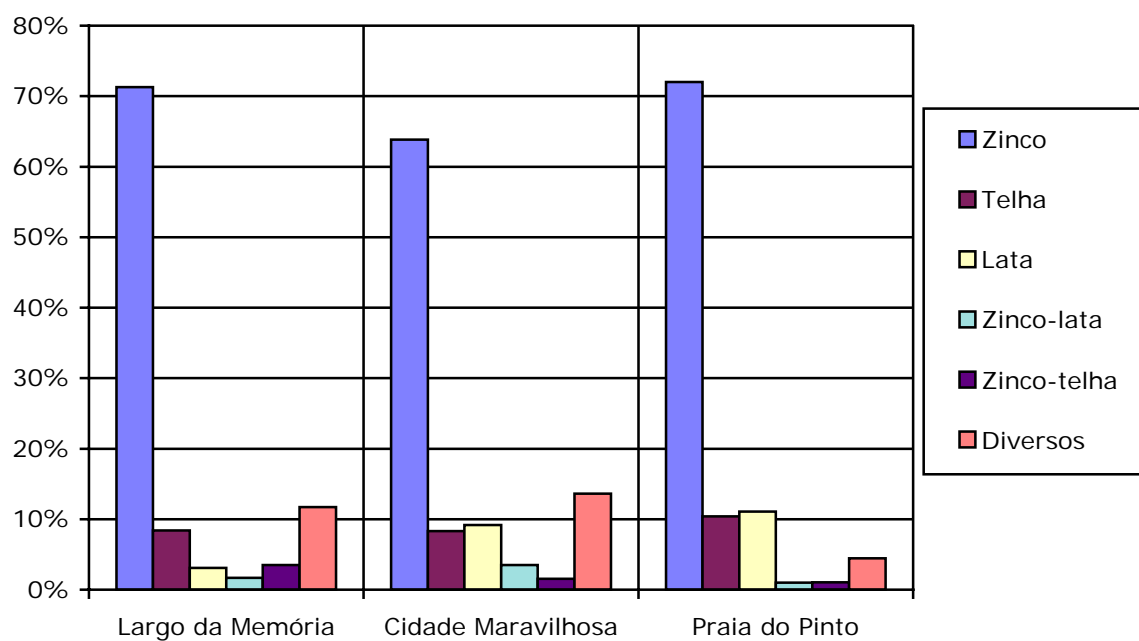
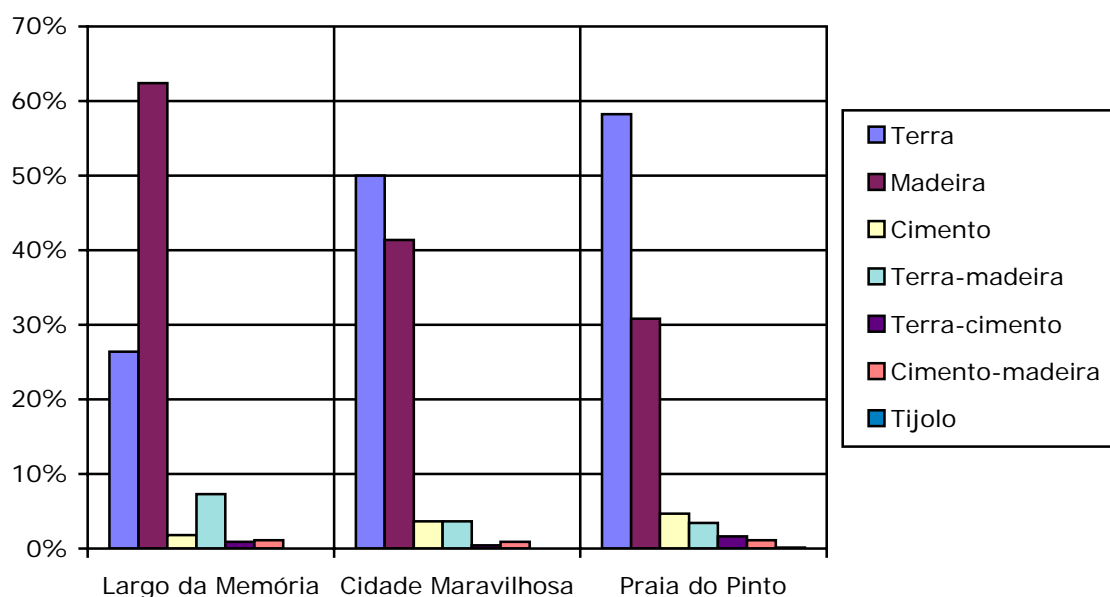


Gráfico 3 - Tipo de piso das habitações nas favelas Largo da Memória, Cidade Maravilhosa e Praia do Pinto em 1942 (%)



Fonte: ARQUIVO DA FAMÍLIA MOURA. *Apuração do censo realizado na favela de Largo da Memória, Apuração do censo realizado na favela de Cidade Maravilhosa, Apuração do censo realizado na favela de Praia do Pinto* apud PINO, Júlio César. *Family and favela: the reproduction of poverty in Rio de Janeiro*. Westport, Connecticut and London: Greenwood Press, 1997. p. 113.

Os dados mostram diferenças nítidas entre as construções nas três favelas. Na maior favela, a da Praia do Pinto, uma construção típica tinha apenas um cômodo, com teto de zinco e terra no chão. Na favela Cidade Maravilhosa, havia mais construções com dois cômodos, em vez de um cômodo. Os tetos também eram de zinco e os pisos geralmente eram de terra ou de madeira. Na menor favela do conjunto, Largo da Memória, a quantidade de construções com um e dois cômodos era quase igual. A grande maioria das construções tinha teto de zinco e piso de madeira.

Pode-se concluir desses dados que na Praia do Pinto havia muitas construções pequenas, quase todas residenciais, ocupadas por famílias pequenas. Segundo os dados do censo, a taxa de ocupação na favela da Praia do Pinto em 1942 era apenas 2,29. Ao analisar os relatórios escritos seis anos mais tarde por assistentes sociais da Agência Social

Provisória I "Ana Néri", as quais atendiam regularmente os moradores da Praia do Pinto, fica-se com a impressão de que a taxa de ocupação era bem mais elevada em 1948. Os dados da Fundação Leão XIII e do censo demográfico de 1950 confirmam esta impressão: foram contados 7.142 habitantes e 1.696 barracos, o que significava uma taxa de ocupação de 4,21.⁴

A Agência Social Provisória I "Ana Néri" fora construída, em 1947, pela Fundação Leão XIII em um local cedido pela Prefeitura do Distrito Federal, no Parque Proletário do Leblon, ao lado da favela da Praia do Pinto. Aqui, duas assistentes sociais e quatro visitadoras prestavam serviços religiosos, jurídicos e educacionais, além de oferecer recreação aos moradores da Praia do Pinto. Desde 1948, ano do primeiro censo de favelas, a meados da década de 60, o Serviço Social da Fundação Leão XIII manteve um fichário que abrangia dados sobre a situação socioeconômica de todos os moradores da Praia do Pinto. Anexos a cada ficha, encontravam-se relatórios sobre as visitas domiciliares que as assistentes sociais costumavam fazer anualmente ou, caso necessário, mensalmente. As fichas oficiais do censo de favelas do Distrito Federal de 1948 foram aproveitadas pela Fundação Leão XIII. Constituem a capa de cada ficha sobre a favela da Praia do Pinto e constam de três categorias de dados: I. Características individuais; II. Características da família; e III. Características da habitação. Atualmente, o fichário do Serviço Social da Fundação Leão XIII só contém as fichas das famílias que se mudaram para o Bairro São Sebastião, construído no período 1957 - 1962. Algumas relatam uma trajetória de até 15 anos. Hoje, as fichas encontram-se na Paróquia dos Santos Anjos no Leblon. (vide anexo 11.2).

Se acreditarmos na veracidade dos dados apresentados, constataremos que a taxa de ocupação dos barracos da Praia do Pinto

⁴ FUNDAÇÃO LEÃO XIII, *Morros e favelas... notas e relatório de 1949*. p. 21; GUIMARÃES, *As favelas do Distrito Federal*. p. 250-278. Cf. também DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, *Censo de favelas...*

quase dobrou em apenas oito anos, de 1942 a 1950, com inevitáveis conseqüências para a vida cotidiana na favela. Os relatórios das assistentes sociais da Fundação Leão XIII retratam a desordem e a falta de estrutura na Praia do Pinto. As observações das assistentes sociais sobre o caos na favela foram comprovadas pelo Censo de 1950, tanto que uma equipe de topógrafos não conseguiu realizar seu trabalho sem ter de recorrer a fotografias aéreas:

“Fez-se, em cada favela um levantamento topográfico completo, à base dos *croquis* desenhados em cada setor percorrido pelos locadores. Só na Praia do Pinto esse trabalho se tornou impraticável, tal a desordem e a dispersão com que foram erguidas as casas, sem qualquer espécie de arruamento. Neste caso, apenas uma solução foi possível, para que não ficasse sem controle a coleta censitária na Praia do Pinto: a utilização de fotografias aéreas, meio pelo qual a turma especial de recenseadores orientou ali o trabalho. Feito isso, passou-se ao recenseamento do conjunto atacando os setores por todos os lados e ao mesmo tempo.”⁵

Como o espaço era cada vez mais raro e precioso, era necessário que os moradores da favela desenvolvessem uma estratégia de otimização de espaço, a qual poderia lhes garantir um mínimo de conforto. Na Praia do Pinto, existia uma estratégia que parecia uma espécie de revezamento.

O caso de Nadir e Antônio, moradores do barraco 912 na Praia do Pinto, explica como funcionava o ‘revezamento’. Em 1953, o casal tem três filhos (dois meninos de três e um ano de idade, e uma menina recém-nascida) e seu barraco contém apenas um cômodo. Antônio “trabalha fora” e visita, no fim de semana, os sogros, que moram perto da favela. Nos dias úteis, Nadir e as crianças ficam lá e no fim de semana voltam à Praia do Pinto. Assim, o casal raramente tem tempo para estar junto. Ao explicar este esquema a uma assistente social da

Fundação Leão XIII, Nadir diz que ela e seus filhos ficam na casa dos pais dela durante a semana porque “o barraco não comporta a família”.

Além do ‘revezamento’, nota-se a alta rotatividade dos habitantes da favela da Praia do Pinto. Quando um parente, contraparente ou amigo passava por um momento de mudança ou dificuldade na vida, era comum a ‘adoção temporária’ destes indivíduos pelos moradores permanentes da favela. Isto significa que a pessoa ‘adotiva’ tinha permissão para ficar no barraco por tempo indefinido, até que resolvesse os seus problemas e achasse um outro lar. É importante salientar que geralmente se tratava de parentas do casal e, às vezes, de amigas da dona da casa. Eram raros os casos em que famílias residentes na Praia do Pinto adotaram temporariamente um parente masculino. O motivo para esta seletividade parece bem óbvio. Era muito mais fácil conviver com mulheres do que com homens. Elas normalmente cuidavam das crianças do casal, lavavam roupa ou trabalhavam fora, enquanto os homens geralmente não ajudavam na limpeza da casa e não cuidavam das crianças. Além disso, eles tendiam a expor-se a vários vícios e seduções, como cachaça, drogas, jogos e as mulheres dos outros.

À luz destas observações, pode-se afirmar que, nos anos 40 e 50, as habitações na Praia do Pinto geralmente eram ocupadas por *nuclear families* que, caso necessário, se transformavam temporariamente em *extended families*, com a agregação de uma parenta do casal ou uma amiga da dona da casa.

O espaço reduzido nos barracos não era o único nem o maior problema de habitação para os moradores da Praia do Pinto. Em muitos relatórios, encontram-se reclamações sobre enchentes, goteiras, ratos e barracos em péssimas condições. Como não era permitido fazer melhorias nos barracos sem a autorização da Fundação Leão XIII, os moradores precisavam falar com as assistentes sociais sobre o estado

⁵ GUIMARÃES, As favelas do distrito federal. p. 259.

das suas casas. Isto fez com que as assistentes sociais pudessem fazer muitas anotações sobre a condição das habitações na favela. Veja alguns comentários típicos, tirados das fichas de diversas famílias⁶:

"24-7-59 (...) O barraco desta família, quando chove, enche totalmente, sendo preciso, para o trânsito interno, se reunirem de pequenas pontes, feitas de tábuas, de uma porta à outra do barraco."

"10/5/60 (...) O barraco é limpo e arrumado, porém está em mau estado de conservação e em local alagadiço."

"16-9-948 - Vieram de Campos, Est. Do Rio, há 8 anos. Família legal, muito bem organizada. A casa faz gosto. É um quarto grande, muito bem arranjado."

"14-4-1950. D^o Oracy veio nos pedir licença para fazer um puxadinho na frente de seu barraco."

"12-6-954 - D. Joana veio pedir conserto de barraco. Reparar as paredes - consertar o telhado e a cozinha."

"11-1-1962 (...) Bar/. de 3 cômodos com algumas goteiras, é muito baixo, precisa ser erguido."

À medida que a família crescia e o barraco decaía, surgia a necessidade de ampliar e melhorar a casa. Quando isto não era possível ou permitido, a solução para uma família com alguns recursos era

⁶ Nas citações tiradas dos relatórios das assistentes sociais e visitadoras da Fundação Leão XIII e da Cruzada São Sebastião, foram mantidos todos os erros e variações morfológicos, sintáticos e semânticos. Pierre Bourdieu, em *A economia das trocas lingüísticas*, diz que a língua não é apenas um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder. Ao usá-la, não se procura somente ser compreendido, mas também obedecido, acreditado, respeitado e reconhecido. Na sua opinião, o discurso - falado e escrito - é um bem simbólico. Seguindo o raciocínio de Bourdieu, pode-se afirmar que erros gramaticais em qualquer texto ou discurso são significativos porque dizem algo sobre o valor e o poder do discurso. A decisão de manter os erros e variações gramaticais que constam nos relatórios fundamenta-se nessas idéias sobre a língua e o discurso. Nas citações, não se usará o tradicional *sic*. Cf. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [1996]. Tradução de: *Ce que parler veut dire: l'économie des échanges linguistiques*.

trocar de barraco.⁷ Às vezes, por motivos de saúde e higiene, o serviço social permitia estas transferências:

"19-7-1957 - Visitamos a família do Snr Oraci José Rodrigues que está com 37 anos, trabalha como pedreiro na Cruzada São Sebastião, recebendo o salário mínimo 3.800,00.

D. Maria Rosa Rodrigues, está com 32 anos fica em casa fazendo o serviço doméstico.

Marly José com 14 anos está na 5ª série; todos na escola Henrique Dodsworth. Os menores Orácio de 5 anos, Walmir de 2 anos e Edson 4 meses. O bar/. tem 3 cômodos; saleta, um quarto grande e cozinha. A cozinha é dividida onde dormem as meninas. D. Mª pede para trocar o bar/. por um melhor ou licença para consertar o mesmo. Ela tem vontade de trocar com o bar/. Ela pretende o bar/. 1.381 do Sr. Vitor Gomes Ferreira que é maior e não tem goteiras pois as crianças vivem resfriadas; Walmir sofre de bronquite asmática."

Outro problema era a demarcação de espaços. Era difícil determinar que espaço pertencia a quem, devido à distância reduzida entre os barracos. A falta de limiães e limites físicos (portões, grades, cercas, etc.) fora dos barracos costumava causar grandes aborrecimentos. O caso de Jovelina Santos, moradora do barraco 1355, exemplifica este problema. Jovelina vive com Antônio, com quem tem duas filhas. Antônio é chegado à vadiagem e de vez em quando "abandona o lar". Além dele, há outros homens que complicam a vida de Jovelina: os vizinhos.

"4-6-49 - Veio à Agência D. Josefina [Jovelina] reclamar de que seu vizinho do barraco 1359 tem uma fossa que formou um buraco para o lado do seu barraco, causando um terrível mau cheiro. Fomos até lá verificando que o tal buraco fica entre os dois barracos num beco sem saída e muito estreito. Neste beco D.

⁷ Para poder fazer consertos, era obrigatório pedir autorização ao serviço social da Fundação Leão XIII.

Josefina guarda pedaços de madeira. Após uma pequena discussão entre as famílias 1º porque nenhuma queria tapar o buraco, 2º porque D. Josefina não queria retirar as madeiras, ficou resolvido que a madeira seria retirada e o Snr. Marcelino do barraco 1359 taparia o buraco e interditaria o beco com uma pequena cerca."

"As ordens" do serviço social são fielmente cumpridas, mas os problemas de Jovelina ainda não terminaram. Três anos mais tarde, a assistente social Adelina Ciuffo Rocha relata a história de uma briga entre Jovelina e outro vizinho:

"30-6-1952 Veio a nossa Agência um representante do Juiz de Menores. Disse-nos que se tratava de uma infração social de uma menor. Queria que nós o encaminhássemos ao barraco, o qual o fizemos. Depois fomos sindicatar sobre o caso. Adelina Ciuffo Rocha
5-7-1952 Contra inquérito. Fomos sindicatar sobre o caso da menor. Chegamos lá atendeu-nos D. Jovinila [Jovelina]. Disse que há 15 dias havia brigado com o Sr. Alvaro do barraco 1354, resultando daí grande aborrecimento. A briga começou porque o Sr. Alvaro havia queimado palha de alho na porta do barraco, deixando uma sujeira incrível. D. Jovinila ficou possessa com o sucedido e começou a lavar a porta do barraco. Começou uma forte discussão com o Sr. Alvaro, as tantas o Sr. Alvaro ofendeu a mãe de D. Jovinila. No mesmo momento a adversária apanhou uma panela de água e atirou-a contra ele, entrando os dois em luta corporal. A menor Eunice filha de D. Jovinila vendo que a mãe estava sendo agredida foi à biosca vizinha apanhou um pau e deu-lhe uma violenta cacetada na cabeça do Sr. Alvaro, quebrando-a. Chamaram a radiopatrulha e foram todos para o 1º distrito policial. Com várias testemunhas dentro elas algumas falsas, a queixa foi endereçada à Delegacia de Assistência ao Menor sendo chamados a prestar declarações. A menor Eunice ficou detida uma noite, e no dia seguinte D. Jovinila foi a Delegacia de Menores a chamado do Juiz para retirar a menor. Para retirar a menor teve que pagar uma fiança de Cr\$ 200,00 e assinar um termo de bom viver, ficando a menor em observação durante 1 ano. Todo o dia 30 de cada mês, terá que levar a

menina, a fim de prestar declaração, que a menor está freqüentando assiduamente as aulas na escola, porque caso contrário será internada no Serviço de Assistência aos Menores.”

Incidentes como este eram bastante comuns na Praia do Pinto. Muitos conflitos ‘territoriais’ eram resolvidos com violência, a socos, pontapés, pauladas e, nos casos mais graves, a punhaladas.

4.2 Saúde e doenças

O inteiro conjunto de favelas (Largo da Memória, Cidade Maravilhosa e Praia do Pinto) carecia de água encanada e sistemas de esgoto. Devido ao ambiente insalubre, os moradores da favela da Praia do Pinto contraíam doenças contagiosas como tuberculose e difteria. Em um exame de raios X realizado nos anos 40, 112 das 534 crianças examinadas apresentaram anormalidades nas chapas tiradas dos pulmões, indicando a presença de tuberculose. Entre 639 adultos testados, 12 pessoas tinham casos moderadamente avançados e 19 tinham casos avançados de tuberculose. A maioria das mortes na infância ocorria antes das crianças completarem dois anos. Depois da tuberculose, o tétano era o principal causador de mortes entre as crianças. Entre os adultos na Praia do Pinto, uma das maiores preocupações era a sífilis. Estima-se que quase 25% das pessoas com mais de dez anos tinham esta doença .⁸

A história de Horacy e Maria Rosa Rodrigues, moradores do barraco 1368, mostra que as doenças mencionadas realmente faziam parte do dia-a-dia da Praia do Pinto. Em 1948, O casal, que chegou à favela em 1940, tem cinco filhos. Em 1949, uma filha do casal morre de sarampo e coqueluche. Dois anos depois, a visitadora D.S. Miranda, da Agência Social Provisória "Ana Néri", escreve:

"9-6-1951. Hoje recebemos uma comunicação do Centro de saúde nº 4 de que a menor Marly estava atacada de difteria. Esta comunicação está datada de 9 de maio de 1951.

9-6-1951. Fomos ao barraco. D^a Maria nos disse que de fato sua filha teve difteria assim como Maurília também. Estiveram internadas, mas isto no mês passado, hoje já estão boas, estavam brincando do lado de fora do barraco."

⁸ PINO, *Family and favela...* p. 112-114.

Em dezembro de 1951, a visitadora vai novamente à casa de Horacy e Maria Rosa, com o objetivo de avisá-los do elevado número de casos de tuberculose nas redondezas.

"1-12-1951 (...) D^a Maria Rosa está no 5^o mês de gestação. Perguntamos-lhe se estava fazendo tratamento pré-natal. Disse-nos que sim, no Ambulatório N.S. da Aparecida. Contou-nos que, em dezembro do ano passado teve um parto prematuro. Nada nos disse porque julgou "sem importância". (...) Falamos também sobre o cuidado que deve ter com seus filhos. Pois temos diversos casos de T.P. [Tuberculose Pulmonar] em torno do seu barraco. Aconselhamos-a a tirar chapa dos seus filhos. Disse-nos que já levou-os a rua General Severiano, e a chapa de Walter deu: espessamento. Pedimos-lhe que levasse sempre seus filhos ao radiologista."

O ambulatório N.S. da Aparecida, que é mencionado no trecho acima, encontrava-se dentro da favela da Praia do Pinto. Neste dispensário de recursos precários, faziam-se exames e consultas simples. O trabalho mais importante do ambulatório era o encaminhamento de possíveis casos de tuberculose aos postos de saúde e hospitais que possuíam aparelhos de raios X. Em 1949, 9.077 pessoas passaram pelo ambulatório. Para 526 pessoas foram feitas requisições de exames de radiografia.⁹ Dois anos mais tarde, os moradores da favela também puderam recorrer ao ambulatório para a vacinação contra tuberculose:

"14/4/1952. Sabendo que D. Oracy [Maria Rosa] havia dado à luz, fomos fazer-lhe uma visita. Ela deu à luz a um menino no dia 5/4/1952, ele ganhou o nome de Orácio José Rodrigues. Foi feliz. Encaminhamo-la ao B.C.G.¹⁰ no Ambulatório."

⁹ FUNDAÇÃO LEÃO XIII, *Morros e favelas ... notas e relatório de 1949*. p. 67.

A família de Horacy e Maria Rosa - como muitas outras famílias na Praia do Pinto - lidava com uma série de doenças e problemas de saúde: difteria, coqueluche, sarampo, bronquite asmática, abortos espontâneos e a permanente ameaça da tuberculose. Parece que a campanha preventiva da Fundação Leão XIII contra esta doença foi bastante eficaz, de modo que muitos casos potenciais de tuberculose foram evitados. O ambulatório prestava serviços importantes, aos quais os moradores da Praia do Pinto mal tiveram acesso antes, como a identificação de doenças, vacinação e o encaminhamento de pacientes a hospitais, além da realização de pequenas cirurgias. O fato de o ambulatório estar situado dentro da favela era fundamental para o seu sucesso. Com receio das formalidades e burocracia dos hospitais públicos, os moradores da Praia do Pinto preferiam ir ao ambulatório na própria favela, onde os 'sem-documento' também eram atendidos.

¹⁰ BCG, sigla decorrente da expressão Bacilo de Calmette-Guérin, é o nome da vacina antituberculosa. Em crianças, a aplicação do BCG diminui a incidência de formas graves de tuberculose, como a meníngea e miliar.

4.3 “Quem se junta com fé, casado é”

Um dos objetivos mais importantes do serviço social da Fundação Leão XIII era “legalizar a vida dos favelados”. Concretamente, isto significava casar no religioso, batizar e registrar os filhos, arrumar trabalho com carteira assinada, ter uma carteira de um dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) e participar regularmente dos eventos organizados pelos órgãos representantes da Igreja Católica.

Lendo as fichas da Fundação Leão XIII, é fácil perceber a constante preocupação das assistentes sociais com esse processo de legalização, cujo aspecto mais notável era certamente a autenticação dos “matrimônios” informais existentes entre os moradores da Praia do Pinto. A estes, no entanto, o casamento pouco interessava. O que lhes garantia a sobrevivência não era o matrimônio, mas o patrimônio. O patrimônio, enquanto conjunto de bens pertencente a uma ou mais pessoas, era um inconstante que inquietava os moradores da Praia do Pinto.

No caso de Oracy e Maria Rosa, cujos filhos viviam sofrendo de graves problemas de saúde, a insistência do serviço social no casamento do casal chegava a ser inoportuna. A cada visita que as assistentes sociais faziam, voltaram a falar sobre a importância do casamento:

“8-8-1949. (...) Aconselhamos a legalisarem a vida e a compra de um terreno. Aceitaram de coração os conselhos.”

“9-6-1951. (...) Tornamos a falar com Maria a respeito do casamento. Maria nos pediu que falássemos a seu marido, de fato é como alega, depende exclusivamente de seu companheiro.”

“12-6-1951. Sr. Oracy veio hoje a nossa Agência atendendo ao nosso chamado. Disse-nos que vai a Araruama [uma cidade a 127 km da cidade do Rio de Janeiro] apanhar seu registro depois vem tratar do casamento.”

"1-12-1951. (...) Falamos outra vez sobre o casamento. Disse-nos [Maria Rosa] que gastou muito dinheiro com a morte do sogro. Logo que normalize sua vida, ele [Oracy] vai mandar buscar sua certidão em Araruama."
"14/4/1952. (...) Encaminhamo-la [Maria Rosa] também ao nosso serviço jurídico para se casarem."

Depois de tanto insistir, o serviço social desistiu. Durante as visitas à casa de Oracy e Maria, não se falava mais em casamento. As assistentes sociais se contentaram em saber que o casal era diligente e que todos os seus filhos, registrados e batizados, estavam freqüentando a escola.

"17-3-54 Passei pelo barraco do Sr. Oraci está tudo bem ele continua trabalhando em obras percebe 2.000,00 [cruzeiros], D. Rosa da Conceição trabalha por hora em casa de família recebe 2.400,00 por mês tem 5 filhos. (...) São católicos não estão legal no casamento a 12 anos. Não estão legalmente organizados mas são muito felizes e vivem muito bem e com muita ordem."

Nadir Coutinho, uma das assistentes sociais do serviço social do Bairro São Sebastião, comenta a importância que a Fundação Leão XIII e a Cruzada São Sebastião - ambas instituições da Igreja Católica - davam ao casamento:

"É precária a instituição da família. União fácil, que torna corrente o uso de 'slogan' - 'quem se junta com fé, casado é'. E vai colhendo as jovens e adolescentes para torná-las mães solteiras. Apesar da natalidade ser alta, pois é sabido que ela varia em razão inversa às condições econômicas, é difundida a limitação da natalidade e a prática do aborto apresentando entre outras causas a situação econômico-financeira e a imitação do procedimento de suas patroas.

A vadiagem dos meninos, o pé descalço, a pouca roupa, suja e rasgada, refletem a desorganização da família.”¹¹

Esta citação apresenta uma opinião que ainda hoje parece ser comum em setores mais ou menos conservadores da sociedade brasileira, segundo os quais a “instituição da família” só é genuína quando a sua base é o casamento oficial. Quanta à elevada natalidade entre a população de baixa renda, propõe-se que as pessoas se casem antes de ter relações sexuais, em vez de estimular mulheres e homens a se prevenirem contra a gravidez indesejada e doenças sexualmente transmissíveis usando métodos de prevenção.¹² Provavelmente, a assistente social e enfermeira Nadir Coutinho concordaria com esse posicionamento. Na citação, ainda há uma referência interessante que diz respeito à influência das patroas, que sabem como limitar a natalidade e conhecem “práticas de aborto”. Esta afirmação revela um paradoxo no raciocínio dos pensadores da Cruzada. Por um lado, a família de classe média - a família da patroa - representava um modelo de organização familiar, em contraste com a desorganização da família favelada. Se “a vadiagem dos meninos, o pé descalço, a pouca roupa, suja e rasgada” refletiam “a desorganização da família” que vivia na Praia do Pinto, o que é que seria refletido pela disciplina, a roupa limpa e a higiene pessoal de um menino de classe média do Leblon? A resposta: a organização da família que pertencia à classe média ou aspirava pertencer a ela. Em outras palavras, a família favelada que desejasse ser organizada deveria adotar o *ethos* da classe média que

¹¹ COUTINHO, *Um ensaio de aplicação das técnicas...* p. 20.

¹² Um exemplo atual deste tipo de pensamento é a opinião de d. Jayme Chemello, presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a qual representa uma ala progressista da Igreja Católica no Brasil. Diz ele em uma entrevista à revista *Veja*: “O preservativo não deveria ser usado nunca. (...) [O] preservativo é uma coisa má porque termina liberalizando tudo, fazendo o sexo virar bagunça. (...) De mais a mais, não existe certeza de que o preservativo evite a transmissão do vírus da Aids. (...) Do jeito que o jovem lida com o sexo, ele faz coisas para as quais não está maduro e não guarda nada para depois do casamento.” Cf. AMARAL, Luís Henrique.

vivia nas casas e edifícios na circunvizinhança.¹³ Por outro lado, havia certas práticas mais ou menos comuns às camadas médias urbanas, como o aborto ilícito e o uso de métodos anticoncepcionais, que a Fundação Leão XIII e a Cruzada São Sebastião - e os representantes da Igreja Católica em geral - consideravam condenáveis e pecaminosas. Logo, pode-se concluir que alguns aspectos do *ethos* das camadas médias cariocas não eram aceitos pela Igreja Católica. Como muitos aspectos do estilo de vida dos favelados eram considerados mais intoleráveis ainda, não era de se admirar que a Igreja Católica preferisse os hábitos, valores e as normas da classe média urbana.



Crianças jogam futebol em um dos poucos espaços abertos na favela da Praia do Pinto.
Foto © Ag. O Globo

Sexo virou bagunça: entrevista com Dom Jayme Chemello. *Veja*, ed. 1741, ano 35, n. 9, p. 11-15, 6 mar. 2002.

¹³ *Ethos*, na concepção de Clifford Geertz e Gregory Bateson, "(...) refere-se a estilo de vida, a sentimentos, afetos, estética e etiqueta predominantemente, enquanto *eidos* e/ou visão de mundo aos aspectos de *padronização dos aspectos cognitivos da personalidade dos indivíduos*." VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para*

5. A mudança da Praia do Pinto para o Bairro São Sebastião

5.1 A seleção das famílias

A Cruzada confiou à Fundação Leão XIII a seleção e preparação das famílias que deveriam se mudar da favela da Praia do Pinto para os apartamentos no Bairro São Sebastião. Optou-se por utilizar os relatórios e as fichas da Agência Social Provisória I Ana Néri, no procedimento de seleção das famílias.

Em colaboração com a Fundação Leão XIII, a Cruzada São Sebastião traçou o perfil das famílias que deveriam ocupar os apartamentos no Bairro São Sebastião. Os seguintes critérios foram estabelecidos:

1. "Residir a família na favela pelo menos há 4 anos (época do último levantamento feito);
2. ser realmente pobre, isto é, impossibilitada de alugar ou adquirir morada fora da favela;
3. estar legalmente constituída, ou, pelo menos, enquadrada na moral natural e com alguma prole;
4. não possuir membros marginais."¹

Segundo a assistente social Nadyr Coutinho, "Tudo fora previsto com a finalidade de obter a garantia de um comportamento regular e afastar o vício."² O terceiro critério, no entanto, resultou ser inexecutável:

"Ao começar a campanha [de seleção], imaginou-se exigir algum vínculo familiar como condição indispensável para a mudança, fosse ele religioso ou civil. Muito cedo, todavia, descobriu-se que 80% dos favelados teriam de permanecer em seus barracos, caso esse critério prevalecesse. E foi preciso contentar-se com menos: a pura certeza moral de que o casal pretende conservar-se unido."³

¹ GUARNIERI, *Uma experiência de promoção social...* p. 2-3.

² COUTINHO, *Um ensaio de aplicação das técnicas...* p. 25.

³ UMA cruzada e um paladino, op. cit.

Mesmo assim, muitos candidatos a um apartamento casaram-se para aumentar as suas chances. Os pesquisadores da Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), que publicou em 1960 o relatório pioneiro "Aspectos humanos da favela carioca", consideravam esse tipo de casamento uma maneira de burlar a vigilância da Cruzada a fim de obter apartamentos.⁴ No entanto, tanto as assistentes sociais da Fundação Leão XIII quanto as da Cruzada São Sebastião costumavam incentivar os casais a se casarem. Como já vimos no capítulo 4, aconselhava-se aos moradores da Praia do Pinto que oficializassem seus casamentos.

Cada grupo de famílias selecionadas participava de uma reunião na qual d. Hélder Câmara lhes explicava o contrato a ser firmado entre eles e a Cruzada São Sebastião. Depois, na segunda reunião, as pessoas eram distribuídas em grupos menores, orientados por assistentes sociais que, "em diálogo fraterno", davam informações mais pormenorizadas sobre o contrato e preenchiam questionários para atualizar os dados sobre as famílias. As assistentes sociais explicavam às famílias selecionadas a diferença entre locatário e proprietário e falavam dos compromissos a serem assumidos por ambas as partes ao assinar o contrato. Em uma terceira reunião, reestudava-se o contrato que era definitivamente firmado. Marcava-se então a data da mudança de cada grupo de familiares.⁵

Além de cláusulas referentes à transferência do apartamento, o contrato consistia em um regulamento que dizia respeito às regras internas do conjunto residencial e aludia especialmente a sua futura estrutura administrativa. O Bairro São Sebastião seria administrado por um Conselho de Moradores, eleito por um ano, composto de um representante por bloco e presidido por um representante da Cruzada São Sebastião, que teria voto de desempate. Os representantes de cada bloco seriam eleitos através de votações democráticas, cabendo a cada

⁴ SAGMACS, Aspectos humanos da favela carioca... p. 23.

apartamento um voto. Os demais artigos do regulamento referiam-se ao tipo de comportamento que deveria ser observado. A Cruzada proibia reuniões políticas, despejo de lixo pelas janelas e barulho depois das 22 horas no Bairro São Sebastião. Também deveria se evitar estender roupas nas janelas e furar a parede com pregos (vide anexo 11.4).



Vista do Leblon por volta de 1965. No centro da foto, podem ser vistos os dez prédios, a escola e a igreja do Bairro São Sebastião. Destacam-se, ainda, o chamado "conjunto dos jornalistas" (os três edifícios mais altos) e as favelas que beiravam a Lagoa Rodrigo de Freitas. O maior delas era a favela da Praia do Pinto (abaixo, à direita) que, como se pode ver, era contígua ao Bairro São Sebastião. Foto © Ag. O Globo

⁵ GUARNIERI, *Uma experiência de promoção social...* p. 3.

5.2 As primeiras mudanças

No primeiro mês de 1957, organizou-se a transferência das primeiras famílias para o bloco A, o primeiro prédio construído no Bairro São Sebastião. Enquanto os funcionários da Cruzada São Sebastião orientavam a mudança dos pertences das famílias selecionadas, fuzileiros navais encarregavam-se de fazer o policiamento na Praia do Pinto. Logo após as mudanças, os barracos das famílias transferidas eram demolidos para evitar novas ocupações.⁶ As mudanças geralmente ocorriam nas



Dom Hélder Câmara entrega as chaves de um apartamento a um dos novos moradores do Bairro São Sebastião. Foto © Ag. O Globo

segundas-feiras, nas quintas-feiras e nos sábados entre as 8 e as 11 da manhã. Mais tarde, as mudanças passariam a ser feitas de madrugada. A maioria das famílias da Praia do Pinto possuía poucos bens materiais e, por isto, “sentia vergonha de mudar-se à luz do dia”. Com as mudanças feitas durante a madrugada, enquanto a cidade dormia, ninguém veria o que eles não possuíam.⁷ No fim de janeiro de 1957, todos os 144 apartamentos do primeiro bloco estavam ocupados.⁸

No dia 20 de janeiro, data em que a cidade do Rio de Janeiro festeja o seu padroeiro, São Sebastião, inaugurou-se oficialmente o

⁶ COUTINHO, *Um ensaio de aplicação das técnicas...* p. 18.

⁷ Conforme um morador da Cruzada São Sebastião, oriundo da Praia do Pinto. Depoimento de outubro de 2000.

⁸ GUARNIERI, *Uma experiência de promoção social...* p. 4.

Bairro São Sebastião. Além de vários jornalistas, que haviam dado bastante cobertura às primeiras mudanças para o bairro⁹, estavam presentes o cardeal d. Jaime Câmara e o prefeito do Distrito Federal Francisco Negrão de Lima. Neste dia, no meio das festividades, a família de Omar Eduardo Cardoso, que era operador da Light, mudou-se para apartamento 701 do primeiro bloco. A revista *Visão* indicou Omar como primeiro morador do Bairro São Sebastião:

“Omar, carregando seus pertences e mobília nova, encomendada para a ocasião, deixou o barraco humilde e infecto que ocupava na Praia do Pinto e subiu com lágrimas nos olhos os sete andares do edifício em que seria o primeiro morador.”¹⁰

⁹ Cf. DESFAVELANDO a Praia do Pinto. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 3 jan. 1957. p. 1; INSTALAM-SE em apartamentos da Cruzada os primeiros favelados. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 jan. 1957. 1º caderno, p. 12; REVOLUÇÃO na Praia do Pinto. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 4 jan. 1957. p. 6; UMA favela começa a morrer. *O Dia*, Rio de Janeiro, 4 jan. 1957. p. 1 e 6; NEM os comunistas nem os “pelegos” conseguirão desunir os favelados. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1957. Edição final, 1º caderno, p. 12.

¹⁰ UMA Cruzada e um paladino, op. cit.

6. O serviço social no Bairro São Sebastião

O nascimento da couve

No paraíso terreal, no dia luminoso em que as flores foram criadas, e antes que Eva fosse tentada pela serpente, o maligno espírito aproximou-se da mais linda nova rosa, no momento em que ela estendia, à carícia do celeste sol, a virgindade vermelha dos seus lábios.

- Você é bela.

- Sou sim, - disse a rosa.

- Bela e feliz - continuou o diabo -. Você tem cor, graça e aroma. Mas...

- Mas?...

- Não é útil. Você não vê essas árvores altas cheias de frutas? Essas, além de serem frondosas, dão alimento a um monte de seres vivos que ficam embaixo dos seus ramos. Rosa, ser bela é pouco...

A rosa então - tentada como depois seria a mulher - desejou a utilidade, de tal modo que houve palidez na sua púrpura.

Depois da alvorada seguinte, o bom Deus passou.

- Pai - disse aquela princesa floral, tremendo na sua perfumada beleza -, Quereis fazer-me útil?

- Que seja assim, minha filha - respondeu o Senhor, sorrindo.

E então o mundo viu a primeira couve.

Rubén Darío (1867–1916), poeta e prosador nicaraguense.

O Serviço Social da Cruzada São Sebastião instalou uma das suas unidades de serviço social no Bairro São Sebastião no dia quatro de janeiro de 1957, logo após a transferência das 12 primeiras famílias. A sua ação baseava-se principalmente em dois "métodos", "técnicas" ou "processos" de Serviço Social chamados *desenvolvimento de comunidade e organização de comunidade*.¹ Para entender melhor as bases ideológicas e metodológicas do trabalho do Serviço Social da Cruzada São Sebastião, é preciso conhecer as origens desses dois conceitos.

6.1 Desenvolvimento de Comunidade e Organização de Comunidade: origens, diferenças e confluências

O que se conhece como desenvolvimento de comunidade surgiu e desenvolveu-se de forma mais ampla nas colônias inglesas na África e Ásia. Nos anos 20 do século 20, o governo colonial britânico foi encarregado de estimular os programas que o regime requeria para controlar melhor as populações submetidas. Embora outras potências coloniais se valessem de políticas e técnicas semelhantes, foram os ingleses que mais as aplicaram e que propagaram o termo. Entre a grande variedade de projetos e programas levados a cabo pelos ingleses nas áreas de sua influência, destacaram-se inicialmente os ligados a objetivos educacionais básicos, como alfabetização, doutrinação e capacitação de mão-de-obra, os quais visavam a organizar a hegemonia cultural e política imperial. Giovanni Bonfiglio vê o surgimento desses programas como uma resposta aos movimentos independentistas nas colônias. Segundo ele, as metrópoles coloniais

¹ A chefe do Serviço Social no Bairro São Sebastião, Irmã Enny Guarnieri, usa o termo "desenvolvimento e organização de comunidade", enquanto a assistente social Nadyr Coutinho fala em "organização social de comunidade". Cf. GUARNIERI, *Uma experiência de promoção social...* p. 4; COUTINHO, *Um ensaio de aplicação das técnicas...* p. 23; CONGRESSO BRASILEIRO DE SERVIÇO SOCIAL, 3º, *Cruzada São Sebastião...* p. 3.

foram obrigadas a atualizar suas estratégias de dominação com a finalidade de potencializar o poder das armas, complementando-as ou substituindo-as com novas políticas econômicas e sociais que pudessem reduzir ou neutralizar a marca anticapitalista das lutas nacionalistas nas colônias.²

Quando importantes colônias inglesas como a Índia, o Ceilão (Sri Lanka) e a Birmânia (Mianmá) estavam em pleno processo de descolonização, os projetos e programas foram recuperados sob propostas técnicas mais purificadas. Tendo em vista a nova situação política internacional, a administração britânica promoveu com mais relevo os projetos que tendiam a oferecer melhorias às populações nas colônias em transição, muitas vezes com o intuito de melhorar a imagem dos colonizadores e favorecer o apoio popular aos novos governos surgidos lá. Nos anos 30, na Índia, foram criados alguns programas que podem ser considerados as experiências primordiais de desenvolvimento de comunidade, ainda que se denominassem “medidas de reconstrução rural”. No Ceilão e na Birmânia, foram desenvolvidos programas similares com os nomes “medidas de desenvolvimento rural” e “educação popular”, respectivamente. Bonfiglio frisa que tanto o aparelho administrativo britânico quanto o ambiente acadêmico passaram a dedicar-se à depuração e à sistematização das técnicas e dos métodos de intervenção usados nesses programas, de tal modo que no fim dos anos 30 foi surgindo a denominação “desenvolvimento de comunidade” para um conjunto de métodos e técnicas definidos.³

Logo depois da 2ª Guerra Mundial, com o advento de temas importantes como os da modernização e do subdesenvolvimento, os programas de desenvolvimento de comunidade assumiram um caráter modernizador e tornaram-se mais complexos e técnicos. Agora os programas eram empreendidos por estados independentes, em vários

² BONFIGLIO, Giovanni. *Desarrollo de la comunidad y trabajo social: ensayo bibliografía*. Lima: Celats Ediciones, 1982. p. 15-16.

³ Ibid. p. 16-17.

casos como meio de “construir” uma identidade nacional e integrar o país que se livrara do domínio colonial. Já em 1941 se iniciou na Índia, sob a inspiração de Mohandas Karamchand Gandhi e Rajendra Prasad, o “programa construtivo”, cujos objetivos eram os seguintes:

- Desenvolvimento da produção agrícola e industrial, dando prioridade ao aumento da produção de alimentos;
- Justiça social, distribuição de terras e salários adequados;
- Democracia.⁴

Com base neste programa, foi realizado em 1952 um novo projeto de alcance nacional com metas semelhantes. Ainda na mesma década, esta experiência seria utilizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como modelo de programa de desenvolvimento de comunidade a ser aplicado em outros países.⁵

Enquanto se aplicavam as técnicas do desenvolvimento de comunidade no trajeto de descolonização da Ásia e África, surgia nos Estados Unidos - na área específica do serviço social - um método chamado organização de comunidade. A aparição deste método foi um reflexo do crescimento das desigualdades sociais nos Estados Unidos nas primeiras décadas do século passado e das conseguintes reivindicações do proletariado e de várias minorias nacionais por melhores condições de vida. Como consequência destes problemas sociais, apareceram, nos anos 20, Conselhos de Planejamento da Comunidade, os quais eram destinados basicamente à coordenação de serviços assistenciais, à criação de novos Conselhos e ao planejamento e desenvolvimento de serviços usados por várias instituições. Dos Conselhos, que eram financiados por fundos comunitários, participavam autoridades locais, escolas, igrejas, instituições privadas, clubes e associações beneficentes.

⁴ Ibid.

A crise de 1929 e as suas seqüelas sociais, tais como desemprego, desintegração social e desajustamento, fizeram com que a problemática da organização de comunidade ganhasse mais importância. A partir deste momento, os assistentes sociais estadunidenses começaram a sistematizar e fundamentar a organização de comunidade como método ou processo de serviço social. Em 1940, depois de um período em que se formularam definições confusas e aleatórias, o autor norte-americano Arthur Dunham propôs um conceito para organização de comunidade, o qual foi amplamente aceito na época:

“A arte ou processo de suscitar e manter um ajuste progressivamente mais efetivo entre as necessidades e os recursos do bem-estar social, vinculado à identificação de fenômenos, elevação dos padrões de eficiência, promoção e apoio às relações intergrupais, aumento da compreensão pública, arregimentação do apoio e da participação públicos, criação, desenvolvimento e modificação dos programas de bem-estar social. A organização do bem-estar social pode realizar-se em qualquer área geográfica, ocupando-se da descoberta e da definição das necessidades, sua eliminação ou prevenção, bem como do tratamento de carências e deficiências sociais, da articulação dos recursos e das necessidades e do constante ajustamento dos recursos para um melhor desempenho em face das necessidades.”⁶

Nos anos seguintes, graças a extensos debates entre acadêmicos e assistentes sociais norte-americanos, a organização de comunidade foi reconhecida como processo ou método específico do serviço social, cujo grupo-alvo específico era a “comunidade”.

Embora o desenvolvimento de comunidade e a organização de comunidade tivessem características próprias e raízes diferentes,

⁵ Ibid.

⁶ CASTRO, Manuel Manrique. *História do serviço social na América Latina*. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1989. p. 137-138.

destacavam-se, no início dos anos 50, muitos elementos comuns. Ambos os métodos visavam a tratar problemas sociais no plano de cada comunidade. A concepção da palavra “comunidade” era a mesma: podia referir-se tanto aos núcleos básicos da sociedade quanto a partes desses. Termos como “nação” e “classe social” não mereciam ênfase nas teorias dos ideólogos do desenvolvimento de comunidade e da organização de comunidade, visto que um dos objetivos mais implícitos de ambos os métodos era evitar a luta de classes. Não se pretendia eliminar as desigualdades nacionais: a meta era fazer com que a combinação entre tais desigualdades (nacionais e regionais) continuasse propícia às metrópoles imperialistas em tempos de expansão e crise.⁷

Em virtude das suas semelhanças, o desenvolvimento de comunidade e a organização de comunidade confluíram nos anos 50 na sistematização de um conjunto de técnicas e processos, o qual passou a chamar-se simplesmente desenvolvimento de comunidade. Ainda na década de 50, o desenvolvimento de comunidade chegou ao Brasil e difundiu-se rapidamente por meio das Escolas de Serviço Social. Em 1956, a ONU definiu-o como:

“Um processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país.”⁸

Segundo Aída Bezerra, a versão brasileira do desenvolvimento de comunidade resumir-se-ia às seguintes observações:

⁷ Ibid. p. 134.

⁸ AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1992. p. 32.

- a) Há o pressuposto de que a comunidade dispõe de recursos para se desenvolver. A melhoria do padrão de vida local seria uma questão de iniciativa e responsabilidade de seus membros;
- b) Supõe-se que na sociedade coexistam vários setores autônomos, onde o social é apenas um deles. Desta concepção decorre a noção de um desenvolvimento setorizado;
- c) Há conjugação da ação planejada com a participação.⁹

Nas próximas páginas, mostrar-se-á como a teoria do Desenvolvimento de Comunidade foi interpretada pelo serviço social da Cruzada São Sebastião e traduzida para o contexto local do Bairro São Sebastião.

⁹ BEZERRA, Aída. As atividades em educação popular. In: CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação). *Educação Popular*. Suplemento CEI n. 17. Rio de Janeiro: Tempo e Presença Editora, 1977. p. 50-51 apud VALLA, *Educação e favela...* p. 68.

6.2 Desenvolvimento de comunidade na prática: o Bairro São Sebastião

Tendo em vista as propriedades do desenvolvimento de comunidade brasileiro, o Serviço Social da Cruzada São Sebastião, em fase inicial, estipulou os seguintes objetivos:

1. Estabelecer um clima de confiança entre os novos moradores do Bairro São Sebastião e o Serviço Social;
2. Levá-los a se adaptarem às novas condições de moradia e de vida;
3. Fazer um levantamento de dados entre os novos moradores.¹⁰

O resultado do terceiro objetivo do Serviço Social é um vasto arquivo de fichas, que, após a última atualização em 1981, constaria de aproximadamente 1.200 fichas. Por meio de reuniões, entrevistas e visitas domiciliares, as assistentes sociais do Serviço Social da Cruzada conseguiram informações pormenorizadas sobre cada família residente em um apartamento no Bairro São Sebastião. Na parte da frente das fichas, registravam-se os nomes dos moradores, seu parentesco com o responsável pelo apartamento, endereço, religião, data e local de nascimento, sexo, cor, estado civil, grau de instrução, renda familiar, endereço anterior, data de mudança e informações sobre a quitação do apartamento. No verso das fichas, relatavam-se dados referentes à situação financeira dos moradores e ao estado em que o apartamento se encontrava, isto é, às condições higiênicas em que as famílias se encontravam. Além destas fichas, havia fichas menores com os retratos e as impressões digitais dos moradores, bem como relatórios sobre as visitas domiciliares das assistentes sociais. Às vezes, anexavam-se às fichas cartões de quitação de contribuição e taxas, contratos, cartas de recomendação, resultados de exames de tuberculose, atestados

¹⁰ GUARNIERI, *Uma experiência de promoção social...* p. 4.

médicos, atestados de óbito, declarações de boa conduta, e, esporadicamente, recortes de jornais. Estes recortes geralmente referiam-se a moradores do Bairro São Sebastião acusados de terem cometido crimes.

No dia 25 de janeiro de 1957, o Serviço Social organizou a primeira reunião com moradores do Bairro São Sebastião. Estavam presentes 38 representantes dos 24 apartamentos do sétimo andar do primeiro bloco. Nesta reunião, as assistentes sociais falaram da necessidade de se constituir um Conselho de Moradores para governar o Bairro São Sebastião, o qual se comporia de grupos de casais eleitos pelos demais moradores. Foram explicadas as finalidades e funções de um Conselho de Moradores e a expressão “governar” foi comparada com as funções do governo federal, estadual e municipal. As assistentes sociais realçaram a importância e responsabilidade do Conselho e, conseqüentemente, o dever de se escolher bem os conselheiros e valorizá-los. Ainda foram planejadas subseqüentes reuniões, em que se estudaram as funções do Conselho e as qualidades necessárias para ser um conselheiro.¹¹

Posteriormente, o Serviço Social organizou seis reuniões com os representantes dos demais andares do primeiro bloco, nas quais foram abordados os mesmos assuntos. Nos primeiros anos do Bairro São Sebastião, parecia haver uma verdadeira maratona de reuniões. Em seu relatório, irmã Enny Guarnieri fala da predileção do Serviço Social da Cruzada São Sebastião pela reunião enquanto instrumento da técnica do desenvolvimento de comunidade:

“As reuniões, além dos objetivos específicos, têm as finalidades mais amplas de cristianizar, educar, sociabilizar, estabelecer laços de amizade como base para melhor vida em comum e, enfim, assegurar uma ativa participação dos habitantes no planejamento e

¹¹ Ibid. p. 5.

execução do programa, agora dentro da realidade da vida no Bairro São Sebastião."¹²

¹² Ibid.

6.2.1 O Conselho de Moradores

Em maio de 1957, foi eleito, por três meses, o Conselho de Moradores do primeiro bloco, “somente depois de meses de estudo em comum, de debates e esclarecimentos, de estimular a confiança mútua, de se fazer compreender um pouco o valor e as possibilidades do homem auxiliado pela graça de Deus é que passaram a desejar a experiência do Conselho.”¹³

Como se pode perceber, foi bastante difícil convencer os moradores do valor que o Conselho de Moradores teria para o Bairro São Sebastião. Segundo o Serviço Social, os ex-favelados inicialmente davam pouca importância à criação do Conselho porque estavam acostumados a obedecer mediante coação. Além disso, ainda segundo o Serviço Social, os moradores desconheciam o próprio valor pessoal e não aceitavam, a princípio, a idéia de que um grupo de pessoas do seu próprio meio pudesse governar eficientemente.

Na eleição, as pessoas residentes em cada andar elegeram entre si um casal para fazer parte do Conselho de Moradores do seu bloco. Mais tarde, também foram organizadas eleições nos demais prédios do Bairro São Sebastião. As responsabilidades assumidas pelos conselheiros eram várias, entre outras:

- manter a limpeza dos prédios, contratando, remunerando e despedindo o zelador de cada bloco, por meio das Caixas de Fundo Comunal (Caixas de Condomínio) pertencentes a cada bloco;
- zelar pelo funcionamento e conservação das bombas de água e das instalações elétricas;
- fechar o quarto andar de todos os blocos, impedindo, assim, a penetração de “marginais” que haviam causados “sérios problemas”;
- consertar os degraus das escadas estragadas pelo uso;

¹³ Ibid. p. 6.

- desentupir esgotos, caixas de gordura e lixeiras;
- pintar o lado externo dos apartamentos e realizar outros trabalhos relativos à conservação do conjunto.¹⁴

Ao analisar esta lista, vê-se que apenas são mencionadas atividades relativas à preservação dos espaços físicos. De fato, o papel dos conselheiros no Bairro São Sebastião assemelhava-se muito ao dos síndicos nos prédios de classe média no Rio de Janeiro. O Conselho de Moradores parece ter sido um instrumento para transformar o Bairro São Sebastião em um condomínio. A existência das Caixas de Fundo Comunal reforça ainda mais esta idéia. Sua finalidade era arrecadar recursos para a manutenção e financiamento das necessidades do Bairro. Segundo Nadyr Coutinho, a idéia da sua criação nasceu “espontaneamente” em uma reunião com os moradores.¹⁵

Convém aqui lembrar que um dos objetivos da Cruzada São Sebastião era “integrar o proletário na vida social”. A vida social, para as assistentes sociais da Cruzada, todas elas alunas da Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, correspondia à vida da classe média, com suas normas e seus valores. Neste contexto, a criação dos Conselhos de Moradores e das Caixas de Fundo Comunal podem ser vistas como uma tentativa de levar os moradores do Bairro São Sebastião a adotarem um modo de moradia amplamente aceito pela classe média nos bairros circunvizinhos - o condomínio - e, assim, conseguir integrá-los na “vida social” desses bairros.

¹⁴ CONGRESSO BRASILEIRO DE SERVIÇO SOCIAL, 3º, *Cruzada São Sebastião...* p. 4.

¹⁵ COUTINHO, *Um ensaio de aplicação das técnicas...* p. 42.

6.2.2 As Legionárias de São Jorge e os Cavaleiros de São Sebastião

Enquanto a construção dos novos prédios do Bairro São Sebastião prosseguia (os três últimos blocos só estariam prontos em 1962), o Serviço Social da Cruzada tentou preparar as famílias que ficaram na favela da Praia do Pinto para a vida nos apartamentos. Com certeza, não haveria lugar para todos os habitantes desta favela no Bairro de São Sebastião, pois se estimava que a Praia do Pinto tinha, em 1957, uma população de 7.000 pessoas. Nos dez prédios do Bairro São Sebastião apenas caberiam cerca de 4.000 pessoas. Entretanto, a Cruzada São Sebastião previa, no prazo de dez anos, a urbanização de todas as favelas do Rio de Janeiro e considerava ser necessária a preparação dos habitantes da Praia do Pinto para a vida fora da favela.

Foram criadas duas associações na Praia do Pinto que objetivavam “a elevação da família”: Legionárias de São Jorge, para mulheres, e Cavaleiros de São Sebastião, para homens. Nas reuniões dessas associações, o Serviço Social da Cruzada procurava analisar o cotidiano dos membros na favela e indicar-lhes, em linguagem acessível, valores morais e cívicos considerados corretos.¹⁶

Tanto as Legionárias quanto os Cavaleiros possuíam códigos de honra, escritos “em termos ao alcance de sua mentalidade”. Seus membros tinham de conhecer o conteúdo dos códigos de cor. Os itens do código de honra das Legionárias diferenciam-se bastante dos do código dos Cavaleiros, como se verá na página seguinte.

¹⁶ Ibid. p. 47.

| LEGIONÁRIAS DE SÃO JORGE | CAVALEIROS DE SÃO SEBASTIÃO |
|---|---|
| 1. "Questão fechada: casa limpa, arrumada e bonita | 1. "Palavra de homem é uma só |
| 2. Quando um não quer, dois não brigam | 2. Ajude seu vizinho |
| 3. Anjo de paz e não demônio de intriga | 3. Bater em mulher é covardia |
| 4. Não vire a cabeça porque o marido não tem juízo | 4. Sem exemplo não se educa |
| 5. Se o marido faltar, seja mãe e pai | 5. Homem que é homem não bebe até perder a cabeça |
| 6. Educar de verdade, sem palavrão, sem grito e sem pancada | 6. Jogo, só de futebol |
| 7. Seja liga com os educadores de seu filho | 7. Difícil não é mandar nos outros: é mandar na gente |
| 8. Não seja do contra: com jeito se vai à lua | 8. Comunismo não resolve |
| 9. Nada mais triste do que mulher que degenera | 9. Quero meu direito, mas cumpro minha obrigação |
| 10. Mulher sem religião é pior do que homem ateu" ¹⁷ | 10. Sem Deus, não somos nada" ¹⁸ |

Infelizmente, não sabemos quantos membros estas associações tinham. Logo, é impossível especular sobre a sua importância e influência na comunidade da Praia do Pinto. Não obstante, os códigos de honra nos fornecem informações interessantes no tocante aos conceitos da Cruzada São Sebastião.

Os itens em ambos os códigos podem ser considerados como recomendações para uma família harmônica e ideal, na qual a mulher faria todos os trabalhos domésticos, nunca implicaria com o marido e não puniria as suas crianças fisicamente. Outras qualidades que a mulher deveria ter eram: tolerância, bondade, responsabilidade, otimismo, fidelidade e religiosidade. O homem, por sua vez, seria um

¹⁷ Ibid. p. 48.

¹⁸ Ibid. p. 49.

pai exemplar, nunca mentiria, nunca se embriagara e não desperdiçaria seu dinheiro em jogos de azar. Além disso, ele deveria ser valente, solidário, prudente, anticomunista, justo e religioso.

Os itens do código de honra das Legionárias de São Jorge referem-se quase exclusivamente à vida domiciliar. Os homens, no entanto, recebem orientação quanto à vida fora do lar. Os dois códigos representam dois universos, o feminino e o masculino, distinguidos rigorosamente pela Cruzada São Sebastião. Segundo a assistente social Nadyr Coutinho, 73,3% das moradoras maiores de 14 anos do Bairro São Sebastião faziam trabalhos domésticos em 1958, e 17,4% não trabalhavam. Os dados da assistente social também comprovam que a grande maioria dos residentes masculinos trabalhava fora, principalmente como operários (58,3%). Nadyr Coutinho afirma que sua amostra também é representativa para a Praia do Pinto.¹⁹ Tendo em vista estas informações, percebemos que os itens de ambos os códigos de honra se adequavam muito bem aos universos dos moradores e moradoras do Bairro São Sebastião e da Praia do Pinto.

É interessante ver que somente os homens recebiam orientação política (“comunismo não resolve”), pois o direito de voto já havia sido garantido às mulheres brasileiras pela reforma eleitoral de 1932 e pela Constituição de 1934.²⁰ Aparentemente, votar e participar de movimentos políticos não fazia parte do universo das moradoras do Bairro São Sebastião e da Praia do Pinto em 1958. O comunismo, aliás, realmente era uma alternativa política popular nas favelas. Conforme uma pesquisa feita em 1958 pelo Instituto de Pesquisa e Estudos de Mercado (Ipeme), 26,5% dos eleitores nas favelas do Distrito Federal diziam-se comunistas, contra 27% dos eleitores favelados que se

¹⁹ Ibid. p. 63-68. Nadyr Coutinho fez este levantamento com base no fichário do Serviço Social do Bairro São Sebastião. Até então, os únicos blocos habitados eram os três primeiros. Os apartamentos nesses prédios eram conjugados, ocupados por casais sem filhos ou com filhos pequenos.

²⁰ CONNIFF, Michael L. The national elite. In: CONNIFF, Michael, MCCANN, Frank D. (Orgs.). *Modern Brazil: Elites and masses in historical perspective*. Lincoln and London: University of Nebraska Press, 1991. p. 32-33.

consideravam governistas.²¹ Para muitos formadores de opinião, o comunismo constituía um perigo à sociedade.²² Isto se nota bem ao ler o comentário sobre a Cruzada São Sebastião do tenente-coronel Geraldo de Menezes Côrtes, ex-chefe de polícia do Departamento Federal de Segurança Pública (1954/1955):

“Reconheço e proclamo com satisfação os resultados meritórios já alcançados [pela Cruzada São Sebastião]: De um lado, a reconquista ou fortalecimento da confiança da gente humilde que vinha sendo facilmente explorada pelos *comunistas* interessados em provocar a desarmonia social e o ódio de classes, muito embora eles não resolvessem os problemas dos favelados, nem quisessem vê-los resolvidos, como pude constatar, pois desejavam cultivar e desenvolver este foco natural de fermentação dos pobres contra o poder público e contra as classes dos mais protegidos pela sorte.”²³ [sem grifo no original]

O décimo item de ambos os códigos de honra refere-se à religião. Tanto os membros das Legionárias de São Jorge quanto os dos Cavaleiros de São Sebastião tinham de ser religiosos. Segundo Irmã Enny Guarnieri, as duas associações aceitavam também membros que não fossem católicos e que tivessem outra religião. Ao observar os nomes das associações, fica-se com a impressão de que a Cruzada quisesse atrair os chamados “macumbeiros”. Na umbanda no Rio de Janeiro, São Jorge, o santo militar defensor da lei do Cristo, é muitas vezes identificado com Ogum, orixá dos ferreiros, dos guerreiros, dos

²¹ INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS DE MERCADO. *A vida mental dos favelados do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: Ipeme, 1958. p. 20.

PREFERÊNCIA POLÍTICA DOS ELEITORES NAS FAVELAS DO DISTRITO FEDERAL:

| Governistas | Comunistas | Populistas | Oposicionistas | Integralistas |
|-------------|------------|------------|----------------|---------------|
| 27% | 26,5% | 25,3% | 5,2% | 4,2% |

²² Ver, p. ex., LACERDA, Carlos. *O poder das idéias*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record Editora, 1963.

²³ CÔRTEZ, Geraldo de Menezes. *Favelas*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1959. p. 21.

agricultores e, em geral, de todos os que utilizam o ferro. São Sebastião, também um santo defensor da lei do Cristo, geralmente é identificado com Oxóssi, orixá das matas e da caça.²⁴ Ambos os orixás são entidades muito populares e adoradas na Umbanda do Rio de Janeiro.²⁵

A pesquisa do Ipeme revela que em 1958 83,5% dos favelados no Rio de Janeiro eram católicos, mas frisa que destes católicos 46,1% são considerados indiferentes (católicos que, freqüentando ou não a igreja, não participam no culto público). Ainda salienta que 31% dos católicos indiferentes são macumbeiros e acha preocupante esta porcentagem:

“A Umbanda não é apenas a religião que mais adeptos tem nos morros, mas também a que domina, pelas crenças e superstições a ela vinculadas, a quase totalidade dos favelados.”²⁶

O Ipeme conclui dizendo que a Igreja Católica precisa reagir para manter a sua influência nas favelas, antes que seja tarde:

“Existe, pois, uma base ainda sólida para a Igreja voltar a satisfazer a ânsia espiritual dos favelados. Há missionários que vão evangelizar índios selvagens da Amazônia, que conservam uma moral natural. Com maior razão encontrar-se-iam sacerdotes para tomar conta, não mediante contatos esporádicos e sim vivendo no meio deles, de sub-proletários

²⁴ Proibidos de praticar sua religião tradicional, os escravos que haviam sido deportados ao Brasil desenvolveram uma forma religiosa na qual divindades africanas podiam se esconder atrás de máscaras de santos católicos. Cf. FRY, Peter. *Para o inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1982. p. 48 et seq.

²⁵ BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações*. Segundo volume. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971. p. 352.

²⁶ INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS DE MERCADO, *A vida mental dos favelados...* p. 20-33.

RELIGIÃO DOS FAVELADOS DO DISTRITO FEDERAL:

| Catolicismo | Protestantismo | Espiritismo | Sem religião |
|-------------|----------------|-------------|--------------|
| 83,5% | 8,1% | 6% | 2,4% |

desorientados, que estão à mercê de qualquer aventura religiosa.”²⁷

Certamente, um dos objetivos das Legionárias de São Jorge e dos Cavaleiros de São Sebastião era “satisfazer a ânsia espiritual”, ou, melhor, cristianizar seus membros. Afinal de contas, a Cruzada São Sebastião se propunha a urbanizar, humanizar e cristianizar as favelas



À esquerda, São Jorge e o dragão, por Paolo di Dono Uccello (1397–1475). *National Gallery, Londres*. À direita, O martírio de São Sebastião, por Andrea Mantegna (1431–1506). *Louvre, Paris*. Na umbanda do Rio de Janeiro, São Jorge é frequentemente identificado com o orixá Ogum, enquanto São Sebastião é identificado com o orixá Oxossi.

do Rio de Janeiro. Entretanto, cristianizar não parece ter sido o principal objetivo da criação das Legionárias e dos Cavaleiros. Antes de tudo, a finalidade das duas associações era “a moralização e a elevação de seus membros”. O Serviço Social da Cruzada São Sebastião tentava prepará-los para “a mudança de casa e de vida”²⁸: do barraco para o apartamento, da ilegalidade para a legalidade, de um estilo de vida para outro.

²⁷ Ibid.

²⁸ GUARNIERI, *Uma experiência de promoção social...* p. 56.

Dom Hélder Câmara também teve a intenção de criar uma associação para as crianças da Praia do Pinto, a qual se chamaria Pequeninos de São Cosme e Damião. O plano, porém, não se concretizou. Dom Hélder chegou a elaborar pessoalmente o código de honra dos Pequeninos de São Cosme e Damião, cujo conteúdo se compunha de conselhos para um estilo de vida correto. Este código era o seguinte:

| PEQUENINOS DE SÃO COSME E DAMIÃO |
|--|
| 1. "Nem covarde, nem comprador de briga |
| 2. Desgosto aos pais, jamais |
| 3. Antes só do que mal acompanhado |
| 4. O que suja mão é pegar alheio |
| 5. Menino de bem não diz palavrão |
| 6. Homem não bate em mulher; é triste mulher que se mete a homem |
| 7. Não minta nem que o mundo se acabe |
| 8. Delicadeza cabe em qualquer lugar |
| 9. Quem não aproveita a escola se arrepende para o resto da vida |
| 10. Quem não reza é bicho" ²⁹ |

Embora a associação de crianças não tenha se realizada, pode-se vislumbrar a orientação pedagógica de d. Hélder Câmara. Muitos dos conselhos que aparecem nos "dez mandamentos" para os homens e as mulheres adultos foram adaptados para o código de honra dos pequeninos de São Cosme e Damião. Nele, também há referências à honestidade, religiosidade, justiça, civilidade, coragem e placidez. Estas semelhanças nos decálogos podem levar-nos à suposição de que a vida dos menores da Praia do Pinto e do Bairro São Sebastião não diferia muito da vida dos adultos.

No próximo capítulo, falar-se-á sobre o cotidiano dos moradores recém-chegados e analisar-se-ão os mecanismos de acompanhamento e controle do serviço social da Cruzada São Sebastião.

²⁹ MELLO, Thiago de. Na favela até os cachorros já gostam de Dom Hélder. *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, 14 abr. 1956. p. 70-75.

7. Acompanhamento e controle

Como já se mencionou brevemente no capítulo anterior, o arquivo de fichas mantido pela Cruzada São Sebastião é bem mais específico e complexo do que o fichário que a Fundação Leão XIII criou para acompanhar e monitorar a vida dos moradores da Praia do Pinto. Observa-se uma nítida tendência à sistematização e à padronização de dados, em detrimento das interpretações mais ou menos livres que podem ser lidas nos relatórios anexos às fichas do serviço social da Fundação Leão XIII. No fichário da Cruzada, encontram-se pelo menos três tipos de fichas distintas, muitas vezes com dados redundantes:

1. Fichas com dados sócio-econômicos abrangentes sobre cada família;
2. Fichas menores com o retrato e as impressões digitais de todos os moradores maiores de 14 anos (em 1956);
3. Fichas com os nomes de todos os moradores adultos do Bairro São Sebastião, nas quais constam ou deveriam constar (muitos campos não foram preenchidos) dados que também se encontram nas fichas do primeiro tipo, como p. ex. a idade dos filhos, estado civil, profissão, firma e local onde trabalha etc. Logo depois de o serviço social iniciar seu trabalho, estas fichas foram substituídas pelas fichas do tipo 1 (vide anexo 11.3).

Ainda havia um sistema de cliques coloridos, que eram colocados na parte superior das fichas do primeiro tipo. A cor indicava a profissão do responsável pela família. Deste modo, para os eletricitas eram usados cliques alaranjados, os estucadores eram representados por cliques verde-amarelos, as lavadeiras, por cliques brancos etc. Segundo a assistente social Nadyr Coutinho, o sistema de cliques coloridos facilitava a procura de endereços quando o serviço social da Cruzada queria convidar um grupo de profissionais a participar de reuniões e cursos.¹

¹ COUTINHO, *Um ensaio de aplicação das técnicas...* p. 62.

O primeiro modelo de ficha (tipo 1) é, sem dúvida, o mais informativo e completo dos três. As fichas deste tipo foram utilizadas e - em alguns casos - atualizadas até 1981, ano em que o serviço social da Cruzada São Sebastião e, posteriormente, da Arquidiocese deixou de funcionar.

Antes de começar a usar as fichas do primeiro tipo, as assistentes sociais da Cruzada participaram de uma reunião na qual a chefe do serviço social explicava como as fichas deveriam ser preenchidas. No fichário da Cruzada São Sebastião, encontra-se uma folha mimeografada com instruções sobre o preenchimento das fichas e anotações que parecem ser de uma assistente social ou visitadora. É provável que existam ou tenham existido mais exemplares desta folha, mas foi encontrado apenas um exemplar no fichário. Parece-nos relevante reproduzir as instruções nesta monografia, pois demonstram a preocupação da Cruzada em sistematizar, acompanhar, monitorar e analisar o “desenvolvimento” dos moradores do Bairro São Sebastião. Veja, a seguir, uma transcrição da folha de instruções.

Instruções para o preenchimento da ficha:

Frente da ficha:

- 1 - Chefe - No caso de mãe idosa com filho solteiro - Chefe: a mãe.
- 2 - Esposa ou companheira - Sublinhar, não riscar.
- 3 - Data da mudança - Encontra-se no fim do contrato.
- 4 - Parentesco - Em relação ao chefe.
- 5 - Sexo - M (masculino) F (feminino).
- 6 - Cor - B (branco), P (preto), Pa (pardo), M (mulato).
- 7 - Registro - Sim (S), Não (deixar em branco).
- 8 - Estado Civil - CCR (casamento civil e religioso), CC (casamento civil), CR (casamento religioso), S (solteiro), V (viúvo).
- 9 - Naturalidade - Usar as duas letras das siglas de cada estado.
- 10 - Saúde - T.P (tuberculose pulmonar), Ca (câncer), C.V. (cárdio-vascular). Boa. Regular.
- 11 - Instrução - Especificar exatamente o grau e o ano de instrução. Exs: 1° Pr., 2° Gin., Analf. (analfabeto), Primário (Pr.), Ginásial (Gin.).
- 12 - Escola - Nome e endereço da escola (quando a ficha não estiver muito preenchida).
- 13 - Religião - Católica (cat.), protestante (prot.), espírita (esp.). Batismo, Cisma [Crisma] e 1ª Comunhão - Sim (S), Não (deixar em branco).
- 14 - Data da morte - Escrever abreviado.

Verso da ficha:

- 1 - Nome - repetir o nome dos que trabalham.

- 2 - Profissão - Declarar o tipo de trabalho. Exs: Servente de pedreiro, marceneiro, e não operário.
- 3 - Carteira profissional - Sim (S), Não (deixar em branco).
- 4 - Caixa ou Instituto - Usar as letras do Instituto.
- 5 - Sindicato - Sim (S), Não (deixar em branco).
- 6 - Licenciado ou aposentado - Escrever abreviadamente. Licenciado (Lic.), Aposentado (Apos.).
- 7 - Endereço completo do trabalho e telefone.
- 8 - Salário e tempo que está na firma ou casa de família (no caso da mulher).

Habitação:

- 1 - Conservação (só do apartamento).
- 2 - Limpeza e ordem - (geral)
- 3 - Mobiliário - Existe além do estritamente necessário.
- 4 - Aparelhos domésticos - Geladeira, liquidificador, etc...
- 5 - Melhorias - Cozinha ladrilhada, taco no piso.

Observações - Não preencher nenhuma ficha sem ter em mãos o contrato do morador.

No art. 10º do contrato vêm enumeradas as pessoas que devem figurar na ficha. Qualquer anormalidade no número de moradores deve ser encaminhada ao Serv. Social.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 1958

É impressionante ver a precisão com que as 1.200 fichas do fichário foram preenchidas. As assistentes sociais e as visitadoras seguiam rigorosamente as instruções da chefe do serviço social. Anexos às fichas, encontram-se relatórios sobre as visitas domiciliares das assistentes sociais e visitadoras. Alguns moradores da primeira hora lembram-se destas visitas, como a gari Angelina de Mello, nascida em 1951:

“Conheci muito Irmã Enny [a chefe do serviço social]. Ela era uma das irmãs, assim como Irmã Clarice. Elas atuavam muito, eram severas, tomavam conta dos apartamentos, da Cruzada em si, e não apenas do serviço social. Visitavam sempre. Ensinavam como colocar os móveis, sempre participaram muito. Eles falavam mais com meus pais, o que era necessário, como um colégio para as crianças, por exemplo.”²

E a dona de casa Maria de Lourdes Ramos, nascida em 1923:

² Entrevista com Angelina de Mello, feita em janeiro de 2000.

“Irmã Enny e Irmã Clarice eram pessoas muito boas, que administravam o serviço social da Cruzada. Visitavam sempre. Eram boas pessoas, vinham ver o nosso procedimento na Cruzada, como a gente estava vivendo, essas coisas. [Eu] conversava muito com a equipe deles, que vinham saber se alguém fazia bagunça - o que não acontecia.”³

Os dois trechos acima fazem menção principalmente à função controladora e acompanhadora do serviço social. Em todas as entrevistas que fizemos e em todas as conversas que tivemos, as freiras, as assistentes sociais e as visitadoras sempre foram descritas como pessoas severas, porém boas e justas. Irmã Enny, a chefe do serviço social, merece ser destacada, pois ela sempre é evocada pelos primeiros moradores do Bairro São Sebastião como uma pessoa justa, porém dura e rigorosa. Era ela quem mantinha a ordem no bairro. Vários entrevistados contam que, todas as noites às dez horas, irmã Enny andava pelo bairro com um sino na mão. Quando ela o dobrava, era o sinal de que os moradores deveriam apagar as luzes e se deitar para dormir.

Os documentos escritos pelas assistentes sociais sobre o seu trabalho no Bairro São Sebastião dão-nos a impressão de que importantes decisões quanto à vida cotidiana no conjunto sempre eram tomadas, de forma participativa, pelos conselhos de moradores. A prática, no entanto, parece ter sido bem diferente. Os relatórios incluídos no fichário e as entrevistas feitas com alguns dos moradores antigos do bairro revelam irmã Enny como uma líder quase autocrata. A sua rigidez refletia-se no trabalho das assistentes sociais, que, como se observa nas fichas, muitas vezes recorriam a métodos autoritários. Quando os moradores atrasavam os pagamentos das taxas mensais para a compra do apartamento, freqüentemente eram ameaçados pelos assistentes sociais com o despejo. Na ficha de Nadir Machado Ferreira –

³ Entrevista com Maria de Lourdes Ramos, feita em janeiro de 2000.

uma mulher que criava sozinha seus três filhos porque seu marido a havia abandonada – pode-se ler a seguinte observação:

“Dona Nadir nos disse que mudou de emprego. Trabalha, atualmente, como conferente da Tinturaria Baroneza, ganhando salário mínimo. Aconselhamos a dona Nadir *fazer qualquer sacrifício* [sem grifo no original] no sentido de solucionar o problema da dívida do apartamento, a fim de evitar que a Direção da Cruzada tomasse providências drásticas nesse sentido, o que era quase certo. Em 8-9-68 M^a do Socorro Dantas”

Mesmo sem conhecer detalhadamente as propriedades do Desenvolvimento de Comunidade, método no qual se basearia a ação do serviço social da Cruzada São Sebastião, é possível afirmar que aconselhar alguém a “fazer qualquer sacrifício” é uma extrapolação inoportuna de uma das características formuladas por Aída Bezerra (vide § 6.1): “Há o pressuposto de que a comunidade dispõe de recursos para se desenvolver. A melhoria do padrão de vida local seria uma questão de iniciativa e responsabilidade de seus membros”.⁴ Ao invés de tentar ajudar Nadir a buscar uma solução para o problema da sua inadimplência, a assistente social prescinde totalmente da sua responsabilidade, tomando uma atitude do tipo *quem cuida da sua vida é você*. Além disso, a assistente social ameaça-a com “providências drásticas”, deixando subentendido que se trata da desocupação do imóvel. Não se sabe quantas famílias foram despejadas de fato, mas no fichário se encontram alguns registros de desocupação mandatária. As fichas de famílias despejadas geralmente eram riscadas com a palavra “despejo”, escrita em letras garrafais de lápis vermelho.

⁴ BEZERRA, As atividades em educação popular, p. 68.

8. Epílogo: a estigmatização dos remanescentes

Hoje, os dez prédios do conjunto habitacional da Cruzada São Sebastião continuam, inabaláveis, no mesmo lugar onde foram construídos no período 1957 - 1962. Inabaláveis, porque as edificações parecem ser indestrutíveis. Segundo os moradores, é impossível cravar um prego nas suas paredes. "É concreto puro", dizem. Mesmo assim, no decorrer dos seus quase 40 anos de existência, a Cruzada São Sebastião¹ sofreu muitas ameaças de destruição. Não por causa da degradação natural dos prédios que se dá com o passar do tempo, mas por causa das pressões de grupos interessados em derrubar os edifícios e remover seus moradores.

Apesar destas pressões externas, a Cruzada São Sebastião continua lá, como um monumento de resistência que alude a uma época em que o conjunto se inseria bem na vizinhança. Um monumento que remete a uma época em que vastas áreas nos bairros Leblon e Gávea eram caracterizadas por favelas e parques proletários. Esta época chegou ao fim em 1969, com a destruição da favela da Praia do Pinto, que nos anos 40 fora uma das maiores favelas do então Distrito Federal. Logo depois de retirar os escombros da antiga favela, construiu-se no mesmo lugar um conjunto de condomínios destinado a famílias de classe média e média alta, o qual ficou conhecido como a "selva de pedra"².

¹ O nome do conjunto habitacional e o nome da organização que o idealizou tornaram-se homônimos.

² "Selva de Pedra" era o título de uma novela das oito que foi transmitida pela Rede Globo em 1972 e 1986 (nova versão). Tratava-se da história de amor de um casal exposto aos problemas da cidade grande - a selva de pedra. O título "Selva de Pedra" referia-se ao caótico ambiente citadino que marcava a novela. Inspirados pela novela, os moradores de classe média e média alta que moravam nos edifícios circunvizinhos começaram a chamar de "selva de pedra" o conjunto de prédios que fora construído recentemente no lugar da antiga favela da Praia do Pinto, destruída em 1969. Até hoje, os preços dos apartamentos nos edifícios da "selva de pedra" são um pouco inferiores aos preços de apartamentos semelhantes em outras partes do Leblon. A denominação "Selva de Pedra", portanto, é pejorativa e estigmatizante, já que se refere ao caos que caracterizava as cenas de uma telenovela. Sobre telenovelas, cf. FERNANDES, Ismael. *Memória da telenovela brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987; LEAL, Ondina Fachel. *A leitura social da novela das oito*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983. Sobre a Selva de Pedra e a relação dos seus moradores com os moradores da

O ano 1969 é muito significativo para os moradores da Cruzada São Sebastião, embora muitos não lembrem o ano exatamente. Em 1969, quando os moradores da Praia do Pinto já estavam sendo removidos para conjuntos habitacionais na periferia da cidade, um incêndio de origem misteriosa acabou com a favela.³ Antes do início das remoções e do incêndio, os moradores da Cruzada faziam parte de um universo enorme de grupos de baixa renda no Leblon e na Gávea, o qual se situava na favela Praia do Pinto, nos antigos parques proletários do Leblon e da Gávea - que haviam se transformado paulatinamente em favelas - e em outras favelas menores. Desde 1969, cercada por edifícios de classe média alta e clubes desportivos, a Cruzada é o último remanescente desse conjunto de comunidades de baixa renda. Há, entretanto, duas favelas situadas em áreas limítrofes ao bairro do Leblon - Rocinha e Vidigal -, com as quais a Cruzada mantém contato intenso. Quando alguém muda da Cruzada para outro lugar, é muito provável que vá morar numa destas duas comunidades. Esta opção parece ser motivada pela curta distância entre o Vidigal, a Rocinha e a Cruzada, pela proximidade de um vasto mercado de trabalho que emprega moradores das três comunidades (Leblon, Gávea, Ipanema, Jardim Botânico, Copacabana e São Conrado), pelas semelhanças no

Cruzada, cf. MELLO, Marco Antonio da Silva. Selva de Pedra: apropriações e reapropriações dos espaços público de uso coletivo no Rio de Janeiro. In: ESTERCI, Neide; FRY, Peter; GOLDENBERG, Mirian (Orgs.). *Fazendo antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001. pt. 3: p. 205-228.

³ Cf. FAVELA da Praia do Pinto será urbanizada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 mar. 1969. p. 5; REMOÇÃO atrai gente para favela da Praia do Pinto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 mar. 1969. p. 12; CORDOVIL recebe primeiras 20 famílias da Praia do Pinto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 mar. 1969. p. 7; UMA favela de 41 anos vai acabar em 55 dias. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 mar. 1969. p. 7; BARRACO da Praia do Pinto dá saudade a ex-favelados. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1969. p. 5; FAVELA se extingue aos poucos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 abr. 1969. p. 5; FOGO deixa 5 mil ao desabrigo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 mai. 1969. p. 1 e p. 36; JACOB, Alberto. Praia do Pinto acaba e deixa Ipanema que ajudou a construir. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 mai. 1969. p. 35; INCÊNDIO arrasa Favela do Pinto. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 mai. 1969. p. 9; NEGRÃO socorre desabrigados com Ncr\$ 2 milhões. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 mai. 1969. p. 37.

padrão e no estilo de vida e pelos preços relativamente acessíveis dos imóveis na Rocinha e no Vidigal.

Não se sabe exatamente quantos moradores a Cruzada tem, pois não existem dados censitários separados referentes à comunidade. Em 2001, um grupo de psicólogos reichianos que pretendiam desenvolver um trabalho social com os moradores da Cruzada fez um levantamento e totalizou uma população de 2.790 pessoas. De imediato, este resultado foi questionado por várias lideranças comunitárias vinculadas à associação de moradores, à missão evangélica e à paróquia no conjunto habitacional. Até então, em todas as suas reivindicações, eles haviam usado como argumento que a Cruzada tinha uma população carente de aproximadamente 9.000 pessoas. A competência dos psicólogos foi amplamente questionada, alegando que estes não conheciam bem a comunidade. O número de 2.790 moradores realmente parece ser muito baixo, se considerarmos que o conjunto habitacional soma 966 apartamentos. Isto significa que haveria menos de três moradores por apartamento. A enorme discrepância entre os números – 2.790 e 9.000 – pode ser o fruto de um problema conceitual. Na Cruzada, sempre há muitas pessoas na rua e nos espaços comuns dos edifícios (pátios, escadarias, corredores etc.), diferentemente do que se vê em bairros habitados por camadas médias urbanas. Seria muito interessante conhecer a dinâmica do vaivém: de onde vêm e aonde vão as pessoas que estão na Cruzada? O levantamento feito pelos psicólogos obviamente não considerou essas variáveis, mas nos parece que possa existir uma diferença significativa entre o número de pessoas que de fato são moradores da comunidade e o número de indivíduos que apenas *estão* ali.

Todos os moradores da Cruzada São Sebastião têm o mesmo endereço: Avenida Borges de Medeiros, 699. Para que se possa determinar em qual edifício alguém mora, usa-se a palavra “bloco” com o acréscimo de um número. Ter Avenida Borges de Medeiros, 699,

bloco *n*, apartamento *x* como endereço pode constituir um impedimento ao tentar abrir uma conta bancária, ao procurar emprego ou fazer um plano de saúde. Nestas situações, o morador da Cruzada tende a acobertar fatos referentes ao lugar onde mora. É possível não revelar o fato de morar na Cruzada, dependendo da pessoa com quem o morador está se comunicando, visto que na Avenida Borges de Medeiros se encontram muitos edifícios e casas de classe média e classe média alta. Apesar disto, o “atributo negativo” do morador da Cruzada quase sempre é descoberto total ou parcialmente, devido à sua linguagem e roupas, incompatíveis com os costumes que normalmente são adotados pelos outros moradores da Avenida Borges de Medeiros e do Leblon em geral. Talvez ele não seja identificado logo como “morador da Cruzada”, mas como “favelado”, “pobre”, “pessoa sem formação”, “pessoa carente”, “humilde” etc.

Há um estigma que atrapalha os moradores da Cruzada, manipulado pela mídia, polícia, por políticos e pelos moradores das adjacências. Este estigma marca a Cruzada São Sebastião como uma favela, um antro de marginais, um berço de pivetes, assaltantes e traficantes. Seus moradores, por conseguinte, são marcados como favelados.

Para entender bem o que é um estigma, faz-se necessário considerar os conceitos elaborados por Erving Goffman no tocante a este tema. Para esclarecer a idéia de estigma, Goffman nota que existem expectativas que orientam as relações sociais. Estas expectativas abrangem demandas referentes a atributos (características) que o indivíduo deveria possuir - a sua identidade social virtual. No entanto, os atributos esperados não necessariamente são iguais aos que o indivíduo realmente possui - a sua identidade social real. Goffman explica:

“Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna

diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real."⁴

Estigma, então, constitui "a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena".⁵ Estigmatização, outro conceito relevante, é "(...) uma forma de classificação social pela qual um grupo - ou indivíduo - identifica outro segundo certos atributos seletivamente reconhecidos como negativos ou desabonadores."⁶

Ao analisar as notícias e os artigos publicados sobre a Cruzada São Sebastião nos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil*, percebe-se que a estigmatização dos moradores da Cruzada pela imprensa carioca foi particularmente forte nos anos 70, pouco depois do incêndio que acabou com a Praia do Pinto.⁷ Nesta década, apareceram nos principais diários da cidade vários artigos em que se denunciava o alto índice de crimes praticados por moradores da Cruzada. Além disso, condenava-se

⁴ GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., [1988]. p. 12 et seq. Tradução de: *Stigma - notes on the management of spoiled identity*.

⁵ *Ibid.*, p. 7.

⁶ GOLDWASSER, Maria Júlia. "Cria fama e deita-te na cama": um estudo de estigmatização numa instituição total. In: VELHO, Gilberto (Org.). *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. p. 30.

⁷ Sobre a importância dos principais jornais brasileiros na formação da opinião pública, Joseph Dean Straubhaar diz: "*While elite papers such as Jornal do Brasil, O Globo, O Estado de São Paulo, and Folha de São Paulo have some national reach, they are very limited in their actual readership outside their regions, even though they are influential in forming elite opinion and in setting news agendas for radio and television media*". Cf. STRAUBHAAR, Joseph Dean. Mass communication and the elites. In: CONNIFF, Michael L.; MCCANN, Frank D. (Orgs.). *Modern Brazil: elites and masses in*

nestes artigos a desordem característica do conjunto habitacional, a qual seria inconciliável com o alto padrão das demais edificações no Leblon. Em 1973, a polícia declarou que 70% dos crimes ocorridos no Leblon, Ipanema e Gávea eram cometidos por “marginais” que moravam na Cruzada São Sebastião.⁸ Segundo o então delegado do 14ª DP, Gastão do Nascimento, seria necessário remover os “favelados” ali residentes para “conjuntos residenciais suburbanos, mais condizentes com o padrão de vida que têm.”⁹

Os moradores dos prédios nos bairros circunvizinhos à Cruzada fizeram várias campanhas para a remoção do conjunto. Cabe mencionar aqui a Sociedade dos Amigos da Lagoa Rodrigo de Freitas, que, em 1978, organizou uma “campanha para conscientizar o Governo da necessidade de remover os quase cinco mil moradores da Cruzada São Sebastião, no Jardim de Alá, para outro local.” O motivo para esta campanha foram os “constantemente assaltos” que as pessoas que moravam ao redor da Lagoa vinham sofrendo. Segundo o então presidente da Sociedade, Celso Azambuja, não era justo que o Governo gastasse dinheiro com obras de urbanização e conservação e deixasse que uma “favela” permanecesse ali.¹⁰

A partir de 1979, ano em que o AI-5 é extinto¹¹, o teor dos artigos e notícias publicados sobre a Cruzada começa a mudar. Os jornais *O*

historical perspective. Lincoln and London: University of Nebraska Press, 1991. p. 225-226.

⁸ CRUZADA São Sebastião abriga 70% dos crimes da Zona Sul. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 dez. 1973. p. 39.

⁹ DELEGADO acha que presença de conjunto da Cruzada se choca com padrão do Leblon. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 dez. 1973.

¹⁰ AMIGOS da Lagoa querem que Governo acabe com Cruzada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 jun. 1976.

¹¹ O Ato Institucional n.º 5, promulgado em 1968, conferiu ao Presidente da República o poder de: (1) fechar o Congresso Nacional, Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores; (2) legislar em todas as matérias durante o fechamento dos órgãos parlamentares; (3) intervir nos Estados e Municípios sem as limitações previstas na Constituição; (4) suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de dez anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais ou municipais; (5) demitir, aposentar ou remover funcionários públicos; (6) suspender a garantia do *habeas corpus*. Todos os atos praticados de acordo com o AI-5 excluía-se de qualquer apreciação judicial. A extinção do AI-5 em 1979 foi fundamental para o processo de

Globo e Jornal do Brasil passam a interessar-se mais pelo peculiar estilo de vida dos moradores da Cruzada do que pelas infrações por eles cometidas. Agora as manchetes mencionam fatos positivos: “906 famílias - uma pequena cidade - tentando melhorar de vida” e “O antigo ‘antro de marginais’: ficou a fama”.¹² Ninguém fala mais na tão reivindicada remoção dos moradores da Cruzada.

Apesar desta radical mudança de opinião ou ênfase dos principais jornais cariocas, que hoje parecem simpatizar com a comunidade¹³, os moradores da Cruzada continuam lidando com o antigo estigma. Sabem que as pessoas que moram ao redor da Cruzada consideram-na uma favela.¹⁴ Muitos parecem dividir ou pelo menos aceitar esta opinião. “Isto aqui é uma favela vertical”, dizem quando acontece algo na comunidade que os indigna. É um comentário que se escuta como crítica em várias situações, enunciado principalmente por lideranças comunitárias, como pessoas ligadas à Associação de Moradores, síndicos, evangélicos, católicos fervorosos e idosos em geral. Eis alguns exemplos das situações em que se costuma usar esta acusação:

abertura política que seria concluído em 1985, com o fim da ditadura e a transmissão do governo a um presidente civil. Sobre os anos da abertura política, cf. DINIZ, Eli. A transição política no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 329-346, 1985; SOARES, Gláucio Ary Dillon; ARAUJO, Maria Celina D’; CASTRO, Celso (Orgs.). *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

¹² FONSECA, Elias Fajardo da. Cruzada São Sebastião: 906 famílias - uma pequena cidade - tentando melhorar de vida. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1979. Caderno Domingo, p. 5.

¹³ Cf. CINQUENTONA, a Cruzada São Sebastião pede socorro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 6 jul. 2000. Caderno Zona Sul, p. 3-4, 6-7.

¹⁴ Um exemplo da persistência e de reafirmação do estigma encontra-se numa página da revista *Nova Escola on-line*, “o site do professor”, onde se menciona a iniciativa de duas “arte-educadoras”, a qual consiste em contar histórias sobre a vida e a luta dos moradores da Cruzada. O objetivo das suas aulas na Escola Municipal Santos Anjos é fazer com que a nova geração da comunidade tenha “orgulho da luta dos parentes” e se sinta “merecedora de viver ali, entre vizinhos mais abastados.” Além do mais, lê-se: “A maioria [dos alunos da Escola Municipal Santos Anjos] mora na Cruzada de São Sebastião, *favela vertical* de dez prédios encravada no Leblon, zona sul carioca. Suas famílias ocuparam o local em 1957 e os moradores do bairro, muito mais ricos, tentaram expulsar os *vizinhos incômodos* que haviam *escapado dos morros*” (sem grifo no original). O BOM exemplo na sala de aula. *Revista Nova Escola on-line*, abr. 2000. Reportagem de capa. Disponível em: <http://www.uol.com.br/novaescola/ed/131_abr00/html/cidadania3.htm>. Acesso em: 11 jun. 2001.

- Três homens, que aparentemente têm entre 20 e 30 anos de idade, estão bebendo cerveja e fumando maconha na escadaria do sétimo bloco, à altura do terceiro andar. De um apartamento que pertence à família de um dos três homens, vem um som estrondoso que faz com que ninguém nos prédios adjacentes consiga se comunicar sem gritar. É funk, um gênero de música que desde há muito é o preferido dos jovens e jovens adultos da Cruzada.

Enquanto isso, eu, na qualidade de professor de inglês, estou tentando dar uma aula no centro educativo que fica em um apartamento no segundo andar do oitavo bloco. Da janela da sala de aula dá para ver os três homens. A música atrapalha a aula, embora estejamos nós (meus seis alunos e eu) já bastante acostumados ao barulho que sempre há na Cruzada. Uma aluna de 16 anos, ao ver minha dificuldade em continuar a aula com tanto barulho, me diz, como se estivesse se desculpando pelo comportamento de outrem, "A Cruzada é uma favela vertical, tem muito ócio aqui."

- Uma moradora do primeiro bloco, um edifício que contém apenas quitinetes, conta-me a história de uma vizinha cujo filho foi assassinado a facadas. O filho havia se endividado com o tráfico e não tinha como pagar o dinheiro que devia. No dia da sua morte, um grupo de traficantes foi buscá-lo no prédio onde morava, o primeiro bloco. O grupo perseguiu-o até o último andar, o sétimo, e matou-o a facadas na varanda comum que fica ao lado da escadaria. Os traficantes haviam optado por usar facas, em vez de armas de fogo, para não alarmar os policiais que estavam de plantão na minidelegacia que se encontra dentro do conjunto habitacional. As facadas eram tantas que o sangue saía das feridas às enxurradas. Como os prédios da Cruzada não tinham (e ainda não têm) um sistema de drenagem nas varandas comuns, o sangue jorrava para baixo por um "canhão", um tubo de plástico que

atravessa a mureta da varanda e que serve para escorrer a água que se acumula lá. O sangue vazado pelo tubo sujou o pátio no andar térreo do primeiro bloco, onde havia crianças brincando. Uma destas crianças era o filho do rapaz que acabou de ser morto.

Segunda a narradora, a dimensão trágica do assassinato deixou a comunidade abalada por semanas. Depois de contar-me a história, ela faz questão de afirmar que a Cruzada é uma favela sim. Uma favela vertical.

- Em frente à entrada do quarto bloco, há uma briga entre uma mulher com dois cães enormes, que aparentam ser da raça *rotweiler*, e uma mãe de uma menina que acaba de ser mordida por um dos dois cães. Ao redor das duas mulheres forma-se rapidamente uma platéia que não pára de crescer. Todos querem ver o que está acontecendo. Da janela do apartamento do pastor evangélico da comunidade, no quarto andar do quarto bloco, dá para ouvir muito bem as acusações mútuas das mulheres. A mãe da menina mordida diz que os dois cachorros são tão perigosos e loucos quanto a dona deles e que ela deveria prendê-los em casa. A dona dos cães replica que seus cachorros são mansos, não fazem mal a ninguém e que a criança deve ter os provocado. Depois de muito escândalo e agressões verbais, as duas mulheres desistem da briga e vão para os seus apartamentos. A platéia dispersa-se em pequenos grupos, que comentam a briga e seus motivos.

Espanto-me quando me dou conta de que a mãe da menina, em nenhum momento, ameaçou apresentar queixa contra a dona dos cães na delegacia. O pastor, que esteve ao meu lado vendo a cena, me diz que esta não é primeira vez que os cachorros "daquela mulher" mordem uma pessoa. Segundo ele, a mulher é louca e não tem nenhuma responsabilidade. Dorme no mesmo quarto que os cães. A população só

não faz algo contra ela porque sabe que ela é capaz de tudo. “Isto aqui é uma favela, sabia?” pergunta-me o pastor retoricamente.¹⁵

O estigma que marca os moradores da Cruzada assemelha-se ao “estigma de favelado”, apresentado e descrito por Linda Maria Gondim. Para ela, residir numa favela “(...) constitui um elemento de diferenciação social, na medida em que o sistema classificatório de outros grupos sociais confere um estigma a este atributo.”¹⁶ O estigma de favelado permanecerá, segundo a autora, se persistirem as condições que o produziram: “situação de inferioridade econômica, social e política do grupo favelado com relação aos grupos estigmatizadores.”¹⁷

Estigmatiza-se uma categoria, um grupo de pessoas com um estigma particular.¹⁸ Portanto, a categoria “favelado” serve para estigmatizar indivíduos cujos *ethos*, escala de valores e visão de mundo indicam que são moradores de favela.¹⁹ Será possível que os moradores da Cruzada pertencem a esta categoria? Para tentar responder a esta pergunta, é preciso saber, sobretudo, o que vem a ser uma favela nos dias de hoje.

Ao tratarem das representações que serviriam para identificar a favela, Lícia Valladares e Edmond Preteceille descrevem um “tipo ideal”, uma espécie de favela-padrão:

“[A favela seria] uma ocupação ilegal situada nas encostas de morros ou em bairros relativamente

¹⁵ Estes acontecimentos tiveram lugar entre julho e novembro de 2000.

¹⁶ GONDIM, Linda Maria. A manipulação do estigma de favelado na política habitacional do Rio de Janeiro. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 12/13, n. 1/2, 1981/1982. p. 31.

¹⁷ *Ibid.*, p. 28.

¹⁸ GOFFMAN, Erving. *Estigma...* p. 32.

¹⁹ “(...) os aspectos morais (e estéticos) de uma dada cultura, os elementos valorativos, foram resumidos sob o termo ‘*ethos*’, enquanto os aspectos cognitivos, existenciais foram designados pelo termo ‘visão de mundo’.” GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, [1989]. p. 143. Tradução de: *The interpretation of cultures*.

centrais, com moradias precárias, sem infra-estrutura nem serviços urbanos. O favelado, morador da favela, passou a simbolizar o migrante pobre, semi-analfabeto, biscateiro, incapaz de se integrar e adaptar ao mercado de trabalho da cidade moderna, industrial.”²⁰

Baseando-se em dados estatísticos, Valladares e Preteceille comprovam que a suposta homogeneidade de espaços favelados não existe e que, por conseguinte, as favelas não correspondem ao “tipo ideal”. Deve-se, segundo eles, “falar em favelas no plural e não no singular”, destacando assim a diversidade que caracteriza as favelas.²¹

Quanto à adequação do “tipo ideal” acima mencionado à Cruzada São Sebastião, pode-se dizer que há poucas conformidades. Em 1983, as 937 famílias então residentes no conjunto compraram, por prestações simbólicas, títulos de propriedade do programa habitacional ‘Cada família, um lote’. Antes disto, a maioria dessas famílias já havia pago à Arquidiocese 180 prestações mensais de 8, 12 ou 15% do salário mínimo, conforme o tamanho do apartamento. Hoje em dia, a Cruzada compõe-se de dez condomínios independentes, cada um administrado por um síndico.²² Não se trata, por conseguinte, de uma

²⁰ PRETECEILLE, Edmond; VALLADARES, Licia do Prado. Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca. In: RIBEIRO, Luiz César Queiroz (ed.). *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. São Paulo: REVAN / FASE, 2000. p. 375-403.

²¹ Ibid., p. 21. Em um trabalho mais recente, Valladares reitera a sua afirmação de que a idéia de uma favela arquetípica não contribui para o entendimento do heterogêneo universo das favelas: “*Parler de la favela au singulier implique de fait le désintérêt pour la diversité, si bien que les différences internes au monde des favelas deviennent automatiquement secondaires. On occulte la diversité, la pluralité des formes, des rapports sociaux et des situations sociales. L'évocation systématique d'un idéal-type ou d'un archétype est récurrente dans les discours sur la favela carioca. De ce fait, 'la' favela est forcément une colline (morro), une zone illégalement occupée, hors-la-loi, un espace sous-équipé, le lieu de concentration des pauvres dans la ville. Une même dénomination générique unifie des situations aux caractéristiques pourtant très différentes, en réalité, sur le plan géographique, démographique, urbanistique et social.*” VALLADARES, Licia do Prado. *L'invention de la favela*. Tese (Habilitation à diriger des recherches) - Faculté d'Anthropologie et de Sociologie, Université Lumière - Lyon II, Lyon, 2001.

²² Cf. MORADORES da Cruzada se tornam proprietários. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 nov. 1982; ESTADO dá os títulos de propriedade a famílias da Cruzada S. Sebastião. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 nov. 1983; CRUZADA recebe títulos da terra. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 nov. 1983.

ocupação ilegal ou irregular. Desde a sua construção, a Cruzada tem eletricidade e água encanada. Segundo alguns moradores, nunca lhes faltou água. A infra-estrutura do conjunto é excelente, comparada com a infra-estrutura das favelas nos morros da Zona Sul do Rio de Janeiro. Os prédios da Cruzada só não dispõem de elevadores.

Apesar de tudo isso, os moradores de classe média e média alta das circunvizinhanças tendem a colocar os moradores da Cruzada e os moradores de favelas na mesma categoria, mesmo que conheçam os fatos acima referidos. Aparentemente, as identidades sociais virtuais dos moradores da Cruzada e dos moradores de favelas assemelham-se tanto que a inclusão na mesma categoria é justificada. Embora não pertençam ao “grupo favelado” descrito por Gondim, os moradores da Cruzada carregam o estigma de favelado ou morador de favela.

A palavra favela, para os moradores da Cruzada, tem uma conotação extremamente negativa. Ela está ligada a violência, ócio, bagunça, barulho e ao uso e tráfico de drogas. Quando na Cruzada se fala em favela, não se refere ao “tipo ideal” da favela, mas ao quadro de normas e valores típico que os moradores de favelas supostamente têm. E este quadro de normas e valores, segundo os acusadores, assemelha-se muito ao dos moradores da Cruzada.

É interessante ouvir o comentário “Isto aqui é uma favela vertical” em situações em que um morador da Cruzada parece acusar outro morador de fazer algo indigno, inadmissível ou anormal. Em certos casos de comportamento desviante no bairro, os moradores recorrem ao estigma que lhes foi imposto no decorrer dos anos por pessoas alheias à comunidade. Em vez de acusar apenas os desviantes, parecem condenar o conjunto habitacional inteiro. Qualificam-no de favela e seus moradores, conseqüentemente, de favelados ou moradores de favela.

Parece-me oportuno lembrar aqui algumas idéias sobre desvio pautadas por Gilberto Velho, organizador e co-autor do livro *Desvio e*

divergência. Ao explicar a perspectiva interacionista do desvio e o pensamento de Howard Becker, diz:

“A noção básica é que não existem desviantes em si mesmos, mas sim uma relação entre atores (indivíduos, grupos) que acusam outros atores de estarem consciente ou inconscientemente quebrando, com seu comportamento, limites e valores de determinada situação sociocultural. Trata-se, portanto, de um confronto entre acusadores e acusados.”²³

Segundo Howard Becker, são os próprios grupos sociais que criam o desvio, ao estabelecer as regras cuja infração constitui desvio, aplicando-as a pessoas particulares. Estas pessoas são marcadas como *outsiders*.²⁴ Gilberto Velho complementa o raciocínio beckeriano:

“O ‘desviante’, dentro da minha perspectiva, é um indivíduo que não está fora de sua cultura mas que faz uma ‘leitura’ divergente. (...) Ele não será sempre desviante. Existem áreas de comportamento em que agirá como qualquer cidadão ‘normal’. Mas em outras áreas divergirá, com seu comportamento, dos valores dominantes.”²⁵

Tendo em vista as noções acima mencionadas, pode-se especificar as relações que existem entre os atores que povoam a Cruzada: os “desviantes” e os “não-desviantes”, com a finalidade de entender a expressão e acusação estigmatizante “Isto aqui é uma favela vertical”.

Em primeiro lugar, é importante realçar que todos os moradores da Cruzada, independentemente das suas características individuais, tanto os desviantes quanto os não-desviantes, carregam o mesmo estigma: viver numa comunidade que é marcada como favela por

²³ VELHO, Gilberto (Org.). *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. Cap. 1, p. 23.

²⁴ BECKER, Howard S. *Outsiders : studies in the sociology of deviance*. New York : Free Press, 1966 apud VELHO, Gilberto. (Org.). *Desvio e divergência...* p. 24.

grupos alheios. A sua identidade social virtual - o caráter que lhes é atribuído mediante uma análise do seu passado em potencial - é de moradores de favela. As suas carreiras morais - as experiências de aprendizagem relativa à condição de estigmatizado e as mudanças sofridas na concepção do eu - são semelhantes. Erving Goffman, cujos conceitos aqui uso, observa que a vinculação do indivíduo com a sua categoria estigmatizada é ambivalente. O estigmatizado pode aceitar ou rejeitar as oportunidades especiais de participação do grupo de pessoas com carreiras morais semelhantes.²⁶ No caso específico da Cruzada, a categoria estigmatizada constitui todos os moradores do conjunto habitacional, os "desviantes" e os "não-desviantes". Estes e aqueles podem aceitar ou rejeitar a participação e o envolvimento intragrupal, embora nem sempre tenham a liberdade de escolher entre estas duas alternativas. O envolvimento intragrupal involuntário acontece, por exemplo, durante as costumeiras incursões da polícia na Cruzada, quando os moradores não implicados no tráfico de drogas na comunidade são forçados a esconder pentes de metralhadora, revólveres ou drogas em seus apartamentos. Recusar-se a fazer isto seria insensato, visto que tal atitude poderia provocar alguma represália.

Em segundo lugar, deve-se considerar os laços de parentesco que aparentemente predominam sobre quaisquer tipos de relações interpessoais na comunidade. Membros de grupos extensos de parentesco²⁷ vivem espalhados pelos dez edifícios da Cruzada. Apenas quando não há mais espaço na Cruzada, os jovens tendem a mudar-se para outros bairros, geralmente favelas nas redondezas. Quando há um apartamento desocupado na Cruzada, é provável que este seja alugado ou comprado por alguém que já mora na comunidade. Das primeiras

²⁵ VELHO, Gilberto. (Org.). *Desvio e divergência...* p. 27-28.

²⁶ GOFFMAN, Erving. *Estigma...* p. 12, 41-49.

²⁷ Cf. CHOMBART DE LAUWE, Paul-Henry. A organização social no meio urbano. Trad. Moacir Palmeira. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. P. 114-133.

famílias da Cruzada, 24% mudaram de apartamento pelo menos uma vez dentro da comunidade no período 1957 - 1981.²⁸ Muitos dos primeiros moradores ainda moram na Cruzada. Um exemplo da dispersão dos grupos extensos de parentesco pelos edifícios da Cruzada é a família de dona Angelina, que tem 50 anos e trabalha como gari. Ela mora no bloco cinco, sua irmã mora no apartamento que era da sua mãe, no bloco seis, o seu ex-marido mora em outro apartamento com sua nova esposa e ainda há uma sobrinha de Angelina que também mora na Cruzada com seus três filhos.²⁹ Além das redes de relações de parentesco que existem na comunidade, há outras redes de relações extremamente complexas, as quais incluem madrastas e padrastos, madrinhas e padrinhos, comadres e compadres, afilhados, agregados etc., pessoas que muitas vezes também são consideradas "família". Deste modo, não é de se admirar que todos os moradores da Cruzada têm os mais variados casos de desvio nas suas famílias. Uma mãe neurótica que negligencia os seus filhos, um irmão que bebe e fuma excessivamente e torna-se agressivo por causa disto, um filho que vende cocaína, um tio casado que tem aventuras amorosas com meninos menores de idade.

O uso da frase "Isto aqui é uma favela vertical" serve para não acusar os desviantes diretamente. Assim, evita-se um possível confronto entre os acusadores e acusados, o que é conveniente e altamente desejável no caso da Cruzada São Sebastião, considerando as relações de parentesco que ligam o potencial acusador ao acusado. Convém lembrar aqui a história da aluna que se desculpou pelo barulho feito por três homens na escadaria, que estavam lá bebendo cerveja e fumando maconha. A menina disse que a Cruzada era uma favela e que tinha muito ócio. Depois o professor de inglês soube que um desses homens era um tio da menina.

²⁸ Dados do fichário do Serviço Social da Cruzada São Sebastião.

²⁹ Informações obtidas por meio de uma entrevista feita em janeiro de 2000.

É preciso observar também que os moradores da Cruzada estão cientes de que possuem um estigma que os une. Esta consciência está vinculada a uma espécie de solidariedade hermética existente entre os moradores da Cruzada, a qual se manifesta claramente em contatos com pessoas não pertencentes à comunidade. É provável que esta solidariedade impeça que potenciais acusadores façam acusações diretas em casos de desvio.

Neste sentido, a atitude dos moradores da Cruzada quanto ao seu estigma contrapõe-se à dos moradores de dois prédios "balanças" em Copacabana, descrita por Gilberto Velho em 1974. Os moradores destes edifícios, na sua maioria, são identificados como *white collars*. Apesar de acreditarem que morar em Copacabana é um símbolo de *status*, eles são estigmatizados pelo fato de morarem em prédios que a vizinhança considera "'pouco familiares', 'mal freqüentados', 'uma bagunça'".³⁰ Diz Velho:

"A maneira que encontram para enfrentar esta contradição é achar 'bodes expiatórios' que possam ser apontados como responsáveis pelos problemas dos edifícios. Assim surgem acusações contra pessoas que, por sua vez, apresentam sinais de ambigüidade e 'impureza' mais explicitamente."³¹

Os "bodes expiatórios" que seriam responsáveis pela má fama da Cruzada, embora existentes, raramente são acusados abertamente pelos membros da comunidade. A maioria dos moradores tem imenso cuidado em não acusar ou ofender quaisquer desviantes diretamente. Afinal de contas, tal atitude poderia causar uma crise familiar ou, talvez pior, um conflito entre grupos extensos de parentesco. Nos prédios "balanças" em Copacabana, os moradores não teriam este problema,

³⁰ VELHO, Gilberto. Estigma e comportamento desviante em Copacabana. In: _____ (Org.). *Desvio e divergência...* cap. 6. p. 116-124.

³¹ *Ibid.*, p. 123.

visto que lá grupos extensos de parentesco são aparentemente inexistentes.³²

Os complexos laços de parentesco e o estigma que une os moradores parecem fazer com que eles se esquivem de acusar os desviantes da comunidade diretamente, pelo menos na presença de vizinhos e pessoas que vem de fora. Isto não significa que não se tente achar “bodes expiatórios” ou que não se comente e não se condene o comportamento dos desviantes. Por exemplo, num ambiente relativamente reservado, o comportamento de um desviante pode ser discutido extensamente e condenado, contanto que neste espaço se encontrem pessoas que se conhecem muito bem e têm amplos conhecimentos sobre as famílias e os amigos de todos os indivíduos presentes, pois é inconveniente a presença de alguém que tenha parentesco ou uma relação afetiva com o desviante que está sendo acusado.

No seu único trabalho propriamente etnográfico, escrito em 1964, Norbert Elias descreve as relações de poder em uma pequena cidade no interior da Inglaterra, à qual dá o nome fictício de Winston Parva. Mesmo que se tratasse de uma comunidade relativamente homogênea, de acordo com os indicadores socioeconômicos comuns, os seus moradores não a percebiam como tal. Para eles, a população de Winston Parva dividia-se em dois grupos: um que era reconhecido como o *establishment* local, constituído por moradores que já moravam na cidade muito antes do que os outros, e um outro grupo de famílias e indivíduos percebidos como *outsiders*, que viviam estigmatizados por todos os atributos associados com a anomia, como a delinquência, a violência e a desintegração.³³ A introdução do livro constitui um

³² VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p. 38-40.

³³ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder de uma pequena comunidade*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, [2000]. Tradução de: *The established and the outsiders: a*

impressionante ensaio teórico no qual Elias e co-autor John L. Scotson descrevem, com base na sua experiência em Winston Parva, diversas figurações de relações entre estabelecidos e *outsiders*. Dizem eles:

“(...) a estigmatização dos outsiders exhibe alguns traços comuns numa vasta gama de configurações de estabelecidos - outsiders. A anomia talvez seja a censura mais freqüente a lhes ser feita; repetidamente, constata-se que outsiders são vistos pelo grupo estabelecido como indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros”.³⁴

Outsiders, por conseguinte, são vistos pelos estabelecidos como desviantes. É conveniente lembrar aqui que, segundo Becker, são os próprios grupos sociais que criam o desvio, ao estabelecer as regras cuja infração constitui desvio, aplicando-as a pessoas particulares. Estas pessoas são marcadas como *outsiders*. Isto significa que os *outsiders* não existiriam se não houvesse estabelecidos que lhes percebessem como tais e vice-versa. Um indivíduo pode ser um estabelecido no seu grupo ou núcleo, mas ser considerado, ao mesmo tempo, um *outsider* por uma pessoa que mora no mesmo bairro. Igualmente, as pessoas que vivem nesse bairro podem ser percebidas como *outsiders* por pessoas de bairros adjacentes.

Na Cruzada, também existem estabelecidos e *outsiders*. Neste caso, os moradores “trabalhadores” são os estabelecidos e os traficantes, ladrões, drogados e viciados, os *outsiders*. Na relação entre os moradores da Cruzada e seus vizinhos muito mais abastados do Bairro do Leblon, percebe-se claramente quem são os estabelecidos e quem são os *outsiders*. Ao contrário do que se verificou em Winston Parva, as pessoas que vivem nos prédios adjacentes à Cruzada não baseiam seu sentimento de superioridade no princípio de antiguidade,

sociological enquiry into community problems. 2. ed. Londres: Sage Publications, 1994. p. 7.

³⁴ Ibid., p. 27.

pois é muito provável que a maioria deles tenha nascido ou tenha vindo morar no Leblon depois da construção da Cruzada. O que justifica a estigmatização dos moradores da Cruzada são as grandes diferenças socioeconômicas. Vale citar outro trecho do livro de Elias e Scotson:

“A semelhança do padrão de estigmatização usado pelos grupos de poder elevado em relação a seus grupos outsiders no mundo inteiro – a semelhança desse padrão a despeito de todas as diferenças culturais – pode afigurar-se meio inesperada a princípio. Mas os sintomas de inferioridade humana que os grupos estabelecidos muito poderosos mais tendem a identificar nos grupos outsiders de baixo poder e que servem a seus membros como justificação se seu status elevado e prova de seu valor superior costumam ser gerados nos membros do grupo inferior – inferior em termos de sua relação de forças – pelas próprias condições de sua posição de outsiders e pela humilhação e opressão que lhe são concomitantes. Sob alguns aspectos, eles são iguais no mundo inteiro. A pobreza – o baixo padrão de vida – é um deles”.³⁵

No caso da Cruzada, há outro fator, além da pobreza, que contribui fortemente para a estigmatização dos seus moradores. Ao entrar na comunidade, qualquer observador atento percebe nitidamente o predomínio de negros e pardos na sua população, ao passo que nas ruas e bairros contíguos predominam pessoas brancas. Esta situação representa uma característica comum à grande maioria das cidades brasileiras: a porcentagem de negros e pardos tende a ser maior nas comunidades mais pobres, enquanto a porcentagem de brancos costuma ser maior nas comunidades mais abonadas. Elias e Scotson interpretam as diferenças raciais na relação estabelecidos – *outsiders* da seguinte maneira:

“As chamadas ‘relações raciais’ (...) simplesmente constituem relações de estabelecidos – outsiders de um

³⁵ Ibid, p. 28.

tipo particular. O fato de os membros dos dois grupos diferirem em sua aparência física ou de os membros de um grupo falarem com um sotaque e uma fluência diferentes a língua em que ambos se expressam serve apenas como um sinal de reforço, que torna os membros do grupo estigmatizado mais fáceis de reconhecer em sua condição. (...) Parece que adjetivos como 'racial' ou 'étnico' largamente utilizados nesse contexto, tanto na sociologia quanto na sociedade em geral, são sintomáticos de um ato ideológico de evitação. Ao empregá-los, chama-se a atenção para um aspecto periférico dessas relações (por exemplo, as diferenças na cor da pele), enquanto se desviam os olhos daquilo que é central (por exemplo, os diferenciais de poder e a exclusão do grupo menos poderoso dos cargos com maior potencial de influência)".³⁶

A questão das relações de poder, como podemos compreender desta citação, é fundamental para Elias e Scotson. É evidente que os moradores da Cruzada têm muito menos influência no poder que os demais moradores do Leblon. No entanto, é preciso frisar que a Cruzada, como comunidade, não é totalmente passiva diante das decisões que a afetam. Houve, na sua história, vários momentos em que grupos de moradores conseguiram obter benefícios e melhorias para a comunidade inteira. Em 1999, por exemplo, uma grande construtora decidiu edificar um shopping no terreno vizinho à Cruzada, onde nunca antes fora construído. Como se tratava de uma vasta área rochosa, seria necessário fazer uso de martelletes pneumáticos, o que causaria uma intensa poluição sonora. Ao saber que seria construído um shopping neste terreno, o então vereador Edson Santos, do Partido dos Trabalhadores, em cooperação com várias lideranças comunitárias da Cruzada, impetrou uma ação popular contra a construção do shopping. A partir desse momento, a empresa construtora viu-se na obrigação de negociar com os moradores da Cruzada. Organizou-se uma singular coalizão de representantes da associação de moradores, do conselho de

³⁶ Ibid., p. 32.

síndicos, da paróquia Santos Anjos e da missão evangélica que realiza obras sociais na comunidade. As indubitáveis divergências que existiam entre estes grupos se dissipavam à medida que avançavam as negociações com a empresa construtora, a qual no final se comprometeu a reformar as fachadas dos edifícios e executar outras obras mais estruturais. Além disso, a construtora prometeu aproveitar a mão de obra oriunda da Cruzada no processo da implantação e de operação do empreendimento.

Em momentos como o acima mencionado, a Cruzada revela-se um grupo de *outsiders* suficientemente coeso para defender seus direitos. É provável que esta coesão interna exista em virtude dos laços de parentesco entre os moradores, do estigma que os une e das histórias de vida que muitos têm em comum. Os moradores da Cruzada, donos dos edifícios e apartamentos em que vivem, dificilmente serão tirados do seu lugar. Hoje, a comunidade é um condomínio residencial com uma convenção geral e taxas condominiais mensais, como tantos outros na cidade do Rio de Janeiro. Um fôlder com informações sobre as reformas a serem feitas na Cruzada contém uma mensagem do Conselho de Síndicos, o qual retrata bem a similitude do Conjunto Residencial Cruzada São Sebastião com os condomínios das camadas médias cariocas:

“É muito importante que você pague e mantenha a sua taxa condominial em dia. Auxilie o seu síndico em seu prédio, ajudando-o a administrar o seu patrimônio. Ensine os seus filhos ou amigos a não jogar lixo pelos muros, janelas ou nas escadas. Não vamos deixar espaço para pixadores ou aqueles que querem depredar o que nós conseguimos com tanta dificuldade. D. Helder nos deixou um bem que temos que aprender a amar, para que possamos administra-lo e preserva-lo para o nosso uso e de nossos filhos. A nossa luta não para por aqui. Temos, ainda, que fazer força junto ao estado e município pela reforma da rua, das calçadas, dos esgotos etc. Ainda temos muito pela frente.

Unidos conseguiremos tudo."

9. Considerações finais

Ao longo deste estudo, procurou-se analisar o decorrer e o efeito da transferência de aproximadamente 900 famílias – que antes viviam em uma favela – para um conjunto residencial de apartamentos. A Cruzada São Sebastião pretendia, mediante a construção do Bairro São Sebastião, encontrar uma solução inovadora para o problema das favelas no Rio de Janeiro. O Bairro São Sebastião seria apenas uma experiência-piloto: o fundador e grande pensador da Cruzada, d. Hélder Câmara, tinha o ambicioso plano de acabar com as favelas em dez anos. Seriam construídos conjuntos de edifícios semelhantes ao Bairro São Sebastião na cidade inteira. Este plano não se realizou. No início dos anos 60, a Cruzada São Sebastião ficou completamente sem recursos devido à conjuntura política, que lhe era muito desfavorável. Carlos Lacerda, o novo governador, tinha outras convicções relativas às políticas de habitação social no Rio de Janeiro. No seu primeiro mandato, iniciou-se um longo período durante o qual as favelas eram erradicadas e seus moradores, transferidos para conjuntos residenciais em locais distantes. D. Hélder Câmara, com quem Carlos Lacerda sempre tivera uma relação ambígua, foi transferido para Recife, onde ficaria até a sua morte em 1999.¹ Tudo indica que a Cruzada São Sebastião, acéfalo e sem recursos financeiros, entregou a responsabilidade sobre o Bairro São Sebastião à Arquidiocese do Rio de Janeiro e cessou todas as suas atividades, embora não fossem encontrados, no decorrer da pesquisa, registros oficiais que confirmassem esta afirmação.

A construção do Bairro São Sebastião deve ser considerada uma experiência única, cuja realização foi possível graças à carismática figura de d. Hélder Câmara e, sobretudo, graças a circunstâncias políticas extremamente favoráveis. Vale lembrar que na mesma época – que os livros de história geralmente descrevem como populista – foram

¹ Cf. LACERDA, Carlos. Carta a Dom Hélder Câmara. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 26 mar. 1956. p. 6.

tomadas várias iniciativas que favoreceram a urbanização das favelas, como a criação do Serfha, a extensa pesquisa da Sagmacs e o estabelecimento de associações de moradores de favelas (veja o capítulo 1). A ação da Cruzada São Sebastião visava, sem dúvida, à urbanização das favelas do Rio de Janeiro. O Bairro São Sebastião foi construído ao lado da favela de onde eram originários seus moradores com a intenção de deixá-los no seu *habitat*. Deste modo, as redes de relações afetivas e econômicas formadas na favela e no bairro não se perderam e as famílias transferidas não se desintegraram.

Além de urbanizar as favelas, a Cruzada São Sebastião pretendia humanizá-las e cristianizá-las. A “humanização” e a “cristianização” das favelas traduzia-se em um extenso trabalho de serviço social, realizado por assistentes sociais que utilizavam os métodos mais atuais na sua área. A principal meta do projeto de humanização e cristianização era a “integração dos ex-favelados na vida normal da cidade”.² Como já foi dito nos capítulos anteriores, “a vida normal da cidade”, para os idealizadores da Cruzada, dizia respeito ao estilo de vida das camadas médias cariocas, que haviam transformado o apartamento, nas décadas de 40 e 50, em padrão habitacional da Zona Sul do Rio de Janeiro. Embora sejam simples e pequenos, os apartamentos no Bairro São Sebastião não se distinguem muito de outros edifícios residenciais construídos nos anos 50. A grande diferença talvez seja a ausência do tradicional “quartinho de serviço”, reservado para a empregada da casa, algo muito comum até hoje em apartamentos destinados à classe média. Também se nota a falta de elevadores, que não foram instalados para reduzir os custos da construção.

Na seleção das famílias que se mudariam para o Bairro São Sebastião, a Cruzada procurou escolher aquelas que parecessem ser mais propensas a adotar normas e valores geralmente associados ao estilo de vida das camadas médias. Lembremos aqui o comentário da

² PARISSE, *Favelas do Rio de Janeiro...* p. 175.

assistente social Nadyr Coutinho sobre o processo de seleção: "Tudo fora previsto com a finalidade de obter a garantia de um comportamento regular e afastar o vício".³ De certa forma, as famílias selecionadas para ocupar os apartamentos do Bairro São Sebastião constituíam a "nata moral" dos moradores da favela da Praia do Pinto. Tinham de ser pobres, mas não podiam possuir membros marginais e tinham de estar "enquadradas na moral natural".⁴

Depois do processo de seleção, as famílias escolhidas eram convidadas a participar de reuniões nas quais o próprio d. Hélder Câmara lhes explicitava as condições do contrato que firmariam com a Cruzada São Sebastião. As cláusulas e o regulamento contidos no contrato reforçam a teoria de que a Cruzada São Sebastião tentava impor aos moradores do conjunto os hábitos das camadas médias cariocas. O regulamento assemelha-se muito a uma convenção de um condomínio, com referências ao tipo de comportamento desejado pelos idealizadores da Cruzada. O contrato determinava a instituição de um Conselho de Moradores, composto por um representante por bloco e presidido por um representante da Cruzada. Em teoria, este conselho administraria o Bairro São Sebastião. Na prática, porém, quem administrava o conjunto residencial nos primeiros anos da sua existência era o serviço social da Cruzada São Sebastião. De qualquer forma, a atuação do Conselho de Moradores parece ter sido uma maneira de converter moradores com potencial de liderança em verdadeiros síndicos. As reuniões entre o serviço social da Cruzada e o Conselho de Moradores tinham um caráter essencialmente apolítico, visto que nas pautas das reuniões constavam apenas questões práticas. Assim, é provável que o principal objetivo da criação do Conselho de Moradores tenha sido a capacitação de futuros síndicos, que administrariam o "condomínio" do Bairro São Sebastião.

³ COUTINHO, *Um ensaio de aplicação das técnicas...* p. 25.

⁴ GUARNIERI, *Uma experiência de promoção social...* p. 2-3.

Além de educar os moradores do Bairro São Sebastião, as assistentes sociais da Cruzada os fiscalizavam. A principal ferramenta para monitorá-los era um complexo sistema de fichas em que as assistentes sociais anotavam observações referentes à situação socioeconômica e ao estado mental de todos os moradores. Com o objetivo de obter dados, as assistentes sociais costumavam fazer visitas domiciliares, durante as quais entrevistavam os responsáveis pelos apartamentos. É notável o fato de que as assistentes sociais – geralmente alunas da Escola de Serviço Social da PUC do Rio de Janeiro – davam muita ênfase à conservação e ao uso correto dos imóveis. Não é raro ler nas fichas comentários como: “O apartamento, além de desarrumado, estava bem sujo e a mobília, bem sacrificada” ou “Observamos que dona Joaquina é de um nível de cultura um pouco baixo, não tem muito gosto na ordem e limpeza, se bem que seu apartamento não seja recriminável, mas apenas podia ser melhor, visto morar nele só adultos.” Na maioria dos casos, a última atualização das fichas foi feita por volta de 1970. Algumas fichas, no entanto, foram atualizadas até 1981. Por isso, é muito provável que o serviço social tenha funcionado precariamente entre 1970 e 1981. Conforme vários depoimentos de moradores, foi justamente nesta época em que a repressão policial chegou ao auge. De certa forma, a fiscalização por assistentes sociais deu lugar à repressão por policiais. Uma moradora lembra-se deste período:

“A polícia já invadiu muitas casas em *blitz*... Lembro que uma vez um rapazinho se escondeu da polícia na minha casa, no meio das minhas crianças: na época eu era uma das poucas pessoas que possuía televisão e havia muitas crianças que vinham assistir. Então ele entrou, se escondeu e logo em seguida entrou a polícia com armas pesadas, mas o rapazinho escapou. Hoje não há mais isso, a polícia só fica lá embaixo, o que é natural.”⁵

⁵ Entrevista com L.R.N. em janeiro de 2000.

Hoje, o Bairro São Sebastião – que passou a ser chamado simplesmente “Cruzada” – abriga uma população estigmatizada. No epílogo deste trabalho, procurou-se explicar como funciona o estigma que marca os moradores da Cruzada, usando os conceitos elaborados por Erving Goffman. A existência do estigma sugere-nos o malogro da ação da Cruzada São Sebastião. Quarenta anos depois da sua construção, o antigo Bairro São Sebastião continua sendo um bairro à parte, que é conhecido nas redondezas como uma “favela vertical”. Os seus moradores, por conseguinte, são vistos como favelados. A estigmatização dos moradores da Cruzada parece ter sido incentivada pelos dois principais diários cariocas, que na década de 70 noticiaram uma verdadeira enxurrada de atos criminosos supostamente cometidos por pessoas que viviam no Bairro São Sebastião. As associações de moradores dos bairros adjacentes também parecem ter contribuído para a construção do estigma que até hoje atrapalha a vida dos moradores da Cruzada, ao organizarem campanhas com o objetivo de desestruturar a comunidade e remover seus moradores para conjuntos habitacionais suburbanos. É desconcertante descobrir que os próprios moradores da Cruzada costumam considerá-la uma “favela vertical”. Embora a comunidade não possa ser caracterizada como uma favela *stricto sensu* – visto que a grande maioria dos seus moradores obteve de forma totalmente lícita a posse dos seus imóveis – percebe-se que a Cruzada é considerada uma favela por causa do *ethos* que é atribuído às pessoas que nela habitam. O resultado esperado nos anos 50 pelas assistentes sociais da Cruzada São Sebastião, que era a integração dos ex-favelados na vida normal da cidade, não foi alcançado. Os atuais moradores da Cruzada são *outsiders* no bairro onde vivem, o Leblon. As relações de poder tornam-se nítidas no contato entre os *outsiders*, que são os moradores da Cruzada, e os estabelecidos, que são os moradores de camadas médias do Leblon. É comum os moradores do

Leblon empregarem moradores da Cruzada como porteiros, seguranças, guardadores de piscina, faxineiros etc. O inverso, convenhamos, é no mínimo inusitado. Apesar de serem *outsiders*, os moradores da Cruzada têm se mostrado bastante unificados em momentos decisivos. Assim, conseguiram obter os direitos de posse dos seus apartamentos em 1983.

É pertinente dizer que o projeto da Cruzada São Sebastião não alcançou os resultados esperados pelos seus idealizadores. De fato, os moradores do antigo Bairro São Sebastião não mudaram seu estilo de vida como queriam as assistentes sociais da Cruzada São Sebastião. Por isso, talvez não tenha ocorrido a tão almejada “integração na vida normal da cidade”. Hoje, no início do século 21, parece que os moradores da Cruzada ficaram mais isolados do que integrados. Trata-se de uma comunidade híbrida, que ao longo do tempo incorporou características de dois universos. É um condomínio, como a maioria dos edifícios nas nobres vizinhanças, mas os seus moradores conservam um *ethos* que é identificado com o de pessoas que geralmente vivem em favelas. Contudo, apesar do relativo insucesso, é preciso reconhecer a importância da iniciativa da Cruzada São Sebastião. A construção do Bairro São Sebastião, na época, era a primeira experiência em que os moradores de favela não eram simplesmente removidos para locais distantes. Até os dias de hoje, não se realizaram outros projetos semelhantes do mesmo porte. Os moradores mais antigos da Cruzada têm a consciência de que constituem uma exceção na história da habitação popular e das favelas do Rio de Janeiro. Para estes moradores, a iniciativa da Cruzada São Sebastião foi um grande sucesso. Por isso, parece-me relevante terminar o presente trabalho com alguns comentários feitos pelos que passaram por todas as mudanças e que vivem até hoje na comunidade:

“Prefiro aqui a outros lugares. Aqui a gente pode deixar a porta aberta com a chave do lado de fora que

ninguém entra, os moradores são respeitados. Aqui os moradores têm coisas que não teriam em outro lugar.”⁶

“Gosto da Cruzada porque quem morava naquela favela horrorosa [a Praia do Pinto] tinha que trabalhar debaixo de chuva e de sol. Aqui não vive melhor quem não quer. Essa construção é muito boa, muito bem feita, há muita gente de fora que não vive em apartamentos tão bons como esses aqui.”⁷

“A construção da Cruzada foi um sucesso. Aqui é Leblon, e só pobres que moram aqui [na Cruzada]! E d. Hélder conseguiu isso sem donativos, sem ajuda... Foi muito difícil, daí ter sido um sucesso. D. Hélder era uma pessoa muito linda, deveria ser um santo, ele era uma pessoa maravilhosa.”⁸

“Gosto de morar na Cruzada porque é perto de tudo. Tem três escolas, mais o CIEP [uma espécie de escola primária e secundária integrada], o hospital Monte Líbano, a AABB [um clube], a praia... Quando vejo alguém falar mal da Cruzada, eu defendo porque essas pessoas têm que dar mais valor.”⁹

“Eu gosto de morar na Cruzada porque aqui a gente pode receber uma visita. Lá na Praia do Pinto era um barraco de um só cômodo, aqui tem sala, banheiro...”¹⁰

⁶ Entrevista com A.S.O. em janeiro de 2000.

⁷ Entrevista com J.V.P. em janeiro de 2000.

⁸ Entrevista com A.M. em janeiro de 2000.

⁹ Entrevista com L.R.N. em janeiro de 2000.

¹⁰ Entrevista com M.L.R. em janeiro de 2000.

10. Referências bibliográficas

Todas as referências bibliográficas são apresentadas de acordo com a norma NBR 6023 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

10.1 Bibliografia

ABREU, Maurício de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. *Espaços e debates*, São Paulo, ano XIV, n. 37, p. 34-46, 1994. (Museu Nacional)

_____. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997. (Museu Nacional)

AMARAL, Luís Henrique. Sexo virou bagunça: entrevista com Dom Jayme Chemello. *Veja*, ed. 1741, ano 35, n. 9, p. 11-15, 6 mar. 2002.

AMIGOS da Lagoa querem que Governo acabe com Cruzada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 jun. 1976. (Biblioteca Nacional)

AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1992. (Biblioteca do Gragoatá)

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1958. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. (Biblioteca Nacional)

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. (Museu Nacional)

ARQUIDIOCESE DO RIO DE JANEIRO. SECRETARIADO PASTORAL. NEURB - PUC/RJ. Moradia do pobre no Rio de Janeiro. *Cadernos de Pastoral*, Rio de Janeiro, n. 1, 1979. (IBAM)

ASSIES, Willem. Urban social movements and local democracy in Brazil. *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, n. 55, dez. 1993. (CEDLA)

AZEVEDO, Sérgio; ANDRADE, Luiz Aureliano. *Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. (CEDLA)

BARRACO da Praia do Pinto dá saude a ex-favelados. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1969. p. 5. (Biblioteca Nacional)

BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações*. Segundo volume. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971. (Museu Nacional)

BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. *História da filosofia cristã: desde as origens até Nicolau de Cusa*. Trad. Raimundo Vier. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1982. (Museu Nacional)

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Editora Estação Liberdade / FAPESP, 1998.

BONFIGLIO, Giovanni. *Desarrollo de la comunidad y trabajo social: ensayo bibliografía*. Lima: Celats Ediciones, 1982. (Biblioteca do Gragoatá)

BONIS, Elisa de. O Cristo de Canudos na favela. *Manchete*, Rio de Janeiro, 1 set. 1956. p. 50-51. (Biblioteca Nacional)

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [1996]. Tradução de: *Ce que parler veut dire: l'economie des échanges linguistiques*. (Biblioteca do Gragoatá)

BREDARIOL, Celso. Urbanização integrada, um compromisso democrático. In: PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Assessoria de Comunicação Social da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, 1988. (IBAM)

BRITTO, Maristella A. Estudo de uma área de segregação no Rio de Janeiro: a Cruzada de São Sebastião. In: LINDGREN, C. Ernesto S. (Org.). *Leituras em organização espacial*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1975. (IBAM)

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. (Biblioteca Central da PUC/RJ)

CÂMARA, dom Hélder. *Carta à Paróquia dos Santos Anjos, por ocasião dos 35 anos da sua fundação*. Recife, 12 agosto de 1998.

CÂMARA, dom Jayme de Barros. *Manifesto do Episcopado: sobre o problema político e a questão social no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1945. (Biblioteca Cardeal Câmara)

CARDOSO, Lúcio Adauto; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *Dualização e reestruturação urbana: o caso do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas / IPPUR / FASE, 1996. (CEDLA)

CARVALHO, Cyntia Paes de (Org.). *Favelas e as organizações comunitárias*. Petrópolis: Editora Vozes, 1994. (Biblioteca do Gragoatá)

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. (Museu Nacional)

CASTELLS, Manuel. *The city and the grassroots: a cross-cultural theory of urban social movements*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1983. (Universidade de Leiden)

CASTRO, João Paulo Macedo e. *"Não tem doutores na favela mas na favela tem doutores" : padrões de interação em uma favela do subúrbio carioca nos anos 90*. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998. (Museu Nacional)

CASTRO, Manuel Manrique. *História do serviço social na América Latina*. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1989. (Biblioteca do Gragoatá)

CAVALCANTI, Lauro. *Casas para o povo: arquitetura moderna e habitações econômicas*. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987. (Museu Nacional)

CAVALLIERI, Paulo Fernando; BEZERRA, Marcia. O solo criado e o Plano Diretor do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; AZEVEDO, Sérgio (Orgs.). *A crise de moradia nas grandes cidades: da questão da habitação a reforma urbana*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. (CEDLA)

CHOMBART DE LAUWE, Paul-Henry. A organização social no meio urbano. Trad. Moacir Palmeira. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. P. 114-133. (Museu Nacional)

CINQUENTONA, a Cruzada São Sebastião pede socorro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 6 jul. 2000. Caderno Zona Sul, p. 3-4, 6-7. (O Globo)

COMISSÃO DO ANO 2000. *Rio ano 2000*. Rio de Janeiro: Secretaria de Ciência e Tecnologia, 1970.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Propriedade e uso do solo urbano: situações, experiências e desafios pastorais*. Estudos da CNBB 30. São Paulo: Paulinas, 1981. (CBCISS)

CONGRESSO BRASILEIRO DE SERVIÇO SOCIAL, 3º. *Cruzada São Sebastião: duas experiências de promoção humana - Bairro São Sebastião e Favela da Rádio Nacional em Parada de Lucas*. Rio de Janeiro: 1965. (CBCISS)

CONNIFF, Michael L.; MCCANN, Frank D. (Orgs.). *Modern Brazil: elites and masses in historical perspective*. Lincoln and London: University of Nebraska Press, 1991. (Museu Nacional)

CONSTRUÇÃO civil. *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 76, p. 13-21, mai. 1942. (Biblioteca Nacional)

CORDOVIL recebe primeiras 20 famílias da Praia do Pinto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 mar. 1969. p. 7. (Biblioteca Nacional)

CÔRTEZ, Geraldo de Menezes. *Favelas*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura / Serviço de Documentação, 1959. (Biblioteca Central da PUC/RJ)

COUTINHO, Nadyr. *Um ensaio de aplicação das técnicas de organização social de comunidade num projeto piloto de conjunto residencial para ex-favelados*. Tese de conclusão do curso de Serviço Social - Escola de Serviço Social, Instituto Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1958. (Biblioteca Central da PUC/RJ)

_____. *Um ensaio de aplicação das técnicas de organização social de comunidade num projeto piloto de conjunto residencial para ex-favelados*. Rio de Janeiro: SESC/Departamento Nacional, 1959. (Biblioteca Central da PUC/RJ)

CROCITTI, John J. Social policy as a guide to economic consciousness: villas operárias in Rio de Janeiro, 1890-1910. *Luso-Brazilian Review*, Madison (Wisconsin), v. 34, n. 1, summer 1997. (Universidade de Leiden)

CRUZADA. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Domingo, 15 ago. 1976. (Biblioteca Nacional)

CRUZADA recebe títulos da terra. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 nov. 1983. (O Globo)

CRUZADA São Sebastião: 7.800 querem a posse de 938 apartamentos. *Última Hora Revista*, Rio de Janeiro, 10 nov. 1983. 2º caderno, p. 1. (Biblioteca Nacional)

CRUZADA São Sebastião abriga 70% dos crimes da Zona Sul. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 dez. 1973. p. 39. (Biblioteca Nacional)

DEAN, Warren. Economy. In: BETHELL, Leslie (org.). *Brazil: empire and republic, 1822 - 1930*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. p. 217-256. (Universidade de Leiden)

DELEGADO acha que presença de conjunto da Cruzada se choca com padrão do Leblon. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 dez. 1973. (Biblioteca Nacional)

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo de favelas: aspectos gerais*. Rio de Janeiro: 1949. (CBCISS)

DESFAVELANDO a Praia do Pinto. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 3 jan. 1957. p. 1. (Biblioteca Nacional)

D. HELDER - o S. Vicente de Paula das favelas. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1957. p. 96. (Biblioteca Nacional)

DINIZ, Eli. A transição política no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 329-346, 1985. (Museu Nacional)

DOM Hélder, defensor dos direitos humanos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1999. 3. ed., p. 20. (O Globo)

DULLES, John F. *Carlos Lacerda, Brazilian crusader. Volume I: the years 1914-1960*. Austin: University of Texas Press, 1991. (Universidade de Leiden)

_____. *Carlos Lacerda, Brazilian crusader. Volume II: the years 1960-1977*. Austin: University of Texas Press, 1996. (Universidade de Leiden)

DUMONT, Louis. *Ensaio sobre o individualismo: uma perspectiva antropológica sobre a ideologia moderna*. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Publicações Dom Quixote, [1992]. Tradução de: *Essais sur l'individualisme, une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne*. (Biblioteca do Gragoatá)

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder de uma pequena comunidade*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, [2000]. Tradução de: *The established and the outsiders: a sociological enquiry into community problems*. 2. ed. Londres: Sage Publications, 1994. (Museu Nacional)

ESTADO dá os títulos de propriedade a famílias da Cruzada S. Sebastião. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 nov. 1983. (Biblioteca Nacional)

ESTRANHO mundo dos morros: censo retrata as favelas. *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, ano 16, n. 191, dez. 1951. p. 68-82. (Biblioteca Nacional)

FAVELA da Praia do Pinto será urbanizada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 mar. 1969. p. 5. (Biblioteca Nacional)

FAVELA se extingue aos poucos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 abr. 1969. p. 5. (Biblioteca Nacional)

FERNANDES, Ismael. *Memória da telenovela brasileira*. São Paulo : Editora Brasiliense, 1987. (Biblioteca Nacional)

FH, Chirac e Jospin exaltam humanista. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 ago. 1999. 3ª ed., p. 14. (O Globo)

FIÉIS lotam igreja do Recife no adeus a Dom Hélder. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 ago. 1999. p. 6. (Biblioteca Nacional)

FINEP-GAP. *Habitação popular: inventário da ação governamental*. Rio de Janeiro: FINEP, 1983. (CEDLA)

FOGO deixa 5 mil ao desabrigo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 mai. 1969. p. 1 e p. 36. (Biblioteca Nacional)

FONSECA, Elias Fajardo da Fonseca. Cruzada São Sebastião: 906 famílias - uma pequena cidade - tentando melhorar de vida. *O Globo*, Rio de Janeiro, domingo, 12 ago. 1979. p. 5. (O Globo)

FRY, Peter. *Para o inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1982. (Museu Nacional)

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936. (Universidade de Leiden)

FUNDAÇÃO IBGE. *Censo demográfico de 1960: favelas do Estado da Guanabara - VII recenseamento geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1968. (Biblioteca Nacional)

FUNDAÇÃO LEÃO XIII. *Morros e favelas: como trabalha a Fundação Leão XIII - notas e relatório de 1949*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1950. (Biblioteca Central da PUC/RJ)

_____. *Morros e favelas: como trabalha a Fundação Leão XIII - notas e relatórios de 1947 a 1954*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1955. (CBCISS)

GANS, Herbert J. *The urban villagers: group and class in the life of Italian-Americans*. New York: The Free Press, 1962. (Museu Nacional)

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, [1989]. Tradução de: *The interpretation of cultures*. (Museu Nacional)

_____. *Nova luz sobre a antropologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, [2001]. Tradução de: *Available light: anthropological reflections on philosophical topics*. New Jersey: Princeton University Press, 2000. (Museu Nacional)

GILHUIS, Henk, VOLBEDA, Sjoukje. *Collective self-help housing in Brazil*. Delft: Delft University Press, 1992. (CEDLA)

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 10. ed. Trad. Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Editora Vozes, [2002]. Tradução de: *The representation of self in everyday life*. Doubleday Anchor Books, 1959. (Museu Nacional)

_____. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., [1988]. Tradução de: *Stigma - notes on the management of spoiled identity*. New Jersey: Prentice-Hall Inc., 1963. (Museu Nacional)

GOLDWASSER, Maria Júlia. "Cria fama e deita-te na cama": um estudo de estigmatização numa instituição total. In: VELHO, Gilberto (Org.). *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. (Museu Nacional)

GONDIM, Linda Maria. A manipulação do estigma de favelado na política habitacional do Rio de Janeiro. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 12/13, n. 1/2, 1981/1982. (Museu Nacional)

GOULART, José Alípio. *Favelas do Distrito Federal*. Estudos Brasileiros N.º 9. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1957. (Biblioteca Nacional)

GOVERNO DO ESTADO DA GUANABARA. *Rio Operação Favela*. Rio de Janeiro: Secretaria de Administração do Estado da Guanabara, 1969. (IBAM)

GRABOIS, Gisélia Potengy. *Em busca da integração: a política de remoção de favelas no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1973. (Museu Nacional)

GUARNIERI, Irmã Enny. *Uma experiência de promoção social: Cruzada São Sebastião*. Rio de Janeiro: CBCISS, 1963. (CBCISS)

GUIMARÃES, Alba Zaluar (Org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975. (Museu Nacional)

GUIMARÃES, Alberto Passos. As favelas do Distrito Federal. *Revista Brasileira de Estatística*, ano 14, n. 55, jul./set. 1953. p. 250-278. (Biblioteca Central da PUC/RJ)

HEYE, Ana Margarete. *Mata Machado: estudo sobre moradia urbana*. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1979. (Museu Nacional)

HOMENAGENS e emoção no adeus a Dom Hélder Câmara. *O Fluminense*, Niterói, 30 ago. 1999. 2. ed., p. 13. (O Fluminense)

INCÊNDIO arrasa Favela do Pinto. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 mai. 1969. p. 9. (Biblioteca Nacional)

INCÊNDIO liquida favela. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 mai. 1969. p. 1. (Biblioteca Nacional)

INSTALAM-SE em apartamentos da Cruzada os primeiros favelados. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 jan. 1957. 1º caderno, p. 12. (O Globo)

INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS DE MERCADO. *Favelas e favelados do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: IPEME, 1957. (Biblioteca Nacional)

_____. *A vida mental dos favelados do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: IPEME, 1958. (Biblioteca Nacional)

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL (IPLANRIO). *Morar na metrópole*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1988. (CEDLA)

JACOB, Alberto. Praia do Pinto acaba e deixa Ipanema que ajudou a construir. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 mai. 1969. p. 35. (Biblioteca Nacional)

KLEIMAN, Mauro. Acabar com as favelas. Parques Proletários Provisórios: uma intervenção na prática. *Chão, revista de arquitetura*. Rio de Janeiro, n. 2, jun./ago., 1978.

LACERDA, Carlos. Carta a Dom Hélder Câmara. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 26 mar. 1956. p. 6. (Biblioteca Nacional)

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. (Museu Nacional)

LASLETT, Peter et al. *Household and family in past time*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972. (Museu Nacional)

LEAL, Ondina Fachel. *A leitura social da novela das oito*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983. (Museu Nacional)

LEÃO XIII. *Sobre a condição dos operários: encíclica "Rerum Novarum"*. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1961. (Biblioteca do Gragoatá)

LEEDS, Elizabeth. *Forms of 'squatment' political organization: the politics of control in Brazil*. Thesis for the degree of Masters of Arts - University of Texas, Austin, 1972. (Museu Nacional)

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Trad. Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1978]. (Museu Nacional)

LEVINE, Robert M. *Father of the poor? : Vargas and his era*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. (Universidade de Leiden)

LINS, Letícia. Milhares de fiéis dão adeus a dom Hélder. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 ago. 1999. 3ª ed., p. 13. (O Globo)

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. 2º volume. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. (Museu Nacional)

_____ et al. *Questão habitacional e o movimento operário*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989. (Museu Nacional)

LOPES, Valdecir Freire. Favelas cariocas: problema à espera de solução. *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, ano 21, n. 242, mai. 1956. p. 28-35. (Biblioteca Nacional)

LYND, Robert S.; LYND, Helen Merrell. *Middletown : a study in modern American culture*. New York: Harcourt, Brace & World, Inc., 1956. (Museu Nacional)

MÁIRAN, Paula. Ricos e pobres lutam pela paz no Leblon. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 mai. 2002. p. 17. (Biblioteca Nacional)

MANGABEIRA, Wilma. Memories of 'Little Moscow' (1943-64): study of a public housing experiment for industrial workers in Rio de Janeiro, Brazil. *Social History*, Hull, v. 17, n. 2, May 1992. (Universidade de Leiden)

MATTA, Roberto da. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. (Museu Nacional)

MEADE, Teresa A. Cultural imperialism in old republican Rio de Janeiro: the urban renewal and public health project. In: MEADE, Teresa A., WALKER, Mark (Orgs.) *Science, medicine and cultural imperialism*. New York: St. Martin's Press, 1991. (Museu Nacional)

_____. *"Civilizing" Rio: reform and resistance in a Brazilian city, 1889-1930*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1997. (CEDLA)

MEDINA, Carlos Alberto de; VALLADARES, Lícia. *Favela e religião: um estudo de caso*. Rio de Janeiro: Ceris, 1968. (Biblioteca do Ceris)

MELLO, Marco Antonio da Silva. Selva de Pedra: apropriações e reapropriações dos espaços públicos de uso coletivo no Rio de Janeiro. In: ESTERCI, Neide; FRY, Peter; GOLDENBERG, Mirian (Orgs.). *Fazendo antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 205-228.

MELLO, Thiago de. Na favela até os cachorros já gostaram de Dom Hélder. *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, 14 abr. 1956. p. 70-75. (Biblioteca Nacional)

MORADORES da Cruzada se tornam proprietários. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 nov. 1982. (O Globo)

NÃO seríamos cristãos se desprezássemos as favelas do Distrito Federal. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 jul. 1957. (O Globo)

NEGRÃO socorre desabrigados com Ncr\$ 2 milhões. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 mai. 1969. p. 37. (Biblioteca Nacional)

NEM os comunistas nem os “pelegos” conseguirão desunir os favelados. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1957. Edição final, 1º caderno, p. 12. (O Globo)

O BOM exemplo na sala de aula. *Revista Nova Escola on-line*, n. 131, abr. 2000. Disponível em: <http://www.uol.com.br/novaescola/ed/131_abr00/html/cidadania3.htm>. Acesso em: 11 jun. 2001.

PAPA manda mensagem de pêsames. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 ago. 1999. 3ª ed., p. 13. (O Globo)

PARISSE, Lucien. *Favelas do Rio de Janeiro: evolução - sentido*. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais - CENPHA, 1969. (Biblioteca do Gragoatá)

_____. Las favelas en la expansión urbana de Rio de Janeiro. *América Latina*, Rio de Janeiro, ano 12, n. 3, jul./set. 1969. (Museu Nacional)

PARK, Robert E.; BURGESS, Ernest W.; MCKENZIE, Roderick D. *The city*. Chicago: The University of Chicago Press, [1968]. (Museu Nacional)

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. Trad. Sérgio Magalhães Santeiro. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. P. 26-67. (Museu Nacional)

PECEGO, Isabela Gomes. *Onde o perto é também longe: família e identidade numa comunidade popular da Zona Sul carioca*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 1999. (Biblioteca central da PUC/RJ)

PEREIRA, Margareth da Silva. Pensando a metrópole moderna: os planos de Agache e Le Corbusier para o Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; PECHMAN, Robert (orgs.). *Cidade, povo e nação*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1996. p. 363-376. (IUPERJ)

PERLMAN, Janice. *The myth of marginality: urban poverty and politics in Rio de Janeiro*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1976. (CEDLA)

PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. *Dom Hélder Câmara: entre o poder e a profecia*. São Paulo: Editora Ática, 1997. (Biblioteca Nacional)

PINO, Julio Cesar. Dark mirror of modernization: the favelas in Rio de Janeiro in the boom years, 1948-1960. *Journal of Urban History*, vol. 22, n. 4, May 1996. (Universidade de Leiden)

_____. *Family and favela: the reproduction of poverty in Rio de Janeiro*. Westport, Connecticut and London: Greenwood Press, 1997. (IBAM)

_____. Sources on the history of favelas in Rio de Janeiro. *Latin American Research Review*, Chapel Hill (North Carolina), v. 32, n. 3, p. 111-122, 1997. (Museu Nacional)

PORTES, Alejandro. Housing policy, urban poverty, and the state: the favelas of Rio de Janeiro, 1972-1976. *Latin American Research Review*, Chapel Hill (North Carolina), v. 14, n. 2, p. 3-24, 1979. (Museu Nacional)

PRETECEILLE, Edmond; VALLADARES, Licia do Prado. Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca. In: RIBEIRO, Luiz César Queiroz (ed.). *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. São Paulo: REVAN / FASE, 2000. p. 375-403. (IUPERJ)

QUEM é quem: Dom Hélder Câmara. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1962. (Biblioteca Nacional)

REMOÇÃO atrai gente para favela da Praia do Pinto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 mar. 1969. p. 12. (Biblioteca Nacional)

REVOLUÇÃO na Praia do Pinto. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 4 jan. 1957. p. 6. (Biblioteca Nacional)

RIANI, Mônica. A cruzada dos pós-caras pintadas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 nov. 2000. Disponível em: <http://www.jb.com.br/jb/papel/cadernob/2000/11/25/jorcad20001_125_006.html>. Acesso em 11 jun. 2001.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; PECHMAN, Robert (Orgs.) *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. (Museu Nacional)

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. *Associativismo e participação social: tendências da organização popular no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas, IPPUR, FASE, 1996. (CEDLA)

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *Dos Cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, IPPUR, UFRJ, FASE, 1997.

ROCHA, Oswaldo Porto; CARVALHO, Lia de Aquino. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920; Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro, 1886-1906* (Dois livros em um volume). Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1986. (Museu Nacional)

SAGMACS (Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais). Aspectos humanos da favela carioca. *O Estado de S. Paulo* - suplementos especiais, São Paulo, 13 e 15 abr. 1960. (IBAM)

SAHLINS, Marshall. *Culture and practical reason*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1976. (Museu Nacional)

SALMEN, Lawrence F. A perspective on the resettlement of squatters in Brazil. *América Latina*, ano 12, n. 1, jan./mar. 1969. (Museu Nacional)

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. (CEDLA)

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS. COMISSÃO EXECUTIVA DE PROJETOS ESPECÍFICOS. *Levantamento sócio-econômico da Favela da Praia do Pinto - Ilha das Dragas - Conjunto Habitacional Social n.º 1 e n.º 3*. Rio de Janeiro : Secretaria de Serviços Sociais. Governo do Estado da Guanabara, 1967. (Biblioteca da Caixa Econômica Federal)

SHIDLO, Gil. *Social policy in a non-democratic regime: the case of public housing in Brazil*. Boulder, San Francisco and Oxford: Westview Press, 1990. (CEDLA)

SILVA, Luiz Antônio Machado da. *Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade*. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1971. (Museu Nacional)

_____ (Org.). *Solo urbano: tópicos sobre o uso da terra*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. (Museu Nacional)

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. *Política habitacional brasileira: verso e reverso*. São Paulo: Cortez Editora, 1989. (CEDLA)

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982. (Museu Nacional)

_____. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988. (Museu Nacional)

SOARES, Gláucio Ary Dillon; ARAUJO, Maria Celina D'; CASTRO, Celso (Orgs.). *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. (Museu Nacional)

SOARES, Luiz Eduardo et al. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / ISER, 1996.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. Igreja, obras e justiça social (o contexto histórico). In: ANAMEC / CERIS. *Obras sociais da Igreja Católica: atividades das instituições socioeducativas e das paróquias*. São Paulo: Edições Loyola, 2000. cap. 2, p. 15-27.

STRAUBHAAR, Joseph Dean. Mass communication and the elites. In: CONNIFF, Michael L.; MCCANN, Frank D. (Orgs.). *Modern Brazil: elites and masses in historical perspective*. Lincoln and London: University of Nebraska Press, 1991. (Museu Nacional)

TAHAN, Ana Maria; CRIVELLARO, Débora. À esquerda do Pai. *Revista Época*, 68ª ed., 6 set. 1999. Disponível em: <<http://www.epoca.com.br/edic/ed060999/historia.html>>. Acesso em: 29 jun. 2000.

TRÁFICO adota 'motoboys' para entregas na Zona Sul. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 abr. 2001. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/jb/papel/cidade/2001/04/03/jorcid20010403007.html>>. Acesso em: 7 mai. 2001.

UMA cruzada e um paladino. *Visão*, São Paulo, v. 11, n. 26, 27 dez. 1957. p. 20-23. (Biblioteca do Gragoatá)

UMA favela começa a morrer. *O Dia*, Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1957. p. 1 e 6. (Biblioteca Nacional)

UMA favela de 41 anos vai acabar em 55 dias. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 mar. 1969. p. 7. (Biblioteca Nacional)

UMA liga das nações faz o bem na Praia do Pinto. *O Globo*, Rio de Janeiro, 6 ago. 1957. p. 6. (O Globo)

VALLA, Victor Vincent et al. A "permanente educação" dos favelados. *Proposta*, Rio de Janeiro, n. 17, 1981. (Museu Nacional)

VALLA, Victor Vincent (org.). *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986. (Biblioteca do Gragoatá)

VALLADARES, Licia do Prado. Favela, política e conjunto residencial. *Dados*, Rio de Janeiro, n. 12, 1976. (Museu Nacional)

_____. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. (CEDLA)

_____. *L'invention de la favela*. Tese (Habilitation à diriger des recherches) - Faculté d'Anthropologie et de Sociologie, Université Lumière - Lyon II, Lyon, 2001. (Museu Nacional)

VALLADARES, Licia do Prado (org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. (CEDLA)

VALLADARES, Licia do Prado; SANT'ANNA, Maria Josefina G. (orgs.). *O Rio de Janeiro em teses: catálogo bibliográfico 1960-1990*. Rio de Janeiro: CEP:RIO (UERJ) e URBANDATA (IUPERJ), 1992.

VELHO, Gilberto (org.). *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. (Museu Nacional)

VELHO, Gilberto. Favelas cariocas: o problema da marginalidade. *Anuário Antropológico 76*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977. (Museu Nacional)

_____. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. (Museu Nacional)

_____. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. (Museu Nacional)

_____. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. (Museu Nacional)

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (orgs.). *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2001. (Museu Nacional)

VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1979. (Museu Nacional)

VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. (CEDLA)

WHYTE, William Foote. *Street corner society: the social structure of an Italian slum*. 2. ed. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1955. (Museu Nacional)

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Editora Brasiliense s.a., 1985. (Museu Nacional)

10.2 Periódicos e revistas

- América Latina, Rio de Janeiro
- Anuário Antropológico, Rio de Janeiro
- Anuário Estatístico do Brasil
- Cadernos de Pastoral, Rio de Janeiro
- Chão, revista de arquitetura, Rio de Janeiro
- Espaços e debates, São Paulo
- Estudos da CNBB, São Paulo
- European Review of Latin American and Caribbean Studies
- Dados, Rio de Janeiro
- Journal of Urban History
- Latin American Research Review, Chapel Hill (North Carolina)
- Leituras em organização espacial, Rio de Janeiro
- Luso-Brazilian Review, Madison (Wisconsin)
- O Cruzeiro, Rio de Janeiro
- O Observador Econômico e Financeiro, Rio de Janeiro
- Pensar e Fazer, Rio de Janeiro
- Proposta, Rio de Janeiro
- Revista Brasileira de Estatística
- Revista Época
- Revista de Ciências Sociais, Fortaleza
- Revista Manchete, Rio de Janeiro
- Revista Nova Escola on-line
- Social History, Hull
- Visão, São Paulo

10.3 Jornais consultados

- Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano 1969
- Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, anos 1969 / 1973 / 1976 / 1983 / 1999 / 2000 / 2001
- O Dia, Rio de Janeiro, ano 1957
- O Estado de São Paulo, São Paulo, ano 1960
- O Fluminense, Niterói, ano 1999
- O Globo, Rio de Janeiro, anos 1957 / 1979 / 1982 / 1983 / 1999 / 2000
- O Jornal, Rio de Janeiro, ano 1962
- Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, anos 1956 / 1957
- Última Hora, Rio de Janeiro, ano 1983

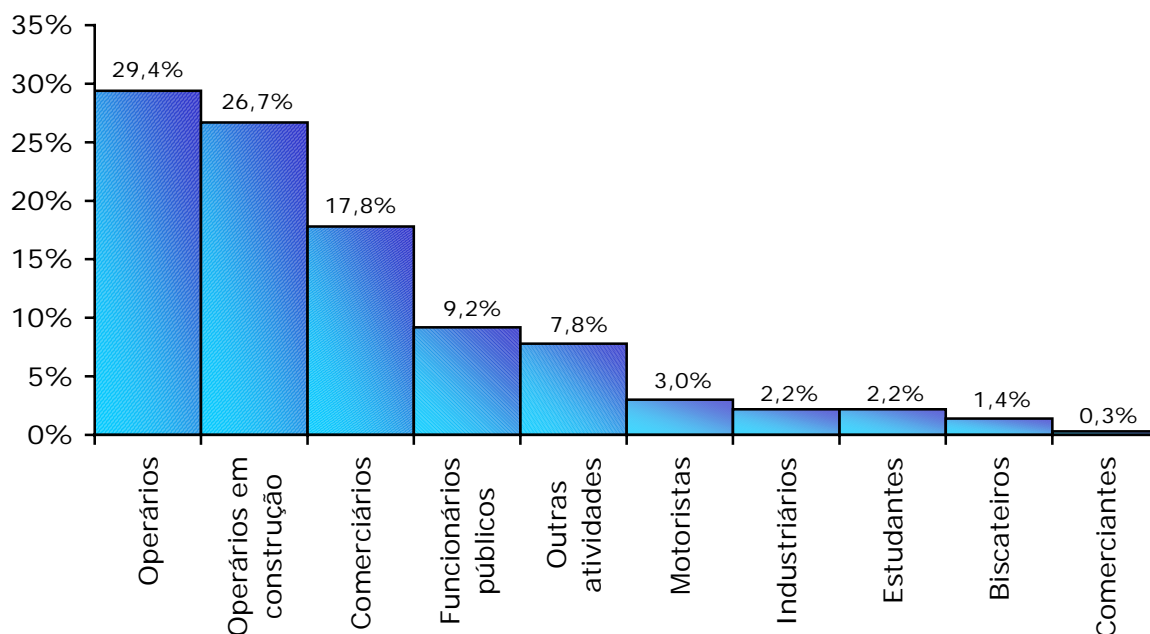
10.4 Bibliotecas e arquivos pesquisados

- Biblioteca Cardeal Câmara, Arquidiocese do Rio de Janeiro, Palácio São Joaquim, Rio de Janeiro
- Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro
- Biblioteca da Caixa Econômica Federal, Rio de Janeiro
- Biblioteca do Gragoatá, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói
- Biblioteca da Universidade (*Universiteitsbibliotheek*) de Leiden
- Biblioteca do CEDLA, Amsterdã
- Biblioteca do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS), Rio de Janeiro
- Biblioteca do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), Rio de Janeiro
- Biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Rio de Janeiro
- Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro
- Biblioteca Zeny Miranda, Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social (CBCISS), Rio de Janeiro
- Urbandata, banco de dados do IUPERJ, Rio de Janeiro

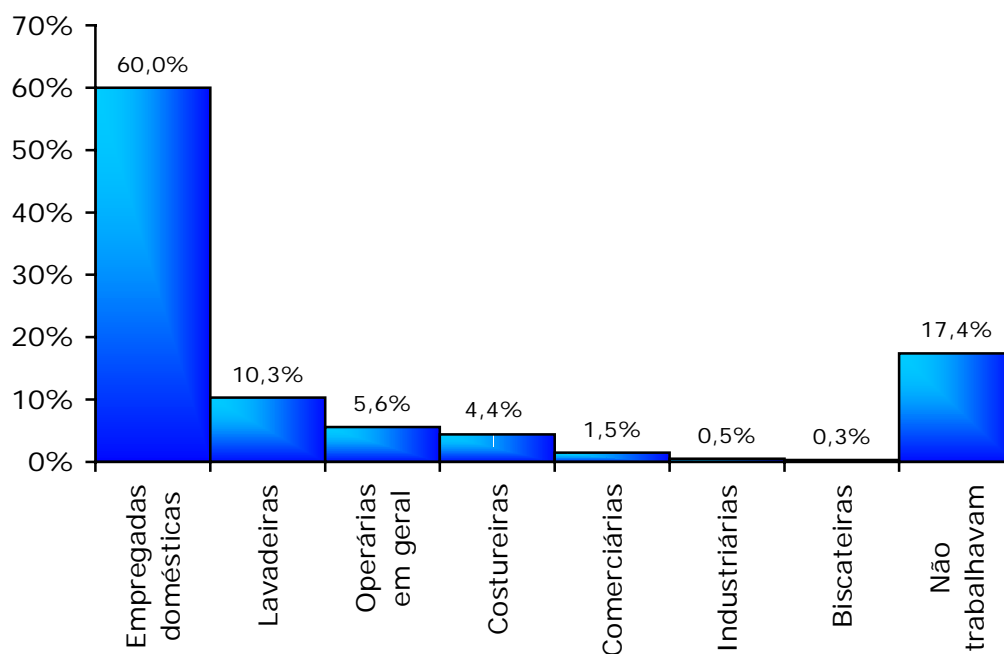
11. Anexos

11.1. Ocupações dos moradores do Bairro São Sebastião*

Ocupações dos moradores masculinos do Bairro São Sebastião em 1958 (%)



Ocupações das moradoras do Bairro São Sebastião em 1958 (%)



* COUTINHO, Nadyr. Um ensaio de aplicação das técnicas de organização social de comunidade num projeto piloto de conjunto residencial para ex-favelados. Rio de Janeiro: SESC/Departamento Nacional, 1959. p. 64-68.